

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ENSINO
MESTRADO ACADÊMICO EM ENSINO**

RENAN SILVEIRA CAMARGO

**"UMA ASPIRAÇÃO GENERALIZADA DO NOSSO POVO": O
PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL DE BAGÉ
(1950-1955)**

**BAGÉ
2023**

Renan Silveira Camargo

**UMA ASPIRAÇÃO GENERALIZADA DO NOSSO POVO": O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
DO COLÉGIO ESTADUAL DE BAGÉ (1950-1955)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ensino.

Dissertação defendida e aprovada em: 28 de março de 2024.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Alessandro Carvalho Bica
Orientador
(Unipampa)

Prof.^a Dr.^a Liliana Soares Ferreira
(UFSM)

Prof.^a Dr.^a Ana Cristina da Silva Rodrigues
(Unipampa)



Assinado eletronicamente por **LILIANA SOARES FERREIRA, Usuário Externo**, em 28/03/2024, às 20:27, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **ALESSANDRO CARVALHO BICA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 08/04/2024, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **ANA CRISTINA DA SILVA RODRIGUES, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 30/04/2024, às 10:20, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1395898** e o código CRC **5BA26A50**.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

C393" Camargo, Renan Silveira

"Uma Aspiração Generalizada Do Nosso Povo": O Processo De Implantação Do Colégio Estadual De Bagé (1950-1955) / Renan Silveira Camargo.

132 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Pampa, MESTRADO EM ENSINO, 2024.

"Orientação: Alessandro Carvalho Bica".

1. Instituição Escolar. 2. História da Educação. 3. Expansão do Ensino. 4. Segundo Grau. 5. Ensino Médio. I. Título.

AGRADECIMENTOS

Ingressar em um programa de mestrado e defender esta dissertação foi um objetivo sonhado há muito tempo, e que só foi possível com o apoio de pessoas por quem eu sou imensamente grato.

Agradeço o apoio da Drieli, minha namorada, amiga, e agora noiva, que sempre me incentivou e ajudou. Companheirismo que foi fundamental, desde o processo de seleção, até a entrega deste trabalho.

Sou grato aos meus pais, que mesmo sem terem tido oportunidade de avançar nos seus estudos, deram as condições e o apoio irrestrito para que eu o fizesse.

Aos meus amigos, especialmente aos colegas Augustho e Marcelo, que dividiram comigo esse desafio de ingressar no mestrado, e foram imprescindíveis para que eu o concluísse com sucesso.

Meus agradecimentos ao professor Alessandro Bica, que aceitou me orientar mesmo sabendo das minhas limitações de tempo. Sua compreensão e experiência foram essenciais.

Meu obrigado às professoras e aos colegas de mestrado, quem tive a oportunidade de conhecer, conviver e trocar experiências.

Por fim, não deixo de agradecer e reconhecer o papel da Universidade Federal do Pampa, que ao oferecer ensino gratuito e de qualidade, possibilita que o conhecimento desenvolva e transforme a nossa cidade. E no caso deste trabalho, viabiliza o resgate da sua memória.

“Foi se criando em mim um compromisso tácito — o de, se algum dia for alguma coisa na vida, não esquecer em nenhum momento aqueles que veem o trem passar, desaparecer ao longe, conduzindo seus colegas para os estudos, sem poder imitá-los”

Dr. Carlos Antônio Kluwe

RESUMO

Este trabalho examina o processo de implantação do Colégio Estadual de Bagé entre 1950 e 1955, destacando o seu papel para a democratização e expansão do ensino secundário na cidade de Bagé. Situando-se no contexto das transformações políticas, sociais e culturais do país, o trabalho investiga as motivações, as demandas comunitárias e o papel dos atores envolvidos na concepção da instituição. Através de uma metodologia qualitativa e descritiva, fundamentada na análise documental de registros históricos e artigos jornalísticos, além de uma revisão bibliográfica focada na evolução educacional brasileira dos anos 50, o estudo revela o impacto significativo da escola na história educacional local e sua posição pioneira na oferta de ensino ginasial e colegial gratuito. A pesquisa também destaca a importância da mobilização da sociedade local e o papel de lideranças políticas para a superação de barreiras excludentes. As conclusões ressaltam principalmente o papel central do então prefeito Carlos Kluwe neste processo e a contribuição histórica e educacional do Colégio Estadual. Algumas perspectivas futuras de investigação são as práticas escolares verificadas nos primeiros anos de funcionamento da instituição, os demais agentes sociais influentes para o êxito na luta pela implantação, o aprofundamento na biografia do prefeito Kluwe e a comparação com iniciativas semelhantes no estado do RS.

Palavras-chave: Instituição Escolar; História da Educação; Expansão do Ensino; Segundo Grau; Ensino Médio

RESUMEN

Este trabajo examina el proceso de implantación del Colegio Estatal de Bagé entre 1950 y 1955, destacando su papel para la democratización y expansión de la educación secundaria en la ciudad de Bagé. Situándose en el contexto de las transformaciones políticas, sociales y culturales del país, el trabajo investiga las motivaciones, las demandas comunitarias y el papel de los actores involucrados en la concepción de la institución. A través de una metodología cualitativa y descriptiva, fundamentada en el análisis documental de registros históricos y artículos periodísticos, además de una revisión bibliográfica enfocada en la evolución educativa brasileña de los años 50, el estudio revela el impacto significativo de la escuela en la historia educativa local y su posición pionera en la oferta de enseñanza ginasial y colegial gratuita. La investigación también destaca la importancia de la movilización de la sociedad local y el papel de liderazgos políticos para superar barreras excluyentes. Las conclusiones resaltan principalmente el papel central del entonces alcalde Carlos Kluwe en este proceso y la contribución histórica y educativa del Colegio Estatal. Algunas perspectivas futuras de investigación son las prácticas escolares verificadas en los primeros años de funcionamiento de la institución, los demás agentes sociales influyentes para el éxito en la lucha por la implantación, el profundizar en la biografía del alcalde Kluwe y la comparación con iniciativas similares en el estado de RS.

Palabras clave: Institución Educativa; Historia de la Educación; Expansión de la Enseñanza; Educación Secundaria; Educación Media

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Localização de Bagé no Mapa do RS.....	42
FIGURA 2 - Dr Carlos Antônio Kluwe.....	48
FIGURA 3 - Carlos Kluwe jovem.....	51
FIGURA 4 - Diário com Informação sobre docentes e discentes.....	68
FIGURA 5 - Fotografia durante obras no Ginásio da Escola.....	69
FIGURA 6 - Foto Parcial da Disposição do Acervo da Escola.....	69
FIGURA 7 - Documento que regulamenta a instituição.....	70
FIGURA 8 - Requerimento da Câmara de Vereadores de Bagé.....	70
FIGURA 9 - Documento Fiscal Referente à Instituição (1951).....	71
FIGURA 10 - Ata transcrita à mão.....	71
FIGURA 11 - Palacete Pedro Osório.....	74
FIGURA 12 - “Instituto de Educação de Bagé”.....	80
FIGURA 13 - “Instituto Educacional Para a Juventude Bageense”.....	81
FIGURA 14 - “Dificuldades ao Ensino”.....	82
FIGURA 15 - “Ginásio Municipal Gratuito”.....	83
FIGURA 16 - “Projeto de Lei do Deputado Valdomiro Domingues”.....	84
FIGURA 17 - “Um Ginásio Gratuito Para Bagé”.....	85
FIGURA 18 - “Os Estudantes de Bagé e a U.B.E.S”.....	86
FIGURA 19 - “Ginasio Gratuito”.....	87
FIGURA 20 - Abaixo assinado - “Ginasio Gratuito Para Bagé”.....	88
FIGURA 21 - “A Assembleia do Estado está em pleno acordo”.....	89
FIGURA 22 - “Está na hora da conjugação de esforços”.....	91
FIGURA 23 - Ginásio Gratuito Empolga Pais e Mestres.....	92
FIGURA 24 - “Um Ginásio Gratuito Para Bagé” (2).....	93
FIGURA 25 - Em Plena Marcha o Movimento em Prol de um Ginásio Gratuito.....	94
FIGURA 26 - “Avante, Ubes Progressista!”.....	95
FIGURA 27 - Lei que institui o Ginásio Municipal é Sancionada.....	96
FIGURA 28 - Auxílio do Governo do Estado Ao Ginásio Municipal.....	98
FIGURA 29 - “O Edifício do Ginásio Municipal, Seu Oportuno Aproveitamento”.....	99
FIGURA 30 - “Ainda Sobre o Ginasio Gratuito”.....	100
FIGURA 31 - “O Ginásio Municipal Não Funcionará em 1952”.....	102

FIGURA 32 - “Em Torno do Ginásio Gratuito”.....	103
FIGURA 33 - “Ato Final”	104
FIGURA 34 - Prefeito vai a Porto Alegre Pleitear Favores para Bagé.....	105
FIGURA 35 - “O Estado Encampará Os Ginasios Municipais”	106
FIGURA 36 - “Por Uma Faculdade Em Bagé”.....	106
FIGURA 37 - Esclarecendo: Ginásio Dr. Carlos Kluwe.....	107
FIGURA 38 - “A Camara de Vereadores e o Ginásio Municipal Dr. Carlos Kluwe”.....	108
FIGURA 39 - Tramita Lei para Encampar o Ginasio Dr. Carlos Kluwe.....	109
FIGURA 40 - Impasse entre Secretaria de Estado e o Governo Municipal	110
FIGURA 41 - “Ginásio Gratuito... Patatí... Patatá...”.....	111
FIGURA 42 - “O Caso Dos Ginásios Municipais”	113
FIGURA 43 - Edital de Matrículas Abertas	113
FIGURA 44 - Inspeção Escolar.....	114
FIGURA 45 - Primeiros Formandos - Festa Adiada.....	115
FIGURA 46 - Transferência de Edifício.....	116
FIGURA 47 - Solenidades de Formatura.....	117

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Tipos de Trabalhos Encontrados.....	16
QUADRO 2 - Trabalhos Encontrados por Ano de Publicação.....	17
QUADRO 3 - Trabalhos Selecionados para Análise.....	17
QUADRO 4 - Prefeitos e vice-prefeitos eleitos em Bagé (1947-1963)	49
QUADRO 5 - Matrículas por ciclo e série em 1954 no Brasil	58
QUADRO 6 - Distribuição de Matrículas no Ciclo Colegial.....	59
QUADRO 7 - Características do Ciclo Colegial Público.....	59
QUADRO 8 - Fontes encontradas por categorias	68
QUADRO 9 - Matérias Encontradas por Ano.....	77
QUADRO 10 - Matérias Encontradas por Categoria	78

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
3. CONCEITOS-CHAVE.....	27
3.1 História da Educação	27
3.2 Instituição Escolar.....	31
3.3 Cultura Escolar.....	36
4 DELIMITAÇÃO E CONTEXTO	42
4.1 Bagé - A Rainha da Fronteira.....	42
4.2 Dr. Carlos A. Kluwe: “Médico dos Pobres, Educador da Juventude, Amigo de Todos”.....	48
4.3 Contexto Histórico e Pedagógico (1930-1971).....	52
5 METODOLOGIA.....	64
5.1 Natureza da Pesquisa.....	64
5.2 Pesquisa no Acervo da Escola Carlos Kluwe.....	66
5.2.1 Anuário “Jubileu de Prata”.....	72
5.3 Pesquisa no Jornal Correio do Sul.....	76
5.4 Apresentação e Discussão dos Resultados.....	79
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS	124

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a história da educação revela uma série de transformações políticas, sociais e culturais que acompanham os rumos do país. Nesse contexto, a expansão do nível secundário tem papel fundamental para a gradual democratização do ensino, visto que as poucas instituições públicas disponíveis até a década de 1950 eram locais de exclusividade e excelência, disputadas por exames de seleção e ocupadas por jovens de classe média e alta (VEIGA, 2008).

Essa dissertação traz como tema central a implantação do Colégio Estadual de Bagé, entre 1950 e 1955. Ao investigar o desenvolvimento desta iniciativa, podemos não apenas compreender o papel da mobilização comunitária e da sociedade local, como também elucidar como a referida implantação se insere em um contexto mais amplo da história da educação e da expansão do ensino secundário gratuito no Brasil.

Fazendo uma leitura das dinâmicas políticas, educacionais e sociais do período, os objetivos deste trabalho visam compreender quais as motivações e demandas induziram a instalação da instituição escolar no município; quais os principais atores políticos responsáveis e a qual público-alvo inicialmente se endereçava a iniciativa.

Este trabalho se justifica a medida em que busca compreender uma instituição escolar que exerce papel de vanguarda no avanço do ensino gratuito na cidade de Bagé. Além disso, apesar de o período histórico ser marcado por vasto número de iniciativas decisivas para a História da Educação brasileira, percebemos uma ausência de publicações regionalizadas quanto a estes desdobramentos. Por fim, a condição do pesquisador de ex-aluno da instituição serviu de motivação para a realização desta pesquisa, contribuindo com o entendimento empírico da significativa presença do “Estadual” no imaginário popular até os dias atuais.

A metodologia empregada neste trabalho é qualitativa e descritiva, com uma abordagem documental de pesquisa e análise. Foram abordados documentos históricos disponíveis no arquivo da Escola Carlos Kluwe, incluindo registros oficiais, correspondências e fotografias, assim como artigos de jornais da época, neste caso, o Correio do Sul. Esta análise documental foi complementada por revisão bibliográfica de obras que discutem a história da educação no Brasil, com foco maior no período da década de 1950, permitindo situar, ao longo deste trabalho, o caso do Colégio Estadual de Bagé em contexto mais amplo. Com a triangulação de fontes entre os dados obtidos de diferentes tipos de documentos, foi

possível uma reconstrução mais precisa e confiável dos eventos e processos envolvidos na implantação do Colégio.

Esta dissertação está organizada em seis seções principais: introdução; referencial teórico; delimitação e contexto; metodologia; apresentação e discussão dos resultados, e considerações finais. O referencial teórico apresenta conceitos-chave como "história da educação", "instituição escolar" e "cultura escolar", fornecendo alicerce teórico para o estudo. A seção de delimitação e contexto busca fazer um breve histórico da cidade de Bagé, e do Dr. Carlos Kluwe, situando-os a partir dos objetivos deste trabalho. Já a metodologia detalha as abordagens empregadas na pesquisa, como a análise de documentos históricos presentes no acervo da escola e artigos do Jornal Correio do Sul.

Este estudo evidenciou o processo de implantação do Colégio Estadual de Bagé, confirmando o seu papel pioneiro na oferta de educação secundária gratuita e seu impacto social e cultural na sociedade local. Observou-se que a demanda amplamente disseminada pela sociedade civil, e incentivada pela elite intelectual, foi favorecida pelo contexto de expansão deste nível de ensino no Brasil. Além disso, destaca-se a mobilização da sociedade civil, e a atuação de representantes do poder público, com amplo destaque ao engajamento e à iniciativa do prefeito Carlos Kluwe. Observa-se, ainda, a persistência de uma tendência elitista e excludente nos anos subsequentes da instituição, agravada pelos concorridos exames de admissão e o predomínio de alunos advindos da rede privada.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

No processo de compreensão do contexto histórico e de conceitos que envolvem a construção deste trabalho, foi realizada uma revisão de literatura a fim de traçar um quadro teórico consistente, atualizado e confiável. Para tanto, nesta etapa o fizemos por auxílio de uma Revisão Sistemática de Literatura.

O método da Revisão Sistemática de Literatura pode desempenhar papel fundamental na busca por autores e teorias importantes. Isso porque, uma vez executado fidedignamente, o método produz resultados criteriosos e abrangentes, permitindo identificar, avaliar e sintetizar as pesquisas existentes de forma estruturada, conforme o detalhamento realizado durante este capítulo.

Assim sendo, o auxílio da revisão sistemática para analisar e comparar as contribuições mais relevantes assegura que o trabalho esteja alicerçado por um método embasado e criterioso, garantindo qualidade e confiabilidade dos estudos que serão abordados de agora em diante.

Sobre a metodologia em questão, pode-se afirmar que a revisão sistemática possibilita a maximização do potencial de uma busca, especialmente no contexto de referências, uma vez que ao demonstrar um maior número de resultados, o faz de maneira organizada. É importante destacar que o resultado proveniente desta busca não é somente cronológico, linear ou descritivo sobre uma determinada temática, mas um trabalho reflexivo, crítico e compreensivo baseado no material encontrado e analisado (RÍOS E CASAL, 2009).

A Revisão Sistemática de Literatura pressupõe a execução de oito passos: 1) ter uma questão a ser pesquisada; 2) a escolha da fonte de dados; 3) palavras-chave (descritores) para a busca; 4) busca e armazenamento de dados; 5) seleção, critérios de inclusão e exclusão das publicações; 6) extração dos dados; 7) avaliação das publicações; 8) síntese e interpretação dos resultados (COSTA; ZOLTOWSKI, 2014).

O foco deste processo de pesquisa sistematizado é ter acesso ao maior número de produções científicas que abordem e nos situem em conceitos como História da Educação, Cultura Escolar e Instituições Escolares, e sempre que possível contribuam em estudos aplicados diretamente ao contexto do Rio Grande do Sul e de Bagé/RS.

Optou-se como fonte de dados o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes¹, visto que a biblioteca digital fornece vasto material de periódicos nacionais, e ao fazer breve julgamento, se pôde garantir a existência de produções próximas da temática pretendida. Além de que, a plataforma caracteriza-se por ser *open access* (acesso aberto).

Quantos aos descritores, foram utilizados “Cultura Escolar”, “Instituição Escolar”, “Educação no Rio Grande do Sul” e “Bagé”, todos acompanhados do operador booleano "OR" para agregar, assim, trabalhos referentes a qualquer um destes descritores adotados, sem exceção. Ademais, foi incluído o descritor “História da Educação”, sendo este precedido do operador booleano “AND”, para garantir que os resultados teriam, ao menos, proximidade com a temática pretendida. É preciso destacar que foram utilizadas aspas (“”) em todos os termos, para buscar mais exatidão nos resultados, e ao final, um número viável de trabalhos.

Inicialmente, a busca resultou em 289 trabalhos encontrados. Devido à dificuldade de se analisar tal volume de produções, somado ao fato de que a plataforma não disponibilizar a íntegra dos trabalhos mais antigos, optou-se por fazer um filtro temporal, limitando os resultados aos últimos 10 anos (2013-2022).

A delimitação dos trabalhos analisados para o intervalo de dez anos também é uma escolha metodológica estratégica, visando incorporar discussões e avanços mais recentes. A educação, sendo uma área profundamente influenciada por mudanças socioculturais, tecnológicas e políticas (SAVIANI, 2018), requer uma base de dados que capture essas evoluções. Concentrar-se na literatura recente garante que o referencial teórico esteja em diálogo com tendências emergentes e práticas inovadoras, principalmente se considerarmos que estas publicações não deixam de considerar teóricos fundamentais.

O resultado, agora de 126 trabalhos, ficou assim dividido:

QUADRO 1 - Tipos de Trabalhos Encontrados

Tipo de trabalho	Todos os resultados
Dissertações	81
Teses	43

FONTE: Resultado da pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes

Já a divisão dos mesmos trabalhos por ano de publicação é apresentada a seguir:

¹ Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>

QUADRO 2 - Trabalhos Encontrados por Ano de Publicação

Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Nº	10	8	12	13	11	12	7	28	17	8

FONTE: Resultado da pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes

Os trabalhos resultantes da pesquisa foram importados e gerenciados através do *Mendeley - Reference Management Software*, e após a leitura dos resumos, passaram por um filtro manual de proximidade com a pesquisa, tendo sido eliminados aqueles que não atendessem a proximidade desejada. Ao fim, analisamos a íntegra de 16 trabalhos. Foram eles:

QUADRO 3 - Trabalhos Seleccionados para Análise

	TÍTULO	AUTOR	ANO
T E S E S	Classes Experimentais Secundárias de Instituições Públicas de Ensino do Estado de São Paulo: Um Estudo Sobre Formas de Circulação e Apropriação de Práticas Pedagógicas (1951-1962)	Letícia Vieira	2020
	Os Espaços Escolares na Implantação do Ensino Secundário na Região do Território Federal de Ponta Porã (1943-1961): Um Aspecto da Cultura Escolar	Alessandra Viegas Josgrilbert	2020
	“Escripturação”, Organização e Cultura Escolar no Grupo Escolar Gama e Melo - 1928/1949	Charya Charlotte Bezerra Advíncula	2020
	Trajetória Histórica do Colégio Nossa Senhora de Lourdes – Cajazeiras-PB (1928- 1961)	Edinaura Almeida de Araujo	2020
	O Ensino Secundário Ginásial no Piauí Republicano: Revelando a Cultura Escolar do Ginásio Municipal Oeirense (1952-1969)	Amada de Cássia Campos Reis	2017
	Deutsche Schulen Urbanas No Pampa ou o Pampa Dentro de Deutsche Schulen? Cultura Escolar Conforme: Collegio Allemão de Pelotas e Collegio Rio Grandense do Rio Grande (1912-1936)	Maria Angela Peter da Fonseca	2017
	História da Educação do Patronato de Menores São José em Paranaíba-MT (1953-1963)	Georgea Suppo Prado Veiga	2014
“Palácios da Instrução” - História da Educação e Arquitetura das Escolas Normais no Estado do Paraná (1904 A 1927)	Ana Paula Pupo Correia	2013	

D I S S E R T A Ç Õ E S	Cultura Escolar, Práticas e Representações da Escola Normal Nossa Senhora do Horto de Dom Pedrito/RS (1947–1975)	Maria Do Horto Machado Camponogara	2021
	Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos: Um Estudo Sobre Cultura Escolar na Ditadura Militar (1964-1985)	Nayane Sikoski Denck Swiech	2020
	O Educandário Para Cegos São José Operário: Cultura Escolar e Políticas Educacionais Campos/RJ –Décadas De 1960 E 1970	Fernanda Luísa De Miranda Cardoso	2018
	Educação Revestida de Hábito: Colégio Nossa Senhora da Piedade de Lagarto-SE (1947 – 1964)	Maria De Lourdes Martins Da Silva	2017
	Os Jardins de Recreio em Porto Alegre/ Rs: Uma Análise da Relação Entre a Política Pública e a Constituição de Uma Educação na República (1920 a 1950)	Fabiana Gazzotti Mayboroda	2017
	Grupo Escolar Antônio João Ribeiro: Cultura Escolar Primária em Itaporã- MT. Uma Contribuição Para a História das Instituições Educativas (1953-1974)	Claudiani Ferreira Da Cunha Rodelini	2015
	Colégio Elementar Félix da Cunha (1913-1934): Aspectos da Cultura Escolar	Carmen Beatriz Pereira Leal	2015
A Cultura Escolar: Colégio Paroquial Santo Inácio, Suas Festas e Comemorações (1957-1965)	Geslaine Cristina Tamião Piola	2013	

FONTE: do Autor

O quadro 3 representa os trabalhos propriamente analisados, sendo estes constituídos por oito teses e oito dissertações. O trabalho mais recente foi a dissertação “Cultura Escolar, Práticas e Representações da Escola Normal Nossa Senhora do Horto de Dom Pedrito/RS (1947–1975)” de Maria do Horto Machado Camponogara (2021), e os mais antigos, a tese “Palácios da Instrução - História da Educação e Arquitetura das Escolas Normais no Estado do Paraná (1904 a 1927)” de Ana Paula Pupo Correia (2013), e a dissertação “A Cultura Escolar: Colégio Paroquial Santo Inácio, Suas Festas e Comemorações (1957-1965)” de Geslaine Cristina Tamião Piola (2013).

Detalhamos cada trabalho, seus objetivos, fontes e principais autores individualmente:

1. **Classes Experimentais Secundárias de Instituições Públicas de Ensino do Estado de São Paulo: Um Estudo Sobre Formas de Circulação e Apropriação de Práticas Pedagógicas (1951-1962).** VIEIRA, Letícia. Tese de doutorado, 2020. Esse trabalho explorou

a introdução e desenvolvimento de classes experimentais secundárias em São Paulo durante os anos 1951 a 1962. Tem como foco a análise das práticas pedagógicas inovadoras que foram adotadas nas instituições públicas, inspiradas pela matriz pedagógica das "Classes Nouvelles" francesas. Seu principal objetivo é examinar como essas práticas foram adaptadas e implementadas em um contexto brasileiro, analisando o impacto dessas inovações na cultura escolar da época. A pesquisa utilizou uma abordagem metodológica mista que incluiu análise de documentos históricos, legislação educacional, relatórios de classes, e depoimentos de ex-alunos e professores. Podemos destacar os seguintes autores: Bordieu (1983a, 1983b, 1998a, 1998b, 2013), Certeau (1985, 1995, 2012), Chartier (1990, 1992, 1994, 1998), Chervel (1990), Contier (1956, 1958, 1959, 1960, 1966, 1981), Dallabrida (2014, 2016, 2017, 2019), Le Goff (1990), Magalhães (2016), Moraes (2013), Silva (2006, 2020), Viñao Frago (2006).

2. **"Escripturação", Organização e Cultura Escolar no Grupo Escolar Gama e Melo - 1928/1949.** JOSGRILBERT, Charya Charlotte Bezerra Advíncula. Tese de doutorado, 2020.

Este trabalho investigou o desenvolvimento e implantação de espaços escolares destinados ao ensino secundário em Ponta Porã, uma região que foi temporariamente constituída como Território Federal entre 1943 e 1946. O foco do estudo é entender como os edifícios escolares e os espaços físicos contribuíram e refletiram a cultura escolar da época, inseridos no contexto das políticas educacionais do Estado Novo e da reforma Capanema. A metodologia da pesquisa inclui análise documental extensiva, utilizando legislação educacional, plantas arquitetônicas e entrevistas com indivíduos que viveram essa realidade. Alguns dos autores relevantes encontrados na construção deste trabalho, foram: Araújo (2012), Cunha (1988), Dallabrida (2001), Faria Filho (2012, 2009), França (1997), Gonçalves (2006), Guimarães (2012), Magalhães (2008), Razzini (2000), Renk (2000), Reznik (1992), Ribeiro (1993), Ribeiro Júnior (2008), Rocha (2007), Rocha (1996, 2001), Santana (2011, 2012), Santos (2006, 2010, 2005), Schardong (1997), Schnetzler (1980), Sepúlveda (2002), Silva (2004, 2007, 2013, 2008, 2009, 2007), SSouza (2010, 1998, 2010).

3. **"Escripturação", Organização e Cultura Escolar no Grupo Escolar Gama e Melo - 1928/1949.** ADVÍNCULA, Charya Charlotte Bezerra. Tese de doutorado, 2020. A presente

tese examinou a formação da cultura escolar no Grupo Escolar Gama e Melo em Princesa

Isabel, Paraíba, entre 1928 e 1949, destacando como as reformas educacionais e a introdução de novas práticas administrativas e pedagógicas foram recebidas e adaptadas pela comunidade escolar local. A pesquisa apoiou-se em fontes documentais como relatórios, livros de matrícula, registros de frequência, e outros documentos oficiais, além de entrevistas com ex-alunos e professores. Alguns dos principais autores presentes na construção das teorias deste trabalho foram: Azevedo (2017), Bacellar (2005), Barros (2009), Bellotto (2002), Benito (2010, 2017), Bloch (2001), Cadiou (2007), Certeau (1998, 2000), Chartier (1990), Costa e Magalhães (2020), Cury (2013), Escolano (2010), Faria Filho (2015), Ferronato (2012), Freire (2016), Foucault (1979, 1998a, 2005, 2006), Julia (1988, 2001), Lopes, Faria Filho, e Veiga (2010), Rémond (2003), Rodrigues (1981), Saviani (2004, Silva (2009, 2014), Souza (1998, 2005, 2013), Viñao Frago e Escolano (2001), Vidal e Faria Filho (2005, 2017).

4. Trajetória Histórica do Colégio Nossa Senhora de Lourdes – Cajazeiras-PB (1928-1961). ARAUJO, Edinaura Almeida de. Tese de doutorado, 2020. Este trabalho teve por objetivo investigar a história e evolução do Colégio Nossa Senhora de Lourdes em Cajazeiras, Paraíba, desde sua fundação em 1928 até 1961. O trabalho foca em como o colégio, operado pela Congregação das Irmãs Dorotéias, reflete a interação entre a Igreja Católica e a sociedade brasileira no contexto das políticas educacionais do período. Utilizando uma metodologia que combina pesquisa documental com fontes primárias como cartas, relatórios escolares e documentos da Igreja, a pesquisa explora o conceito de "romanização", enfocando como a instituição promoveu valores católicos através de sua prática educativa. Alguns dos principais autores utilizados na construção do referencial teórico foram: Araujo (2011, 2012, 2017), Azevedo (2012), Cury (1996), Dallabrida (2009), Faria Filho (2000), Gatti Junior (2000, 2005), Julia (2001), Lombardi (2004), Magalhães (1999, 2004), Minayo (1999), Nagle (1976), Nosella e Buffa (2009, 2018), Nóvoa (2018a, 2018b), Pereira (2007), Romanelli (2014), Sanfelice (2007, 2008), Saviani (2010, 2013, 2014, 2018), Vidal (2006), Werle (2004, 2007).

5. O Ensino Secundário Ginásial no Piauí Republicano: Revelando a Cultura Escolar do Ginásio Municipal Oeirense (1952-1969). REIS, Amada de Cássia Campos. Tese de doutorado, 2017. Este trabalho investigou a configuração do ensino secundário no Piauí, focando nos ginásios republicanos e especificamente no Ginásio Municipal Oeirense. O objetivo foi analisar historicamente a configuração do ensino secundário no Piauí, destacando os ginásios republicanos através da revelação da cultura escolar manifestada no Ginásio

Municipal Oeirense. Utilizando uma abordagem da Nova História Cultural, a pesquisa traz como fontes documentos históricos, como leis, decretos, relatórios, e depoimentos de ex-alunos e professores. Alguns dos principais teóricos abordados foram: Abreu (2015), Barros (2013), Bourdieu (1975), Buffa (2002), Burke (1991, 1992, 2004, 2008), Cellard (2008), Certeau (2003), Chartier (1990), Cravel (2016), Dallabrida (2009), Faria Filho (2004), Forquin (1992), Viñao Frago (1995, 2017), Gatti Junior (2000, 2002), Gil (1994), Julia (2001), Le Goff (2003), Lopes e Galvão (2001), Magalhães (1996, 1998, 1999, 2004), Nagle (1976), Nosella e Buffa (2005), Romanelli (2002), Saviani (2005a, 2005b, 2006, 2007a, 2007b, 2008, 2009), Souza (2000, 2007a, 2007b, 2008), Teixeira (1962), Vidal (2005, 2009).

6. **Deutsche Schulen Urbanas No Pampa ou o Pampa Dentro de Deutsche Schulen? Cultura Escolar Conforme: Collegio Allemão de Pelotas e Collegio Rio Grandense do Rio Grande (1912-1936).** FONSECA, Maria Angela Peter da. Tese de doutorado, 2017. Este trabalho investigou a cultura escolar das escolas alemãs urbanas Collegio Allemão de Pelotas e Collegio Rio-Grandense do Rio Grande, no período de 1912 a 1936, refletindo sobre como a educação dessas escolas alinhava-se com o Deutschtum e o nacionalismo alemão, em um contexto de nacionalização do ensino no Brasil. O estudo destaca a estratégica localização dessas instituições em rotas comerciais da região sul do Rio Grande do Sul, refletindo a dinâmica social e cultural dos imigrantes alemães e seus descendentes, nas cidades de Pelotas e Rio Grande. A pesquisa adotou uma abordagem da História Cultural, utilizando como fontes primárias os relatórios escolares dos educandários, pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas, combinando análise qualitativa e quantitativa. Alguns autores relevantes na pesquisa foram: Barros (2011), Bourdieu, Nogueira, and Catani (1998), Bourdieu and Passeron (1992), Burke (2008), Chervel (1988, 1990), Corrêa (2005), Corsetti (1998), Cunha (1995), Cury (1998, 2009), Escolano (1993, 1994), Forquin (1992, 1993, 1996, 2000), Gertz (1987), Hobsbawm (1990, 1998), Julia (2001, 2002), Magalhães (1993, 1998), Minayo (1994, 2001), Modelo Ecológico de Bronfenbrenner (2017), Pesavento (1984, 2004), Saviani (2002), Silva (2003), Souza (2002, 2006, 2011), Tambara (1991, 2017), Viñao Frago (1995, 1998, 2008), Weber (1971).

7. **História da Educação do Patronato de Menores São José em Paranaíba-MT (1953-1963).** VEIGA, Georgea Suppo Prado. Tese de doutorado, 2014. A tese investigou a formação e o desenvolvimento do Patronato de Menores São José em Paranaíba, MT, entre os

anos de 1953 a 1963. O objetivo central foi analisar como essa instituição confessional se inseriu na comunidade local e qual o seu impacto na educação das crianças desfavorecidas. A pesquisa faz uso de metodologia que incluiu pesquisa bibliográfica, documental e história oral, entrevistando fundadores, estudantes e professores do período em estudo. As fontes principais foram documentos oficiais, certificados de registro, relatórios, livros didáticos, entre outros, encontrados em arquivos históricos e pessoais. Entre os principais autores podemos citar: Sanfelice (2002), Forquin (1992), Julia (2001), Garay (1998), Chervel (1993), Pesavento (2008), Chartier (1991), Magalhães (2004, 2005), Gatti Junior (2000, 2002), Nosella e Buffa (2002, 2007, 2009), Viñao Frago (1990, 2001).

8. **“Palácios da Instrução” - História da Educação e Arquitetura das Escolas Normais no Estado do Paraná (1904 A 1927).** CORREIA, Ana Paula Pupo. Tese de doutorado, 2013. Este trabalho tem foco nas relações entre a arquitetura escolar e as políticas educacionais no Paraná. Teve por objetivo investigar os debates e projetos que orientaram a construção dos edifícios das Escolas Normais em Curitiba, Ponta Grossa, e Paranaguá, analisando como estes espaços refletem as demandas pedagógicas, sanitárias, e os códigos de construção da época. Algumas das fontes utilizadas foram mensagens governamentais, programas de ensino, jornais da época, plantas arquitetônicas, imagens, e filmes documentários. Entre os principais teóricos destacam-se Anne-Marie Châtelet (1999), Antonio Vinão e Augustín Escolano (1998), Rosa Fátima de Souza (1998), Marcus Levy Bencostta (2005), Silvia Ferreira Santos Wolff (1996), Giulio Carlos Argan (1998) e Walter Benjamin (2010).

9. **Cultura Escolar, Práticas e Representações da Escola Normal Nossa Senhora do Horto de Dom Pedrito/RS (1947–1975).** CAMPONOGARA, Maria Do Horto Machado. Dissertação de mestrado, 2021. Este trabalho investigou a cultura escolar, as práticas educativas e escolares, e as representações da Escola Normal Nossa Senhora do Horto no contexto da formação de professoras no período de 1947 a 1975. Este estudo se propôs a compreender esses elementos como contribuições para a escrita da formação de professoras na história da educação brasileira. A pesquisa adotou uma metodologia que incluiu o levantamento e análise de fontes documentais (álbuns fotográficos, livros de termos de visitas, atas, históricos, diplomas, cartões de formatura, jornais, e documentos de acervos institucionais, públicos e pessoais) e orais (entrevistas com cinco ex-alunas da instituição). Alguns autores citados na construção deste referencial teórico foram: Hobsbawn (1995,

1998); Burke (1992); Chartier (2010); Lopes e Galvão (2005); Bica (2002, 2012); Padilha e Vasconcelos (2014); Forquin (1993); Frago e Escolano (2001); Julia (2001); Vasconcelos (2014); Vinão Frago (1995, 2000); Araújo; Freitas; Lopes (2017); Bosi (1994, 2004); De Decca (1992); Ipólito e Almeida (2020); Le Goff (1990, 1993); Louzada (2018); Nossela e Bufo (2002) e Burke (1992).

10. **Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos: Um Estudo Sobre Cultura Escolar na Ditadura Militar (1964-1985).** SWIECH, Nayane Sikoski Denck. Dissertação de mestrado, 2020. Este estudo investigou a formação da cultura escolar no contexto da ditadura militar no Brasil, focando no Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos, localizado em Ipiranga-PR. O estudo é documental e bibliográfico. As fontes utilizadas foram: atas de reuniões pedagógicas, aulas inaugurais e outros documentos escolares para analisar como normas, disciplinas, e a organização do tempo e espaço escolar refletiam as políticas e ideologias do regime militar. Alguns dos principais teóricos encontrados foram Bencostta (2001, 2011), Buffa (2002), Falsarella (2018), Faria Filho (1998, 2000), Nagle (1977), Sanfelice (2007), Saviani (2008) e Viñao Frago (1995, 2007).

11. **O Educandário Para Cegos São José Operário: Cultura Escolar e Políticas Educacionais Campos/RJ –Décadas De 1960 E 1970.** CARDOSO, Fernanda Luísa De Miranda. Dissertação de mestrado, 2018. Este trabalho abordou a interação entre a cultura escolar e as políticas educacionais no contexto específico do Educandário para Cegos São José Operário. A pesquisa investiga como essas políticas e a cultura escolar afetaram a educação de pessoas com deficiência visual, considerando as redes de sociabilidade que envolviam o Estado, a elite local, a Igreja Católica e clubes de serviço. Utilizando uma abordagem metodológica que combina análise documental de arquivos da instituição, documentos oficiais, entrevistas orais e fontes jornalísticas, o trabalho explora a relação entre deficiência e pobreza sob um regime de ditadura civil-militar brasileira, com um enfoque nas políticas de assistência técnico-financeira do Estado. Alguns do autores base do referencial teórico foram: Castel (1997), Escolano (2017), Vidal e Faria Filho (2000), Magalhães (1999), Nóvoa (2002), Rafante (2011, 2015, 2016), Vianna (2002), Xavier (2003, 2008, 2010).

12. **Educação Revestida de Hábito: Colégio Nossa Senhora da Piedade de Lagarto-SE (1947 – 1964).** SILVA, Maria De Lourdes Martins Da. Dissertação de mestrado, 2017. A dissertação investigou a cultura escolar e o modelo educacional do Colégio Nossa

Senhora da Piedade, operado pelas Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora do Bom Conselho. O estudo analisa como esse modelo educacional, influenciado pela doutrina católica, moldou a educação feminina na região de Lagarto-SE durante o período estudado. Utilizando-se de uma metodologia de pesquisa documental e história oral, a autora coletou e analisou documentos oficiais, relatórios, fotografias e entrevistas com ex-alunas e funcionárias do colégio. Alguns dos principais autores foram: Andrade (2010), Azevedo (2009), Chartier (1990, 2002, 2009), Julia (2001), Le Goff (1990), Lopes e Galvão (2005), Nogueira e Nogueira (2006), Nóvoa (1997), Nunes (2007), Santos (2006, 2016, 2007), Silva (2012), Souza (2003, 2003, 2005), Vidal (2005, 2009).

13. Os Jardins de Recreio em Porto Alegre/RS: Uma Análise da Relação Entre a Política Pública e a Constituição de Uma Educação na República (1920 a 1950).

MAYBORODA, Fabiana Gazzotti. Dissertação de mestrado, 2017. Este trabalho explora a implementação e impacto dos Jardins de Recreio em Porto Alegre nas primeiras décadas do século XX. O estudo se propõe a identificar as condições que permitiram a criação dos Jardins de Recreio e do Serviço de Recreação Pública, bem como suas interfaces educativas no processo de formação cidadã na República. Utilizando uma abordagem de História Cultural, com base em análise documental, a pesquisa examina documentos escritos, como diários, leis, decretos e documentos oficiais, depoimentos orais e materiais iconográficos como imagens, mapas e plantas. Alguns autores relevantes para a composição do referencial teórico foram: Alves (2005), Bica e Corsetti (2011), Bourdieu (1996), Burke (2004, 2005), Castells (1983, 2010), Certeau (1982, 1994, 1996), Chartier (1990, 1994, 2001, 2002, 2012), Costa (2008), Dreher (1995), Fonseca (2011), Gertz (2002), Le Goff (1985, 1996) e Nagle (2001)

14. Grupo Escolar Antônio João Ribeiro: Cultura Escolar Primária em Itaporã-MT. Uma Contribuição Para a História das Instituições Educativas (1953-1974).

RODELINI, Claudiani Ferreira Da Cunha. Dissertação de mestrado, 2015. Este estudo explorou o processo de institucionalização dos Grupos Escolares no sul de Mato Grosso, com ênfase no Grupo Escolar Antônio João Ribeiro em Itaporã-MS. O objetivo foi analisar as condições políticas e sociais que influenciaram a criação e o funcionamento da instituição escolar. Utilizou fontes documentais e orais, incluindo documentos oficiais, jornais da época, relatórios da Diretoria Geral da Instrução Pública de Mato Grosso, materiais do arquivo da escola, acervos privados de moradores de Itaporã, e depoimentos orais de indivíduos que vivenciaram o cotidiano do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro. Os conceitos de "cultura escolar" e "história da

educação" são centrais no trabalho, sendo exemplos de teóricos utilizados Burke (2004), Certeau (1970), Chartier (1990, 2002), Corrêa Filho (1945), Corrêa Costa (1979), Souza (2006), Faria Filho (2000), Guimarães (2008), Hobsbawm (1997), Julia (2001), Khoury (1999), Lopes (2006), Magalhães (1998, 2004), Nagle (1974), Nosella (2005, 2009), Nóvoa (1991), Pessanha (2002), Saviani (2007), Silva (2006, 2012), Souza (2013) e Vidal (1998, 2000, 2005, 2006).

15. Colégio Elementar Félix da Cunha (1913-1934): Aspectos da Cultura Escolar.

LEAL, Carmen Beatriz Pereira. Dissertação de mestrado, 2015. Este estudo investigou a instituição educacional Félix da Cunha em Pelotas/RS, durante os anos de 1913 a 1934. O objetivo foi traçar a história do colégio, observando sua trajetória, os edifícios e o modelo escolar dos anos 1930 no contexto educacional do RS e de Pelotas. A pesquisa documental abordou registros do próprio colégio, como o Livro de Matrículas, para delinear o perfil dos alunos com base em idade, sexo, nacionalidade e etnia, e o Jornal Diário Popular. O único conceito comum presente neste trabalho foi o da Cultura Escolar, embora que muito rápida e superficialmente. Entre os teóricos mencionados, destacam-se Almeida (2000, 2004, 2005), Bakos (1996), Benconstta (2005), Bourdieu (1983, 1989), Certeau (1994), Corsetti (1997, 1998), Faria Filho (2000), Gil (2007, 2010), Julia (2001), Luchese (2007), Magalhães (1993, 1999), Morim (2001), Nagle (2009), Nóvoa (2004), Pesavento (1998), Santos (2002), Saviani (2004), Souza (1998, 2005, 2006), Tambara (1995, 2000, 1998, 2005), Veiga (2003, 2005, 2007) e Vidal (2008).

16. A Cultura Escolar: Colégio Paroquial Santo Inácio, Suas Festas e Comemorações (1957-1965).

PIOLA, Geslaine Cristina Tamião. Dissertação de mestrado, 2013. A pesquisa visa contribuir para a história da educação em Maringá, centrando-se na Escola Paroquial Santo Inácio, primeira escola confessional primária da cidade, focando em suas práticas festivas e comemorações, o estudo compreendeu o projeto educativo católico da época. Através de fontes como fotos, cartas e anotações do livro Crônicas, analisa-se a cultura escolar, as práticas educativas e a formação pautada em princípios cristãos. Alguns dos principais autores foram: Alves (2005), Bencostta (2010, 2011), Benjamin (1985), Burke (2001), Certeau (1982), Chartier (1991, 2002), Gatti Júnior, Inácio Filho (2005), Julia (2001), Le Goff (1996), Magalhães (2005), Pesavento (2005), Vidal (1998, 2005).

Quanto à geografia das publicações selecionadas para análise, os estados mais representativos foram: Rio Grande do Sul (4), Paraná (3), Mato Grosso (2) e Paraíba (2). Já quanto aos recortes temporais dos mesmos, foram contempladas ininterruptamente as décadas de 1890 até 1980.

A partir de uma análise mais detalhada, foi possível perceber autores com maior destaque dentre todas as dissertações e teses, seja em relação a recorrência de citações ou o peso na construção teórica da maioria dos trabalhos analisados. Foram alguns deles: Chartier (1990, 1991, 1994, 1998, 2001, 2002, 2010, 2012), Certeau (1982, 1985, 1994, 1995, 1996, 2000, 2003, 2012), Julia (2001, 2002), Magalhães (1993, 1996, 1998, 1999, 2004, 2005, 2008, 2016), Saviani (2004, 2005a, 2005b, 2006, 2007a, 2007b, 2008, 2009, 2010, 2013, 2014, 2018), Vidal (1998, 2000, 2005, 2006, 2008, 2009, 2017).

Mas também se mostraram relevantes as contribuições de Bourdieu (1975, 1983a, 1983b, 1989, 1992, 1996, 1998a, 1998b, 2013), Buffa (2002, 2008, 2009), Dallabrida (2001, 2009, 2014, 2016, 2017, 2019), Faria Filho (2000, 2004, 2009, 2012, 2015), e Burke (1991, 1992, 2001, 2004, 2005, 2008), Lopes e Galvão (2001); Gatti Júnior (2000, 2002), Le Goff (1985, 1990, 1996) e Viñao Frago (1995, 2000, 2002, 2012);

Do ponto de vista do alinhamento com os objetivos e objeto de pesquisa da nossa dissertação, e portanto com contribuições adicionais, podemos destacar “Trajetória Histórica do Colégio Nossa Senhora de Lourdes – Cajazeiras - PB (1928 - 1961)”; “O Ensino Secundário Ginásial no Piauí Republicano: revelando a cultura escolar do Ginásio Municipal Oeirense (1952-1969)”; “Os Espaços Escolares Na Implantação Do Ensino Secundário Na Região Do Território Federal De Ponta Porã (1943-1961): Um Aspecto da Cultura Escolar”; “Cultura Escolar, Práticas e Representações da Escola Normal Nossa Senhora do Horto de Dom Pedrito/RS (1947–1975)” e “Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos: Um Estudo Sobre Cultura Escolar na Ditadura Militar (1964-1985)”.

Embora não tenha sido o objetivo desta análise, os trabalhos anteriormente citados contribuíram para o entendimento de outras etapas para além do nosso referencial teórico. Seja pela proximidade teórico-metodológica, seja pelo recorte temporal congênere, eles tiveram influência indireta, por exemplo, na construção da metodologia e na ambientação dos períodos históricos.

3. CONCEITOS-CHAVE

3.1 História da Educação

Neste capítulo, torna-se imprescindível um debate acerca dos conceitos-chave de pensadores que moldam este campo de estudo. A avaliação das obras de Lopes e Galvão (2001), Buffa (2002), Lombardi (2003) e Saviani (2006) evidencia uma concordância sobre a natureza dinâmica da História da Educação, que se estende para além de simples eventos educativos e encontra sua gênese mais ampla em contextos sociais, políticos e culturais específicos.

Além de conceitos comuns entre autores, diferentes enfoques podem ser encontrados e revelam, por vezes, uma diferente compreensão. Enquanto Saviani e Lombardi se concentram na estrutura socioeconômica e nas contradições de classe, Buffa, Lopes e Galvão incluem com mais ênfase os temas da cidadania e da inclusão social, diferenças que nos ajudam a evidenciar a pluralidade de perspectivas deste campo.

Lopes e Galvão, com um foco nas narrativas históricas da educação e na inclusão de perspectivas marginalizadas, oferecem uma abordagem que integra a história cultural e social na análise da educação (2001), contrastando com a ênfase marxista de Lombardi e Saviani (2005) e Lombardi (2010) na luta de classes como elemento central da história educacional.

A preferência pela expressão "histórias da educação" em detrimento de uma narrativa única, proposta por Lopes e Galvão (2001), destaca a complexidade das trajetórias educativas através dos tempos e geografias. Contribuindo em segundo plano, para evidenciar o rico potencial de pesquisas neste campo. Tal perspectiva é ampliada por Saviani (2006), que posiciona a educação como um fenômeno atrelado às estruturas sociais e aos processos de transformação, sublinhando a importância de uma metodologia que incorpore todas as dimensões políticas e culturais da educação.

É comum a atividade de buscar por respostas sobre aquilo que está presente em nossa atualidade. Assim, no contexto da História da Educação concordamos com Lopes e Galvão (2001) quando afirmam que “A história da educação é uma das maneiras de abordar o presente tornando-o estranho, para que possamos compreendê-lo” (p. 65).

Chervel (1990) propõe que a história das disciplinas escolares deve ser estudada a partir de três perspectivas: a história das disciplinas como conteúdos de ensino, a história das disciplinas como práticas pedagógicas e a história das disciplinas como instituições.

Conjuntamente, os autores que abordamos fornecem teorias para investigar a História da Educação não como uma síntese de algo que é imutável, mas como uma reflexão crítica sobre as práticas educativas e suas metamorfoses ao longo da história.

No que diz respeito aos passos da Historiografia da Educação no Brasil, é possível perceber a influência dos programas de pós-graduação e estímulo das associações e instituições, que, dada as suas atuações e ao se perpetuar, contribuíram para a consolidação da área. De outro modo, o entendimento da História da Educação enquanto continua sendo muito recente, apesar de que a sua prática dentro da História já vem sendo adotada há muito mais tempo (DA COSTA E SALVIANO, 2018).

A História da Educação tem estabelecido cada vez mais conexões com diversos campos da história, e enfatizam estudos que vão além do ensino e da escola. Nas décadas 1960 e 1970 a História da Educação dá início a um processo de construção enquanto campo de conhecimento. Foi durante esse período que os estudos foram crescentemente ampliados, impulsionados pela criação de Programas de Pós-Graduação, a exemplo da PUC-RJ e PUC-SP, em 1965 e 1969, respectivamente (LOPES E GALVÃO, 2001).

Na segunda metade dos anos 1990, o fortalecimento da Pós-Graduação no país não se manifestava somente no aumento significativo dos trabalhos defendidos, mas também na criação de programas nas principais universidades brasileiras. Nesse período, observa-se o surgimento e a proliferação de fóruns destinados à socialização da pesquisa acadêmica, tais como os congressos Ibero-americanos, com o primeiro ocorrendo em 1992, e Luso-brasileiros de História da Educação, tendo a primeira edição ocorrida em 1996. Além disso, foram estabelecidas a Associação Sul-rio-grandense de Pesquisadores em História da Educação/ASPHE, em 1996, e a Sociedade Brasileira de História da Educação/SBHE, em 1999. Diante da avalanche de produção decorrente da expansão dos Programas, os pesquisadores sentiram a necessidade de avaliar quantitativamente esse crescimento, fenômeno que incentiva e fortalece a expansão da História da Educação (BENCOSTTA E VIDA, 2010).

Embora a história da educação tenha como foco as sociedades e as produções materiais, é notável que, enquanto disciplina, ela não tenha se desenvolvido enquanto uma subárea da História propriamente dita. Exemplo disso é que, Lopes e Galvão observam que essa disciplina foi praticamente negligenciada pelos historiadores profissionais (2001). Da mesma forma, com Saviani nos conta que seu desenvolvimento ocorreu "como um domínio de caráter pedagógico, de forma paralela e até à margem das pesquisas propriamente historiográficas" (2013, p. 167).

Com base nestas informações, compreende-se que os estudos em História da Educação nascem precisando buscar a sua própria identidade, uma vez que alternam sua presença entre as disciplinas, mas não são nem história e nem educação puramente.

Para Bica (2009), os trabalhos da área pretendem dar voz aos esquecidos, e com isso o autor se refere aos envolvidos nos cotidianos escolares, nos processos educativos e em seus respectivos contextos culturais. Na mesma direção, aponta Saviani:

No cenário da História temos os atores e os autores da História, do mesmo modo que numa peça teatral temos os atores e o autor da peça. O autor não aparece; no entanto, a obra é sua e os atores representam aquele papel que lhes foi designado na trama da peça, trama essa que é obra do autor da peça. Rara os expectadores, os atores estão em evidência e são por vezes cultuados, surgindo como ídolos. Em contrapartida, os autores estão ocultos nos bastidores, ficando, geralmente, na penumbra, quando não são totalmente esquecidos (SAVIANI, 2007, p. 40).

Podemos compreender, então, que o surgimento destes estudos se dá a partir da necessidade de uma renovação teórico-metodológica e uma busca por identidade própria.

Através da perspectiva historiográfica de que há um esquecimento dos envolvidos, Saviani (2007) destaca que há um fenômeno que chama a atenção de diversos autores: os eventos fundamentais nos bastidores, ou seja, as aulas, os acontecimentos escolares, que são cruciais para desvendar os acontecimentos em pauta, mas que são frequentemente esquecidos ou ignorados pelos pesquisadores.

Segundo Saviani, o que existem são indagações primordiais para se compreender o contexto, uma vez que muitas pesquisas apresentam eventos ligados à imagem dos protagonistas de forma cronológica, pouco crítica, omitindo, por exemplo, a razão pela qual um ator específico estava em destaque em um determinado momento. Dessa forma, pesquisadores se abstêm de responder qual papel desempenha e quais forças representa determinado ator envolvido nos processos. Como resultado, a historiografia muitas vezes se

limita a uma enumeração de nomes, eventos e datas, tornando a memorização mecânica a única abordagem viável para reter esses dados, enquanto a compreensão da trama histórica fica em segundo plano (SAVIANI, 2007).

Saviani (2007) reforça ser crucial considerar os "dados por trás das cortinas" para entender a História completamente, ou seja, analisar a base material da sociedade cuja história está sendo reconstruída. Esse método envolve um processo de pesquisa que vai além do que comumente chamamos de História da Educação. Ele implica em investigações nos aspectos econômicos, políticos e sociais do país onde se desenrola o fenômeno educacional que estamos tentando compreender. É através desse processo de investigação que a problemática educacional concreta se torna evidente.

Gatti Junior traz uma percepção ligeiramente semelhante à dos autores apresentados até aqui, afirmando que, ao encontrar na educação e nas instituições escolares o seu objeto de estudo, a história busca contemplar os diversos atores envolvidos no processo educativo.

(...) investigando aquilo que se passa no interior das escolas, gerando um conhecimento mais aprofundado destes espaços sociais destinados aos processos de ensino/aprendizagem, por meio da busca da apreensão daqueles elementos que conferem identidade à instituição educacional, ou seja, daquilo que lhe confere um sentido único no cenário social do que fez ou ainda faz parte, mesmo que ela se tenha transformado no decorrer dos tempos (GATTI JUNIOR, 2002, p. 4).

Em distinto, Miguel (2004, p. 112) traz uma definição norteada pela função e a motivação das pesquisas em História da Educação, que seria justificado por: "conhecer um autor ou a história da educação quando eles nos auxiliam a compreender melhor as questões educacionais brasileiras e encontrar soluções para as mesmas". O pensamento se justifica através da máxima: não é possível mudar uma realidade cuja qual não conhecemos.

Quanto ao desenvolvimento da História da Educação, Saviani (2006) se mostra confiante ao afirmar que, considerando o nível de desenvolvimento pelas pesquisas, "estamos em condição de nos colocar as questões específicas relativas a uma mais forte articulação entre o ensino e a pesquisa em nossa área" (p.26). Para isso, complementa que é preciso atuar de forma mais veemente junto aos cursos, fazendo deles espaços de estímulo às pesquisas e estudos educacionais.

A respeito da trajetória da História da Educação, agora em contexto global, é possível percebê-la sendo problematizada inicialmente no campo da sociologia, sistematizada por Émile Durkheim, que viveu entre 1858 e 1917, e relacionava frequentemente educação e

sociologia em suas obras (LOPES, 2009). Este autor, em consonância do que defendem Da Costa e Salviano (2018), também afirma que a prática de maneira espontânea e não sistematizada ocorre há muito mais tempo do que se pode observar até a consolidação da História da Educação enquanto uma própria área de estudo.

Referente ao *status* que se pode, ou não, empregar a História da Educação, Lombardi (2003) destaca uma série de reflexões que buscam encaixá-la dentro de uma classificação científica. Ao passo em que levanta controvérsias e questiona “como entender a História da Educação?” (p. 6), traz os seus próprios esclarecimentos:

Nesta discussão conceitual sobre a história, ainda resta uma questão: como entender a História da Educação? Apesar de ser uma discussão que também exige a explicitação de parâmetros, impossível de se fazer nos limites deste texto, muitos de nós tendemos a pensar a História da Educação como uma disciplina com status científico, estando muito além de constituir-se em mera disciplina curricular e acadêmica. No meu entendimento, a História da Educação só pode se constituir uma disciplina diferenciada, isto é, um campo de conhecimento próprio e que se reivindica científico, na perspectiva de ampliação e aprofundamento da concepção e classificação de ciência característica à matriz positivista e suas variantes. Nessa perspectiva, é admissível a especialização do conhecimento, comportando a defesa de disciplinas altamente especializadas em que a própria denominação da disciplina se confunda com o seu objeto de investigação (LOMBARDI, 2003, p.7).

É possível pontuar um consenso quanto à definições, que a História da Educação já está indicando em seu nome o objeto de estudo: a educação. Sendo assim, utiliza-se de métodos e teorias próprias em cada diferente tipo de pesquisa, por mais que todos os casos estejam igualmente abrangidos pela Ciência da História e seus métodos.

3.2 Instituição Escolar

A discussão sobre definições e conceitos de Instituição Escolar se mostra pertinente à medida em que é onde está encaixado o nosso objeto de estudo, a Instituição Escolar Carlos Kluwe. É preciso refletir inicialmente, em consonância ao que defende Petitat (1994), de que uma instituição escolar não se constitui por apenas o reflexo de uma sociedade. Pelo contrário, ela cria regras próprias, estipula objetivos, desenvolve suas próprias práticas e isso lhe confere singularidade e relativa independência.

Para a compreensão deste conceito, por mais que de forma indireta, foi imprescindível ler e considerar os autores: Faria Filho (2005); Magalhães (1998, 1999); Werle (2004), Pessanha (2002, 2005) e Saviani (2005).

Magalhães (2018), inicialmente, traz a noção de instituição presentes no *Dictionnaire critique de sociologie*, de Raymond Boudon et François Bourricaud: “*Les institutions désignent toutes les activités régies par des anticipations stables et réciproques*”, sendo esta associada à noção de estabilidade e previsibilidade.

As instituições surgem como uma resposta às necessidades humanas, mas não a qualquer tipo de necessidade. Elas são criadas para suprir demandas de caráter permanente, diferenciando-se assim de soluções temporárias que não deixam marcas significativas na estrutura social (SAVIANI, 2005).

Por outro lado, é crucial reconhecer a natureza transitória das instituições. Apesar de serem projetadas para a permanência, as mudanças históricas inevitavelmente afetam sua existência e relevância. Saviani (2005) argumenta que, embora as instituições sejam feitas para durar, elas não escapam da transitoriedade, definida mais pelo tempo histórico do que pelo cronológico ou psicológico. Essa percepção nos ajuda a entender que as instituições, enquanto construções humanas, estão sujeitas às dinâmicas de mudança e evolução que caracterizam a história humana.

Além disso, as instituições não são entidades estáticas; elas são criadas como unidades de ação destinadas a satisfazer necessidades humanas específicas. Funcionam como sistemas de práticas que envolvem agentes, meios e instrumentos operados com o objetivo de alcançar finalidades bem definidas. Nesse contexto, as instituições são essencialmente sociais, tanto em sua origem, determinadas pelas relações humanas, quanto em seu funcionamento, por meio da interação de agentes que se relacionam entre si e com a sociedade a que servem. Essa característica sublinha a importância de entender as instituições como parte integrante e ativa da estrutura social, capazes de influenciar e serem influenciadas pelo contexto em que estão inseridas (SAVIANI, 2005).

Os autores Gonçalves e Faria Filho (2005), por sua vez, destacam as instituições escolares como objetos de pesquisa consistentes, uma vez que as cidades e os seus vastos equipamentos urbanos como as ruas, a vizinhança, o bairro e as pessoas pertencem à escola, e são aliadas no processo de preservação de sua memória. Dada a inserção das escolas na cidade, desde a sua localização geográfica, até a comunidade escolar, é possível concretizar amplos estudos utilizando as escolas, mas acerca do que está fora dos seus muros.

De acordo com Gatti Júnior e Pessanha (2005), as pesquisas sobre a história das instituições escolares se desenvolveram logo após a década de 1960, principalmente na Europa. Já Magalhães (1998) destaca que tão somente nas últimas décadas de sua publicação é que a abordagem acerca dos processos de formação e da evolução nas instituições de ensino obteve um domínio do conhecimento na História da Educação.

Chartier e Magalhães (2020) descrevem que, em determinado momento, o conceito de instituição escolar foi intrinsecamente ligado às formações humanística, científica, técnica e profissional.

Com o surgimento destes campos foi possível perceber profundas alterações na metodologia das pesquisas, conforme escreve Magalhães (1998), a história passou a ser “construída da(s) memória(s) para o arquivo e do arquivo para a memória, tentando uma síntese multidimensional que traduza um itinerário pedagógico, uma identidade histórica, uma realidade em evolução, um projeto pedagógico” (p. 61).

Podemos assim perceber que são muitos os aspectos com capacidade de serem abrangidos pelos estudos cujo objeto são as instituições escolares. As questões vão desde as mais pragmáticas, envolvendo o cotidiano das instituições, até as possibilidades de visualizações de amplas decisões políticas de distintas épocas, sejam elas periféricas ou centrais na sociedade.

Conforme Werle (2004), ao abranger esse tipo de estudo, é possível perceber que ele reflete a memória reconstruída graças a perpetuação de suas bases e fontes, mas principalmente devido à forma crítica em que a história deve ser contada através do objeto de estudo e de sua época.

Furtado (2011) recai sobre um importante ponto ao destacar que as pesquisas sobre instituições escolares não se limitam às próprias instituições. Segundo o autor, essas pesquisas nos permitem compreender, sim, as próprias instituições, mas mais do que isso, sobre o processo de ensino em diferentes contextos históricos e culturas escolares. Sendo assim, se confundem com estudos mais amplos sobre a própria sociedade.

Dentro da área da História da Educação, principalmente no campo da História, é um fato que as instituições escolares representam um dos objetos de estudo que mais disponibiliza fontes e informações para o desenvolvimento de pesquisas (FURTADO, 2011).

O que diz Furtado, está em consonância com Pessanha e Silva, quando estes discorrem sobre as instituições escolares e as vastas possibilidades deste nicho enquanto instituição, muito motivado, segundo os autores, pelas singularidades que a identificam.

A escola é uma instituição da sociedade, que possui suas próprias formas de ação e razão, construídas no decorrer da sua história, tomando por base os confrontos e conflitos oriundos do choque entre as determinações externas a ela e às suas tradições, que se refletem na sua organização e gestão, nas suas práticas mais elementares e cotidianas, nas salas de aula e nos pátios e corredores, em todo e qualquer tempo, segmentado, fracionado ou não (PESSANHA e SILVA, 2006, p. 109).

Na mesma lógica, Bertonha (2008) alerta não ser possível analisar instituições escolares sem que haja a devida contextualização de suas condições geográficas, históricas e sociais. Para o autor, esse processo implica no resgate de textos, arquivos, fotografias, oralidade, documentos e outros materiais que sirvam para reconstruir a história com um todo. Em outras linhas, se pode dizer que muitas vezes é preciso sair da história da educação e ingressar na história, buscando informações e respostas em contextos mais amplos do que aqueles inicialmente pesquisados.

No processo de pesquisa de cada instituição escolar especificamente, e a fundo, são muitos os elementos capazes de contribuir para a pesquisa, uma vez que as instituições escolares não são uma categoria isolada dentro da história da educação. Para Da Silva (2009) são exemplos de elementos: “...a arquitetura escolar, a organização, o espaço, seus alunos, professores e gestores, currículo, livros didáticos, projeto pedagógico, normas disciplinares, regimentos” (p. 214).

Uma outra definição acerca dos diferentes conceitos envolvendo instituição escolar é encontrada em Saviani (2005), quando este afirma que, de modo geral:

(...) podemos conceber o processo de institucionalização da educação como correlato do processo de surgimento da sociedade de classes que, por sua vez, tem a ver com o processo de aprofundamento da divisão do trabalho. Assim, se nas sociedades primitivas, caracterizadas pelo modo coletivo de produção da existência humana, a educação consistia numa ação espontânea, não diferenciada das outras formas de ação desenvolvidas pelo homem, coincidindo inteiramente com o processo de trabalho que era comum a todos os membros da comunidade, com a divisão dos homens em classes a educação também resulta dividida; diferencia-se, em consequência, a educação destinada à classe dominante daquela a que tem acesso a classe dominada. E é aí que se localiza a origem da escola. A palavra “escola”, como se sabe, deriva do grego e significa, etimologicamente, o lugar do ócio. A educação dos membros da classe que dispõe de ócio, de lazer, de tempo livre passa a se organizar na forma escolar, contrapondo-se à educação da maioria que continua a coincidir com o processo de trabalho (p. 5).

Buscando entender as instituições escolares no contexto de pesquisa, Magalhães defende que o entendimento do processo não se dá somente partindo de simples existência histórica, ou de sua integração na comunidade, mas de uma contextualização mais ampla.

(...) ao sistematizar o seu itinerário de vida na sua multidimensionalidade, confere, no seu entendimento, um sentido histórico. A história da instituição escolar deve ser relacionada ao contexto em que ela emerge; isso implica compreender e analisar o seu desenvolvimento de acordo com a expansão e as mudanças que ocorreram na sociedade, bem como compreender a história de um povo e sua cultura (MAGALHÃES, 1998, p. 51).

A partir desta ênfase ficamos mais próximos de um conceito denominado Cultura Escolar, possíveis de abordar práticas e legados intangíveis, mas que são relevantes, e em alguns casos indispensáveis, nas pesquisas sobre instituições escolares. Conforme destaca o autor: “Definir a identidade da escola como instituição requer indagar dela seu projeto, mas requer como contraponto, interrogar também o meio social onde a Instituição se coloca: o que esperam da escola seus diferentes atores e seus contemporâneos (...)” (BOTO, 2003, p.383).

No Brasil do século XIX, a escola ganhou força gradualmente, tornando o lugar especializado na educação das gerações emergentes. Esse fortalecimento esteve ligado a diversos aspectos, como o aumento da presença escolar, o desenvolvimento da profissionalização dos professores primários, e outros fatores relevantes destacados por Faria Filho (1999).

É nesse processo que a instituição escolar acaba por envolver outras instituições (família, igreja, etc.) dos lugares de socialização habituais, passando a considerá-las, muitas vezes, incapazes de enfrentar a sociedade que rapidamente se urbaniza, e conseqüentemente, incapazes de educar. Com isso, as instituições escolares adicionam novas dinâmicas e padrões de comportamento à sociedade (MENDES FILHO E RESENDE, 1999).

Neste processo de consolidação perante a sociedade, Magalhães (2007) descreve particularidades das instituições escolares notadas no seu propósito em existirem e serem fundadas:

As instituições educativas são complexidades que assumem a natureza de organismos em transformação e evolução. Dotadas de vida própria, a sua história é a reconstituição de um projeto pedagógico e sócio-cultural, interpretado no quadro de uma controvérsia: a da integração numa política normativa e numa estrutura educativa de dimensão local, nacional ou internacional, com respeito pelos campos de liberdade, criatividade, sentido crítico e autonomização dos atores, sem comprometimento de um normativismo burocrático e político-ideológico estruturante, que foi a verdadeira condição de educação. As instituições educativas

transmitem uma cultura (a cultura escolar), produzindo a sua própria cultura, cuja especificidade lhes confere uma identidade histórica (MAGALHÃES, 2007).

No contexto do propósito destas instituições, se observa que para compreender a realidade histórica de cada uma delas, é preciso vê-las integradas no sistema educativo mais amplo, bem como em contextos históricos e na evolução das comunidades, pessoas, regiões, territórios e sociedade como um todo. Sendo assim, segundo Magalhães (2007), são nessas relações que podem ser compreendidos, ou reescritos, os contextos históricos das instituições. Está na sociedade e nos impactos que a instituição escolar a causou, a principal base de informação.

3.3 Cultura Escolar

Como base para o entendimento e a escrita do conceito de Cultura Escolar, encontramos as principais referências em autores como Chervel (1988, 1990), Forquin (1992), Antonio Viñao Frago (1995, 1998, 2008), Faria Filho (1996), Dominique Julia (2001) e Falsarella (2018).

Além destes, dois trabalhos se mostraram importantes e serviram como referência dada a proximidade temática e de recorte temporal, foram elas: a tese “O Ensino Secundário Ginásial no Piauí Republicano: Revelando a Cultura Escolar do Ginásio Municipal Oeirense (1952-1969)”, publicado em 2017 por Amada de Cássia Campos Reis da Universidade Federal Do Piauí; e a tese “Os Espaços Escolares Na Implantação do Ensino Secundário na Região do Território Federal de Ponta Porã (1943-1961): Um Aspecto da Cultura Escolar”, publicado em 2020 por Alessandra Viegas Josgrilbert da Universidade Federal Da Grande Dourados.

Este capítulo se mostra relevante para a construção do trabalho, bem como para o entendimento de conceitos e autores nele presentes, uma vez que muitas das fontes acessadas, sobretudo àquelas encontradas em posse da instituição, são vestígios ou resultados da cultura e do cotidiano escolar ao longo da História.

O conceito de cultura escolar é amplo, e entendido de diferentes formas entre os autores da área.

Julia (2001) e Forquin (1993) trazem conceitos semelhantes de cultura escolar, sendo estes compreendidos basicamente como um conjunto de práticas e representações que estão

presentes e/ou que foram produzidos no interior das escolas, e que a partir de então, passam a se relacionar também com uma cultura mais ampla presente na sociedade.

Não muito distinta, a definição de cultura escolar de Chervel (1990) descreve cultura escolar como o conjunto de saberes e práticas transmitidos nas, e pelas, instituições escolares, sendo este, reconhecido e legitimado pela sociedade.

Viñao Frago (1995) define a cultura escolar como um conjunto de práticas, valores, normas e representações produzidas no interior das escolas, ressaltando também a relação deste conjunto de práticas com a cultura ampla da sociedade, o autor ressalta, no entanto, que estas práticas podem, e muitas vezes são, específicas da instituição das instituições escolares.

Sobre o conceito de cultura propriamente dito, Julia (2001) considera que a sua formação se dá através de um conjunto de normas que estabelecem "conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas." Compõe a cultura escolar os "modos de pensar e de agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades, modos que não concebem a aquisição de conhecimentos e de habilidades senão por intermédio de processos formais de escolarização" (p. 10-11).

Julia (2001) situa a cultura escolar no contexto dos estudos historiográficos, uma vez que afirma terem características que se assemelham às de outras instituições da sociedade, como as instituições judiciais e militares. Assim sendo, uma das premissas é que a escola não se restringe a transmissão de conhecimentos, mas também cultiva comportamentos e hábitos.

A cultura se dá, simultaneamente, entre as normas e as práticas da instituição escolar, visíveis ou não; e ambas podem mudar devido a diferentes fatores, como épocas, objetivos religiosos, sociopolíticos e de socialização. Com isso, completa afirmando que o conceito de cultura escolar passa pelo entendimento de outras questões, como "relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular" (JULIA, 2001, p. 10).

Historicamente, podemos reconhecer duas facetas da cultura escolar: a primária e a secundária, que se dão na divisão do ensino e suas finalidades distintas, apesar que estas, por

vezes, se opõem. Explica Julia (2001, p.32): “a instrução obrigatória de todo um povo, de um lado,” e “o ensino de uma parte das elites, do outro”.

Podemos compreender, então, que a cultura escolar possibilita conexões com outras culturas, como a familiar e a infantil, e o grau destas interações deve variar ao longo do tempo, dependendo das normas e práticas escolares, e sociais, adotadas em diferentes períodos históricos (JULIA, 2001).

Na mesma direção Chervel (1990) reconhece as contradições que emanam do sistema escolar, e conseqüentemente da sua cultura, visto que a educação teria um duplo papel: o de formar indivíduos e o de modificar a sociedade global. Ademais, verifica que os saberes escolares não se limitam aos ensinamentos diretos e planejados, mas que a escola proporciona aos indivíduos saberes originais.

Um outro ponto de vista encontramos em Vidal (2009, p. 39), quando este defende que a cultura escolar se dá “no jogo tenso das lutas de poder que perpassam o escolar e expressam nele as contradições sociais”. O autor, portanto, considera esse conceito uma relevante ferramenta teórica aos pesquisadores que queiram analisar o presente e passado das escolas, principalmente na sua relação com sociedade e cultura.

Os pesquisadores dispostos a estudar a escola, concorda Falsarella (2018), encontram um campo quase que inesgotável, com amplas possibilidades no que se refere às áreas, linhas de investigação e autores. “Os estudos sobre a escola envolvem temas múltiplos e igualmente relevantes que concorrem para compor o panorama da cultura escolar” (p.619).

Estudar a escola é sinônimo de se engajar na discussão de questões que se relacionam com a democratização dos espaços e dos espaços na educação, bem como com as desigualdades, que dizem respeito à aprendizagem, a expansão de oportunidades de acesso e permanência na escola. Em tese, estudar a escola deve constituir uma linha que visa reduzir os problemas da educação escolar (FALSARELLA, 2018).

Sobre cultura escolar, também é possível se ater à definição de Viñao Frago:

A cultura escolar é vista como um conjunto de teorias, princípios ou critérios, normas e práticas sedimentadas ao longo do tempo no seio das instituições educativas. Trata-se de modos de pensar e atuar que proporcionam estratégias e pautas para organizar e levar a classe, interagir com os companheiros e com outros membros da comunidade educativa e integrar-se à vida cotidiana do centro docente. Tais jeitos de pensar e atuar constituem ocasionalmente rituais e mitos, mas sempre

se estruturam em forma de discursos e ações que, junto com a experiência e formação do professor, lhe servem para levar a cabo sua tarefa cotidiana (1998, p. 68-69).

É preciso levar em consideração que, apesar de as escolas serem instituições históricas e culturais muito semelhantes entre si, seja por vezes na arquitetura ou na estrutura organizacional; são, ao mesmo tempo, um terreno muito diferenciado individualmente. As escolas, segundo Falsarella (2018), são formadas por subgrupos sociais com diferentes interesses, e estes definem a sua cultura dentro de determinado tempo, espaço e local.

A autora alerta que: “Estudar a rede de significados que compõe a cultura escolar permite a identificação dos mitos, crenças e valores que direcionam determinado grupo-escola, construídos ao longo do tempo pela história cotidiana vivenciada por seus membros, e que identificam cada escola em particular (FALSARELLA, 2018, p. 623)”.

Prosseguindo acerca de diferentes conceitos, retomamos as definições de Julia (2001) quando esta destaca que podemos compreender a cultura escolar como o conjunto de normas que passam a definir os conhecimentos ensinados, e as condutas adotadas pelas diferentes instituições. De outro modo, pode-se considerar o conjunto de práticas adotadas para a transmissão de conhecimentos e a incorporação pelos comportamentos gerados pela instituição.

Para Faria Filho (1996), a cultura escolar se consolidou como o espaço mais apropriado para formação de novas gerações, e que isso pode ser percebido, principalmente, nas pesquisas em história da educação. Isso porque, percebe-se, a construção da cultura escolar não se restringe necessariamente a se articular em torno do conhecimento, mas da possibilidade de criar uma instituição que crie e organize a vida social.

Em semelhante direção, Chervel (1988) defende que a escola é fornecedora de cultura e esse papel, por sua vez, está dividido em duas etapas: seus programas oficiais, representados pelas finalidades educativas propriamente ditas; e aqueles resultados advindos da ação escolar. Dessa forma, Chervel aponta finalmente a cultura escolar como aquela cultura adquirida na escola, seja em qual das duas etapas. Assim dizendo, resume-se que a escola não é apenas difusora, mas origem da cultura.

Mesmo antes dos autores anteriores, Candido (1964) já defendia o fato da estrutura escolar não estar baseada somente nos planos elaborados burocraticamente. Em outras

palavras, a escola, para ele, já representaria premissas muito mais amplas no contexto da cultura escolar. “Compreendendo não apenas as relações ordenadas conscientemente, mas, ainda, todas as que derivam de sua existência enquanto grupo social” (p. 107).

Em tese, sobre cultura escolar, Julia (2001) destaca a importância de compreender a evolução do conjunto da obra, como, por exemplo, as disciplinas escolares, os conteúdos ensinados, os exercícios, as práticas de motivação e de estímulo dos alunos e as provas de natureza quantitativa que asseguram o controle das aquisições. Além disso, explora como as normas e práticas escolares mudaram ao longo do tempo.

É importante destacar nesta discussão que a escola não se constitui de agentes neutros, seja ideológica ou politicamente, e nem de sujeitos livres de divergências. Tampouco a escola é feita por vontades individuais que guiam os seus rumos e ações. Cada instituição escolar responde ao seu próprio processo histórico e âmbito social imediato, não podendo ser pensada de forma isolada do contexto sócio-histórico de onde está inserida (FALSARELLA, 2018).

Da mesma forma, Mercado (1986) afirma não ser sequer necessário questionar o relacionamento da escola com o seu ambiente social. A relação, segundo o autor, ocorre obrigatoriamente como parte orgânica de um processo histórico e particular de cada instituição.

Brunet (1992) descreve o clima organizacional como multidimensional e percebido, simultaneamente, seja de forma consciente ou inconsciente pelos atores envolvidos, ao passo que todos influenciam a sua estruturação. Assim resume: “são os atores que fazem da organização aquilo que ela é” (p. 125).

Ao fim, podemos destacar o que defende Nóvoa (1998) quando este afirma que escolas são instituições compostas por particulares, e assim sendo, não devem ser pensadas como oficinas ou fábricas. Segundo o autor, ocorre justamente o contrário, as instituições escolares não toleram a simplificação racional e a lógica empresarial.

Neste capítulo podemos perceber que a cultura escolar, definitivamente, não é um conceito que pode ser simplesmente delimitado. Mas considera-se, com certeza, que as escolas foram construindo historicamente suas normas e práticas que definem o conhecimento, além de comportamentos e valores a serem transmitidos. O resultado destas

práticas é o que podemos chamar, com certeza, de cultura escolar (PESSANHA; DANIEL; MENEGAZZO, 2004).

Quanto as pesquisas no contexto da cultura escolar, Souza (2000) indica uma vasta possibilidade de fontes a serem utilizadas, destacando o esforço e dedicação a serem necessários do pesquisador para explorar documentos e garimpar vestígios espalhados nos arquivos, sejam eles os públicos, escolares ou particulares. Dentre as possibilidades, destaca: “Documentos produzidos pelos órgãos da administração do ensino para serem utilizados pelas escolas (relatórios, anuários, periódicos educacionais, orientações didáticas, manuais escolares, programas de ensino, despachos, entre outros) e documentos produzidos pelos agentes educativos – diários, semanários, cadernos e trabalhos dos alunos, provas, livros didáticos, fotografias, depoimentos orais, entre outros” (p.11).

Pérez Gómez (2001) distingue cinco tipos de cultura escolar na sociedade neoliberal: crítica, social, institucional, experiencial e acadêmica. O autor esclarece que a cultura escolar de um modo geral vai além da reprodução, pois ao interpretar a sociedade, ela a transforma ou origina novas construções sociais. Argumenta que a escola contemporânea não consegue se adaptar às rápidas transformações da sociedade em que está inserida, permanecendo, por vezes, desatualizada frente ao contexto histórico e social.

Parecemos carecer de iniciativa para enfrentar novas exigências porque, afinal de contas, nos encontramos encurralados pela presença imperceptível e pertinaz de uma cultura escolar adequada a situações pretéritas. A escola impõe, lentamente, mas de maneira tenaz, certos modos de conduta, pensamento e relações próprios de uma instituição que se produz a si mesma, independentemente das mudanças radicais que ocorrem ao redor (PÉREZ GÓMEZ, 2001, p.11).

O autor critica a influência do neoliberalismo na educação, apontando como esse modelo impõe uma lógica de mercado nas escolas. Ele destaca que, neste cenário, a educação favorece habilidades economicamente vantajosas em detrimento de uma educação mais completa e voltada para o desenvolvimento humano.

Em resumo, e com base nas definições apresentadas, compreendemos a cultura escolar como o conjunto de práticas, valores e representações desenvolvidas nas, e pelas escolas. Sendo possível afirmar que essa cultura se relaciona com o conceito mais amplo de cultura da sociedade como um todo. É possível verificar também, entre os autores, a defesa da importância da compreensão da escola enquanto instituição, seja para o desenvolvimento de pesquisas, seja para entender a realidade da educação de onde se busca estudar.

4. DELIMITAÇÃO E CONTEXTO

4.1 Bagé - A Rainha da Fronteira

A cidade de Bagé foi fundada em 17 de julho de 1811, está compreendida na região sudoeste do Rio Grande do Sul, mais propriamente na Região da Campanha Meridional, e faz fronteira com a República Oriental do Uruguai. O município possui uma área de 4.096 Km², está distante 393 quilômetros da capital gaúcha, Porto Alegre, e 513 quilômetros da capital uruguaia, Montevidéu².

Tem como municípios limítrofes ao Norte, Lavras do Sul e Caçapava do Sul, ao Sul Aceguá e a República Oriental do Uruguai, ao Leste Hulha Negra e Candiota e ao Oeste Dom Pedrito e República Oriental do Uruguai, conforme mostra a figura abaixo:

FIGURA 1 -Localização de Bagé no Mapa do RS



FONTE: Wikipédia

Atualmente o município possui 117.938 habitantes, de acordo com o Censo IBGE mais recente³. No final do século XX, o município teve seu território e população diminuídos com as emancipações dos municípios de Hulha Negra em 1993, de Candiota em 1993, e de Aceguá em 1996 (MORAES, 2005).

Na economia, como exemplifica Barreto (2015), a cidade desenvolveu-se principalmente através de forte relação com o campo:

O município de Bagé, situado na região da Campanha gaúcha, é conhecido pelo forte vínculo com o setor primário, especialmente na pecuária. A criação organizada, a seleção genética e a introdução de raças de ponta tiveram Bagé como um de seus

² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Demográfico 2010: Resultados Finais*.

³ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Demográfico 2022: Resultados Preliminares*.

principais palcos no Brasil. Em 1903 ocorre a primeira exposição-feira, das pioneiras do Rio Grande do Sul. Em 1904 é fundada a Associação Rural e, em 1906 é criada a Associação do Registro Genealógico Sul-Rio-Grandense, passo importante para o melhoramento genético dos rebanhos estaduais. O município ainda é conhecido por ser um dos principais criatórios de cavalos da raça puro-sangue inglês do mundo, possuindo mais de 50 haras, dos quais saem animais campeões nos principais páreos internacionais. Também é o berço da Associação de Criadores de Cavalos Crioulos, possuindo um dos maiores plantéis da raça (BARRETO, 2015, p. 95).

Segundo Tabora (1981), as primeiras distribuições das sesmarias em Bagé, pelo governo português, começam em 1779, às margens do Rio Camaquã, tendo a região os primeiros povos no período de 1789 a 1796.

As sesmarias também foram distribuídas para os soldados participantes da conquista do Forte de Santa Tecla, tendo assim, início a povoação na Coxilha de São Sebastião (GONÇALVES, 2006).

Conforme SOUZA (1991, p.13), a origem da região, com características de baixo povoamento e poucos proprietários, origina uma sociedade de caráter latifundiário e patriarcal.

As propriedades caracterizavam-se pela vastidão da área, pois apesar da limitação legal de três léguas quadradas, aproximadamente 13.000 ha, irregularidades começavam a aparecer quando, ao invés do disposto, cada pessoa da família do proprietário recebia a quota familiar, de modo que essa era multiplicada pelo número de parentes, chegando algumas propriedades a 70.000 ha ou mais” (SOUZA, 1991, p. 13).

Gonçalves (2006) ressalta que, posteriormente, tendo a sua urbanização entre 1875 e 1890, com um ciclo econômico de significativo desenvolvimento pastoril, a cidade dispôs de um “Centro Histórico” de arquitetura positivamente peculiar, com construções de influência predominantemente européias.

Os reflexos da forte economia do município percebidos na imponência de sua arquitetura, possuíam forte ligação com o surgimento das charqueadas, originando uma gama de empregos diretos e indiretos para a sua população (LEMIESZEK, 1997).

Ramos (2006), relata o processo de desenvolvimento econômico ocorrido na maioria das cidades gaúchas de fronteira, e ressalta a efervescência de Bagé no século XIX: “Quanto ao aspecto urbano, Bagé apresentava-se bem urbanizada com suas 33 ruas, cinco praças e mais de mil casas (...). Apesar da ocupação militar em seu nascedouro, a atividade econômica de Bagé estava concentrada na pecuária e na charqueada (p. 442)”.

Além disso, Bagé via a elite local ocupar os espaços urbanos e se organizar em eventos sociais, culturais ou de lazer, o que impulsionou grandes iniciativas, e por consequência, novas obras de arquitetura no centro da cidade. Conforme relata Ramos:

O processo de urbanização era, então, ampliado na medida em que esses grandes proprietários deslocavam-se para o espaço urbano, erguendo ali suas casas, em especial na rua Sete de Setembro. Tais prédios, assobradados ou não, eram um atestado da riqueza. As famílias dos fazendeiros, entretanto, continuavam morando no interior e a casa da cidade era usada por ocasião das festas religiosas do Divino Espírito Santo ou de São Sebastião, padroeiro da cidade. A essa sociabilidade de caráter religioso juntava-se a desenvolvida pelos comerciantes, que, dada sua importância e poder econômico, construíram o Clube Comercial e o teatro para peças teatrais, bailes e festas sociais e em cujos espaços as elites locais costumavam se reunir (RAMOS, 2006, p. 442-443)

A Charqueada Santa Thereza destacava-se no contexto econômico da Região da Campanha e representava o novo momento das charqueadas gaúchas, desenvolvendo em Bagé um “amplo complexo urbano e industrial”, incorporando técnicas modernas para a época, como mão de obra assalariada, controle de tempo dos trabalhadores e atenção a questões ligadas à higiene e saúde animal (SOARES, 2006, p.105).

As novas charqueadas gaúchas transitaram do espaço pelotense, ou litorâneo, para o espaço da campanha, ou da fronteira, localizadas aonde o gado era criado e utilizando-se de uma série de vantagens que o comércio de trânsito e o contrabando permitiu. Os charqueadores fronteiriços não sobreviviam apenas do charque em si. Do boi, era aproveitada a língua, os ossos, o pelo, o rabo, etc. Além das indústrias de derivados, possuíam olarias, serralherias e outras fábricas que poderiam funcionar no período da entressafra, tornando produtiva a vida dos operários. Seu proprietário, o português Antônio Nunes de Ribeiro de Magalhães, adicionou luxo e requinte à vida rústica da fronteira. O charque gaúcho manteve-se como o principal produto exportado no Rio Grande do Sul durante a República Velha, competindo com os produtos coloniais e com os frigoríficos que se instalaram no Estado a partir de 1917 (SOARES, 2006, p. 105-106).

O momento era de modernização e crescimento na região, muito impulsionado pelo papel de Bagé no cenário charqueador do século XIX. O papel crucial da ferrovia Bagé-Pelotas-Rio Grande, implantada em 1884, permitiu estender o desenvolvimento para a região da Campanha, dando maior autonomia a Bagé em relação a Pelotas (GONÇALVES, 2006).

Soares (2006) esclarece que o tronco ferroviário que ligou Rio Grande a Bagé foi um elemento indispensável na nova dinâmica econômica que as fronteiras adquirem e na interiorização das charqueadas.

Vale lembrar que sem os trilhos, seria impossível a instalação das charqueadas no interior do Estado. Nessa época, Bagé absorve rebanhos da fronteira e do planalto que se destinavam, anteriormente, para Pelotas ou para Montevideú. Em Bagé, como nos demais municípios da fronteira, as charqueadas acompanharam e promoveram a

modernização que a região passou na segunda metade do século XIX (SOARES, 2006, p. 56-54).

Baseado em estatísticas relativas às arrecadações municipais, de 1908, Gonçalves (2006) revela que Bagé situava-se como a quarta maior economia do Estado, sendo o período áureo da economia do município ocorrido durante os governos do intendente José Otávio Gonçalves, que governou entre 1892 a 1913, com algumas interrupções.

Na década seguinte, Costa (1922) descreveu uma cidade bastante próspera e com um enorme aparato industrial e financeiro para os padrões dos anos 1920.

O município conta com cinco estabelecimentos saladeiris; uma fábrica de línguas; uma de corned-beef; dois curtumes; três fábricas de sabão e velas; duas de massas alimentícias; quatro caieiras; uma fábrica de fumo; uma de carrapaticida; fábrica de telhas francesas, mosaicos diversos; granjas, onde se fabricam queijo e manteiga; três fábricas de carros; duas de tamancos; uma de malas; duas de chinelos; cinco serrarias; três olarias; uma fábrica de gelo. Conta com filiais e agências do Banco da Província, Pelotense, Nacional do Comércio e do Brasil (COSTA, 1922, p. 495).

No mesmo contexto, Lemieszek (2000) descreve uma cidade pujante, com suas obras públicas, teatros exuberantes, clubes sociais, orquestras e grêmios literários, conquistas que eram frutos do progresso da Bagé do início do século XX.

. Outro fator de desenvolvimento das regiões fronteiriças, especialmente da cidade de Bagé, está ligado ao histórico perfil militar da cidade, sendo a sociedade local diretamente influenciada pelos desdobramentos políticos e militares advindos de aspirações da nascente elite sul-rio-grandense (DEWES, BICA E FERREIRA, 2017).

Originalmente, os rumos da cidade estiveram intimamente relacionados com o período colonial do Brasil e suas relações com os países vizinhos, que nem sempre foram pacíficas. No final do século XIX, com a Proclamação da República e os conflitos entre o grupo de republicanos no poder e os opositores a essa política, Bagé emergiu como um cenário marcado por intensa atividade político-partidária e, depois, por eventos bélicos (LOPES, 2013).

A origem destas características são explicadas pelo próprio surgimento de Bagé, que teve sua ocupação através de estâncias estabelecidas pelos jesuítas espanhóis e imigrantes portugueses entre o século XVII e XVIII. Vale lembrar que a região situa-se em uma “fronteira seca”, caracterizada por linhas demarcatórias imaginárias. Com isso, várias estruturas e fortificações foram construídas para impedir o avanço português nos campos da

região. Uma destas construções foi o Forte de Santa Tecla, em janeiro de 1774, localizado próximo a Bagé (DEWES, BICA E FERREIRA, 2017).

Detalha o surgimento de Bagé por um acampamento militar, Salis (1955):

No ano de 1812, desenvolvia-se o novo núcleo de Bagé, nascido de um acampamento militar (...). Numa ação de profundo sentimento religioso e em procissão transportam para a nova freguesia a preciosa imagem de S. Sebastião, talhada em madeira, com olhos amendoados, estilizando bela feição íncola e depositaram em um rancho, característico dos pampas sulinos, dos muitos que existiam no acampamento de Dom Diogo (...). Construíram então, no local onde se acha a histórica matriz de S. Sebastião, a primeira capela de grande dimensão, feita em torrões de barro e coberta com capim santa-fê. (...) em 1814, a freguesia foi elevada à condição de curato... (SALIS, 1955, p.34)

Com a realização de tratados coloniais entre Portugal e Espanha, os luso-brasileiros expandiram o seu território, povoando-os em direção à região sul e oeste, fundando povoados, capelas e vilas, e assim, o Império brasileiro consolidava a posse destas localidades. Foi nesse processo de urbanização que Bagé esteve inserido e desempenhou importância estratégica (RAMOS, 2016).

Com a chegada do século XX, a população de Bagé, que girava em torno de 30 mil habitantes em 1900, aumentaria para 45 mil habitantes no ano de 1920 (FAGUNDES, 2005). Fator que, segundo Lemieszek (1997) se deu após a administração pública municipal introduzir incentivos para a construção de sobrados, bem como a construção de prédios para agências bancárias e grupos de casas que servissem para locação. Nessa fase, ruas foram calçadas com pedras regulares, e o comércio local incentivado a instalar vitrines iluminadas.

Posteriormente, outro capítulo importante da história de Bagé ocorreu na Revolução de 1930. Sendo a cidade importante núcleo político riograndense, Lemieszek (1997) destaca que os novos rumos traçados no país após a implantação do Estado Novo, impulsionaram mudanças de ordem política que ocasionaram em uma constante ampliação e urbanização da cidade, originalmente uma melhora do seu traçado urbano.

Lemieszek e Garcia destacam, também, a importância dos imigrantes para o desenvolvimento e progresso cultural da cidade, especialmente dos espanhóis, portugueses e italianos. “Juntas, as três colônias de imigrantes deixaram um belo legado de obras e lição de vida a seus descendentes bajeenses. Fundaram hospitais, sociedades beneficentes, casas comerciais e indústrias” (2003, p.15).

Além disso, a ideia de uma sociedade culta e de vocações artísticas, presente em diversos autores, aqui é reforçada através da influência desses imigrantes para a vida social de Bagé: “...tiveram presença marcante na música, nas artes e na literatura bajeense, não podendo deixar de citar, desse modo, a qualidade dos artesãos e profissionais de diversos ofícios de relevante utilidade para a novel cidade” (LEMIESZEK E GARCIA, 2003, p.15).

Relevante e pioneiro pode ser considerado o papel cultural exercido por Bagé. Em meados do final do século XIX, a cidade já recebia as principais companhias europeias de teatro e música, a partir das capitais Montevideu e Buenos Aires. Em 1897, por exemplo, o cinema chega à Rainha da Fronteira um ano após ser lançado na França (LEMIESZEK; GARCIA, 2013).

Por meados da década de 1930, aparecem sinais de que a economia não seguiria se desenvolvendo como antigamente. A queda da bolsa de Nova Iorque, em 1929, atinge diretamente o crescimento do setor civil. Além disso, o charque, principal produto exportado pelo município, entra em decadência, e o gado passa a ser destinado para frigoríficos que surgem em meados da década de 1940, substituindo as charqueadas (GONÇALVES, 2006).

Texto do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN, revela que a partir da década de 1950 a metade sul gaúcha teve escassos investimentos financeiros. E Bagé, por sua vez, tem o seu desenvolvimento especialmente prejudicado pela intensificação da vigilância nas faixas de fronteira. Esse prejuízo é agravado durante a ditadura militar, entre 1964 e 1985, dificultando o desenvolvimento e restringindo áreas rurais para a segurança nacional (IPHAN, 2009).

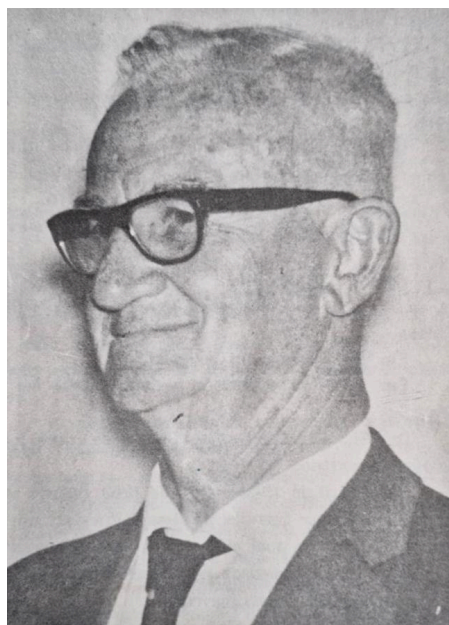
Notando os Censos Demográficos da década 1950, Bagé possuía 66.172 habitantes, sendo um dos maiores centros urbanos gaúchos à época⁴. É nesse contexto de empobrecimento, e de conscientização de que a educação não estava chegando a maior parte da população jovem, que a luta pela expansão do ensino gratuito é intensificada no município. Um dos principais protagonistas e idealizadores dessa aspiração, é o prefeito Carlos Kluwe.

⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Demográfico 1950: Resultados Finais*.

4.2 Dr. Carlos Antônio Kluwe: “Médico dos Pobres, Educador da Juventude, Amigo de Todos”⁵

Segundo escritos dos professores e pesquisadores Eduardo Contreiras Rodrigues e Aldini Domingos Pasinato, para o Anuário “Jubileu de Prata”, de 1979, o patrono da instituição, Dr. Carlos Kluwe, nasceu em 3 de janeiro de 1890, próximo ao passo do Valente no Rio Negro, município de Bagé. Realizou o curso primário em Bagé, o secundário na Escola Brasileira Professor Inácio Montanha, em Porto Alegre, e o superior na Faculdade de Medicina de Porto Alegre, diplomando-se no ano de 1915 (RODRIGUES; PASINATO, 1979).

FIGURA 2 - Dr Carlos Antônio Kluwe



FONTE: Anuário Jubileu de Prata (1979)

Kluwe clinicou em Lavras do Sul e posteriormente no Laboratório Pereira Filho, em Porto Alegre, por cerca de dois anos, entre 1919 e 1920. Em 1919, casou-se com Iracema Teixeira, da sociedade porto-alegrense, com quem teve os filhos Gilda, José e Gilca. Em 1921, exerceu a medicina em Caxias do Sul, e em 1923 estabeleceu-se definitivamente em Bagé. Entre 1938 e 1940, ocupou o cargo de Inspetor Federal de Ensino junto aos colégios de nível secundário. Entre 1940 e 1960, já aposentado, exerceu o cargo de Exator Estadual da Mesa de Rendas, com o intervalo apenas entre 1948 e 1951, quando foi eleito prefeito de Bagé (RODRIGUES; PASINATO, 1979).

⁵ Dizeres escritos em seu busto no pátio da Escola Estadual Dr. Carlos Antônio Kluwe

Foi em 15 de novembro de 1947 que a cidade de Bagé realizava a sua primeira eleição municipal pós- Estado Novo, que resultaria na vitória de, Carlos Kluwe, do PSD, partido que naquela oportunidade também garantiu oito de 13 cadeiras na Câmara de Vereadores (TABORDA, 1966 apud SEVERO, 2008).

O cenário de predominância de Kluwe, e do PSD, no entanto, ficam restritos a este primeiro momento. Posteriormente, o partido que dominou a política local em Bagé foi o PTB. Das cinco disputas ocorridas no breve período democrático entre a ditadura do Estado Novo e a Ditadura Militar, o PTB vence quatro delas, com exceção de 1947. Além disso, foi o partido que conseguiu eleger os vice-prefeitos seguintes, com exceção de 1959. No legislativo, a situação foi muito parecida. Após obter apenas três cadeiras em 1947, o PTB faz maioria na Câmara nas demais eleições (SEVERO, 2008).

QUADRO 4 - Prefeitos e vice-prefeitos eleitos em Bagé (1947-1963)

ANO	PREFEITO	PARTIDO	VICE	PARTIDO
1947	Carlos Kluwe	PSD	Camilo Gomes	PTB-UDN-PL
1951	João Baptista Fico	PTB	Frederico Petrucci	PTB
1955	Hugo Almeida Souza	PTB	Justino Quintana	PTB
1959	João Baptista Fico	PTB	Camilo Gomes	PSD-UDN-PL
1963	Luiz Maria Ferraz	PTB	Frederico Petrucci	PTB

FONTE: TABORDA apud SEVERO, 2008

Entre o pleito que elegeu Carlos Kluwe, em 1947, e o pleito de 1963, que elegeu Luiz Maria Ferraz, permanecem 22 anos sem eleições diretas para prefeito, voltando a população de Bagé a eleger um prefeito novamente apenas no ano de 1985 (SEVERO, 2008).

O ex-prefeito Kluwe faleceu em Bagé, em 28 de setembro de 1966. Foi responsável pela implantação do Ginásio Municipal que posteriormente resultou com êxito na obtenção de uma instituição ginásial estadual e gratuita em Bagé, uma de suas principais lutas. Após o seu falecimento, a Escola Estadual de 2º Grau "Dr. Carlos Antônio Kluwe" recebe o seu nome (RODRIGUES; PASINATO, 1979).

Um dos pontos mais sensíveis a Carlos Kluwe, relata-se, eram as questões ligadas à educação e ao aprimoramento, especialmente da juventude. Primeiro, pela dificuldade que encontrou em seu desenvolvimento enquanto morador da zona rural de Bagé. E

posteriormente, ao eleger a pauta como um de seus principais compromissos pessoais (RODRIGUES; PASINATO, 1979).

O "guri-de-pé-no-chão", como se intitulava, não escondia a mágoa que alimentou na juventude por sentir-se preterido em seu processo de formação. Ao contrário, ressaltam Rodrigues e Pasinato (1979), não se tornou um revoltado, mas um realizador. Carlos Kluwe, detinha um modesto arquivo pessoal, indício da falta de interesse em posar para a posteridade. Como prefeito, atacou energeticamente os problemas da época, sendo suas principais bandeiras: a instrução pública, moradias populares, desapropriação de terras e o amparo aos pequenos produtores. Destas, sem dúvida alguma, elencou os problemas da educação aos oriundos de família pobre como prioridade.

Em ocasião de homenagem que lhe foi atribuída no “Estadual”, um pensamento que frequentemente relatava, e foi reiterado na ocasião, era o seguinte:

Quando eu era guri de ‘pé no chão’ como vocês, aqui em São Sebastião, e via os outros partirem para Porto Alegre, seguindo os estudos, alguma coisa me apertava o coração. Eu ficava e os outros iam! .. Depois meus pais, com grande sacrifício me mandaram também para os estudos... (RODRIGUES; PASINATO, 1979, p.15)

Como traços da personalidade de Carlos Kluwe, relata-se que alimentava a crença da capacidade do homem crescer desde que encontrasse condições propícias e estimulantes. Além disso, considerava uma responsabilidade, uma espécie de missão pessoal, de que cabia a ele agir para viabilizar estas condições (RODRIGUES; PASINATO, 1979).

Durante a própria homenagem recebida no “Estadual”, Kluwe faz a seguinte declaração: “Foi se criando em mim um compromisso tácito — o de, se algum dia for alguma coisa na vida, não esquecer em nenhum momento aqueles que veem o trem passar, o auto correr, desaparecer ao longe, conduzindo seus colegas para os estudos, sem poder imitá-los”⁶ (RODRIGUES; PASINATO, 1979, p.16).

Na medicina, exerceu com zelo a função que lhe garantiu gratidões e fidelidades, especialmente dos mais desfavorecidos. Foi sensível à dor alheia, seja de saúde, seja de pobreza. Tal fato, é verdade, estagnou o seu patrimônio (RODRIGUES; PASINATO, 1979), mas lhe garantiu a alcunha de “médico dos pobres”, uma das definições contidas em seu busto no pátio do “Estadual”.

⁶ Trecho utilizado no epígrafe deste trabalho.

Um fato curioso, é que Kluwe foi jogador de futebol de amplo destaque. Em Porto Alegre, integrou o quadro futebolístico do Sport Club Internacional como jogador em 1909, ano de sua fundação, e depois como diretor de futebol (RODRIGUES; PASINATO, 1979).

Além disso, Carlos Kluwe é considerado, até hoje, o primeiro ídolo da história do Internacional. Não só por ter sido exímio jogador, considerado um dos melhores da época, mas também pelo fato de ter moldado a vida do Internacional com sua personalidade e liderança. Teria jogado sua primeira partida em 1909, e entre 1912 e 1917, é um dos principais responsáveis por cinco campeonatos sucessivos do clube colorado. Como jogador, dispunha de disposição, vigor e entusiasmo. Como diretor de futebol, um líder rígido, que exigia disciplina e dedicação dos atletas (SANTOS, 1975).

FIGURA 3 - Carlos Kluwe Jovem



FONTE: Sport Club Internacional

Coimbra *et al* (2009), no livro “A História dos Grenais”, confirma: Carlos Kluwe foi o primeiro ídolo do Internacional. Não apenas pelo que foi como jogador, mas pela liderança que mudou a história colorada. Após a derrota por 10 a 0 no primeiro clássico contra o Grêmio, Carlos Kluwe foi um dos responsáveis por não deixar com que fechasse o clube recém criado..

Alguns, contudo, se deixaram abater pela humilhação do primeiro Grenal. Caso do presidente João Leopoldo Seferin. Aos poucos, desanimado, ele foi se afastando do clube, dedicando-se mais ao seu trabalho na Pharmacia Fischer. No final do ano, entregaria a presidência em definitivo para Henrique Poppe. O time passou três

meses sem jogar, bem próximo do fechamento. O que não ocorreu devido à fibra de alguns bravos. Com destaque para dois, entre eles: o maragato gritão Antenor Lemos e o primeiro ídolo da torcida, Carlos Kluwe (COIMBRA et al, 2009, p.13).

Muito creditado à sua liderança, o Inter conseguiu suas primeiras conquistas: os campeonatos municipais de 1913, 1914 e 1915 (COIMBRA et al, 2009).

Mas Carlos Kluwe não só foi médico, pecuarista e futebolista, condições que por si só gozavam de muito prestígio. Anos depois, cresceria na estima pública e se tornaria prefeito de Bagé. Sua gestão estava pautada principalmente na educação, saúde, transporte e fomento agrícola. Na educação, destaca-se a abundância de bolsas de estudo que distribuiu e a criação do Ginásio Municipal (RODRIGUES; PASINATO, 1979).

Não só de vitórias foi feita sua gestão, no entanto. Rodrigues e Pasinato (1979) destacam os entraves, os apelos não correspondidos, principalmente ligados à criação do ginásio gratuito que sonhava. Mas que não o fizeram esmorecer.

Foram novas lutas: apelos a Ernesto Dornelles, Governador, a Manuel Antônio Vargas, Secretário da Agricultura, na busca de recursos; conquista de adeptos para sua iniciativa; remoção de entraves burocráticos; atenuação de susceptibilidades. Carlos Kluwe, quando se lançava numa empreitada, o fazia de corpo e alma, não admitindo a alternativa de recuar (RODRIGUES; PASINATO, 1979, p.18).

Prova da persistência de Kluwe, citada pelo documento e destacada acima, são os tantos percalços enfrentados até a conclusão do ambicioso ginásio gratuito, sua principal idealização enquanto homem público. São percalços de ordem econômica, burocrática e política, que serão abordados e explorados com detalhes nos próximos capítulos.

4.3 Contexto Histórico e Pedagógico (1930-1971)

Este capítulo aborda a realidade da educação no contexto do Rio Grande do Sul e do Brasil, sobretudo no âmbito da escola pública, onde serão discutidas principalmente as reformas e os indicativos desde período.

Neste capítulo, permitimos adicionar publicações com abordagens regionais para além daquelas incluídas no processo de revisão de literatura. Foram algumas das publicações que utilizamos como base para a construção desta etapa, seja para citação ou compreensão: a tese “História da Organização Educacional de Bagé (1925-1929)”, de Bica (2020); o artigo “Os Primeiros Olhares Sobre as Instituições Escolares de Bagé”, de Bica (2009); o livro “História de Bagé: Novos Olhares”, de Andrade, Padoin e Ismério (2021); o livro “Nenhuma criança

sem escola no Rio Grande do Sul”: os reflexos da política educacional de Brizola no município de Bagé/RS”, de Rodrigues (2015); o artigo “A Trajetória da Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Carlos Kluwe”, de Nogueira, Silva e Garcia (2021), e o Anuário “Jubileu de Prata” (1979), dos professores Rodrigues e Pasinato (1979).

Pesquisas envolvendo a temática da história da educação, e que abranjam estudos mais localizados e regionalizados, conforme Bica (2012), permitem leituras a trabalhos mais singulares e que levem os pesquisadores a ter inserções mais assertivas no contexto de seus recortes temporais. Acrescenta que assim é possível priorizar questões de pesquisa e ter um contato mais próximo de suas fontes.

“Instrução secundária”, “ensino secundário”, “educação secundária”, “curso ginásial” e “curso secundário fundamental” foram algumas das denominações dada ao nível escolar que antecedia os cursos superiores, conforme relembram Pessanha, Assis e Silva (2017). Ao longo deste trabalho aparecerão distintas nomenclaturas referentes às instituições, e que foram lembradas pelos mesmos autores. São elas: Liceu, Colégio e Ginásio.

Durante o período de 1930 a 1960, Bittar (2012) destaca que, apesar de ser possível notar no Brasil uma expansão em todos graus de ensino, continuavam persistindo traços de elitismo e exclusão no sistema educacional.

Na memória da escola brasileira, a escola pública, pelo menos nos primeiros 60 anos do século XX, era tida em alta conta pela sociedade. Em geral, os grupos escolares, os ginásios, cursos de científico e Escola Normal públicos eram estabelecimentos de ensino considerados de excelência, cujas vagas eram disputadas por exames de seleção, e frequentadas por pessoas oriundas das classes média e alta (VEIGA, 2008, p. 502).

O ensino secundário enquanto local de reprodução de discriminação é descrito por Cury (1998). Para o autor, o nível de ensino refletia a perversa realidade brasileira, elitista e seletiva, sem destinação social. Além de tudo, o que hoje conhecemos por ensino médio, neste período estaria esquecido, em segundo plano e sem receber importância do poder público.

Dallabrida (2009) destaca que o ensino secundário não era contemplado pela atuação dos poderes públicos federal e estaduais, e da mesma forma também destaca que esse nível de ensino, até a década de 1920 foi dominado pelas instituições privadas.

Na mesma direção, Nagle (2009) concluiu que o restrito número de estabelecimentos destinados a esse nível de ensino demonstrava a sua seletividade. Por isso, a iniciativa

particular atuava livremente da forma que melhor conviesse. Conforme destaca Tambara (1998, p.179), estava em voga a lógica positivista: "ensine quem quiser, onde quiser e como puder".

Segundo Gertz (2007) foi após o ano de 1925 que um interesse pela difusão do ensino secundário passou a ser notada, com a reorganização desse nível constituindo um núcleo que orientou novos rumos. Em contraste com os debates em vigor naquele período, desta vez as soluções para a educação secundária pareciam modestas, possuindo uma estagnação e tendência de continuidade.

Simultaneamente, uma parte da elite gaúcha, especialmente a de intelectuais, demandavam a ampliação desse nível de ensino. Gil (2020) cita relatório em que demonstra ação do então Intendente de Porto Alegre, Octavio Francisco da Rocha, em municipalizar o Ginásio Anchieta, em 1926, intitulando-o a partir de então "Ginásio Municipal Anchieta". Anteriormente, esta era uma instituição privada, gerenciada por jesuítas. Com a municipalização, passou a adotar a mesma programação do Colégio Pedro II. E em acordo com a municipalidade, estabeleceu-se o comprometimento da instituição em admitir 20 alunos gratuitamente.

Foi somente com a chamada "Reforma Francisco Campos", em 1931, que se instaurou oficialmente no Brasil inteiro a ideia de modernização do ensino secundário, conferindo, na teoria, organicidade à cultura escolar deste nível. Segundo explica Dallabrida (2009), uma série de medidas foram criadas, entre elas: o aumento do número de anos do curso secundário; sua divisão em dois ciclos; a frequência obrigatória dos alunos às aulas; e um detalhado e rígido sistema de avaliação discente.

As medidas relatadas acima tinham por principal objetivo desenvolver estudantes secundaristas autorregulados e produtivos, o que segundo Dallabrida (2009), estaria em plena sintonia com o que pensava e vivia a sociedade brasileira nos anos 1930. Além do mais, a Reforma Francisco Campos marcou "uma inflexão significativa na história do ensino secundário brasileiro, pois ela rompe com estruturas seculares nesse nível de escolarização" (p. 185).

Neste contexto, cabe destaque ao Decreto-lei nº 4.144, onde o ensino secundário passou a ser ministrado em dois ciclos: o primeiro em um curso de quatro anos, chamado de ginásial; e o segundo que seria compreendido por dois cursos paralelos de três anos, o clássico

e o científico. O curso científico voltado para o estudo de ciências, e o clássico, que visava uma formação intelectualizada com foco na filosofia e ciências humanas, por exemplo. A nomenclatura dada às instituições de ensino também seria distinta: o ginásio, nome dado aqueles do primeiro ciclo; e o colégio, que seria destinado ao ciclo ginasial e a ambos cursos do segundo ciclo (JOSGRILBERT, 2015).

Em seguida, a Lei Orgânica do Ensino Secundário, Decreto-lei nº 4.244 de abril de 1942, fez parte de um conjunto de Leis Orgânicas, conhecidas em sua totalidade como Reforma Capanema. Foram partes da reforma as seguintes leis/decretos (JOSGRILBERT, 2015):

- Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, que organizou o ensino industrial;
- Decreto-lei nº 4.244 de 9 de abril de 1942, que organizou o ensino secundário em dois ciclos: o ginasial, com quatro anos, e o colegial, com três anos;
- Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943, que reformou o ensino comercial.
- Decreto-lei nº 8.530, de 02 de janeiro de 1946, que organizou o ensino normal;
- Decreto-lei nº 9.613 de 20 de agosto de 1946, que organizou o ensino agrícola.

Durante o período entre as décadas de 1930 a 1960, o país atravessou mudanças estruturais que impactam diretamente a construção do seu sistema de educação pública. Se levarmos em consideração o âmbito econômico e estrutural, o país passava por uma transição acelerada que se caracterizava pelo avanço do capitalismo, alavancando o ritmo de produção e ocasionando em profundas modificações. Essas modificações foram facilmente sentidas no aparato escolar brasileiro (BITTAR; BITTAR, 2012).

De acordo com Linares (2011), tratando-se de política nacional, a educação foi colocada em segundo plano neste período. Pouco se pensou, por exemplo, em melhorar o nível de escolaridade ou mesmo erradicar com o analfabetismo em solo brasileiro.

Prova desse descaso pode ser percebida no Censo de 1940⁷, onde foram registrados 56,17% de analfabetos na população com idade acima de 15 anos. A realidade passou a ter pequena mudança à medida em que, na Constituição de 1946, ficou prevista a elaboração da

⁷ Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_v3_br.pdf

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Fato que só ocorreu em virtude da pressão de intelectuais que, em 1932, iniciaram o Manifesto da Escola Nova, atribuindo ao Estado o dever da garantia de escola pública, obrigatória, gratuita e sem vínculos com a Igreja (LINARES, 2011).

Um outro fenômeno que explica o surgimento de algumas iniciativas de expansão do ensino público no Brasil durante esse período pode ser encontrado logo após o segundo pós-guerra, em um processo histórico de ampliação do Estado. De acordo com Gomes (2021), este é um contexto onde atuavam movimentos de educação e cultura popular, que surgem na intersecção entre Estado e sociedade civil, implicando demandas sociais para a categoria política e modificando conceitos tradicionais de cultura popular.

Neste período da história, o Estado é convocado a promover uma demanda na economia nacional através do aumento dos gastos públicos, seja contratando e pagando um maior número de funcionários, seja com investimento estatal que resultasse em lucro às grandes empresas detentoras de monopólios (NETTO, 2011). Podemos perceber a expansão da educação enquanto beneficiada por este momento nacional de expansão capitalista.

Na mesma direção, Fontes (2010) confere que a sociedade civil brasileira, como um todo, passou a promover e desenvolver uma série de instituições e associações voltadas a defesa de diversos grupos específicos e classes sociais, a exemplo das entidades patronais, os partidos políticos, os jornais de ampla circulação, os sistemas de rádio - com infraestrutura estatal -, os sindicatos, e conseqüentemente, a ampliação das redes escolares públicas e privadas.

Sobre a origem desse fenômeno de ampliação do estado, Gomes (2021) recorre a Gramsci enquanto base de compreensão. O pilar, segundo o autor, está na interpretação peculiar do filósofo do marxismo, a chamada “filosofia da práxis”.

A partir da perspectiva de Gramsci avançamos para a tentativa de compreensão do processo de ampliação do Estado brasileiro no pós Segunda Guerra, quando nos aproximamos de nosso objetivo de tentar analisar as articulações dos movimentos de educação e cultura popular dos anos 1960 com o Estado. Os movimentos surgiram em um vínculo bem estreito com a sociedade política, o que lhes acarretou algumas limitações, mas também possibilidades, dado que gozavam de recursos e relativa autonomia. Inseridos nas organizações populares, em um contexto de efervescência das lutas sociais no Brasil, superaram a concepção tradicional de educação popular e tencionaram os rumos das políticas públicas em Educação no período, atuando também por dentro da sociedade política, mas procurando superar seus limites (GOMES, 2021, p.2).

Não é equívoco dizer que esse, entre outros fenômenos resultaram em movimentos e pensamentos que podiam se traduzir na defesa da educação estatal e pública para todos, cujo intuito provinha de um sentimento de nação, onde o estado deveria formar seus indivíduos para uma vida social. Isso se dava porque os movimentos de cultura e educação popular se desenvolveram nesse contexto de ruptura em relação às concepções pré-estabelecidas do que significaria, de fato, a educação popular no Brasil (GOMES, 2021).

É preciso dizer que muitos desses movimentos surgiram num contexto onde, de acordo com os censos, no final da década de 40, o Brasil registrava uma média de 56,1% de seus habitantes analfabetos. A década seguinte marcou um decréscimo, ainda tímido, com índice de 50,7% de analfabetismo registrado. Na década de 1960, o avanço foi mais relevante, falando-se em 39,6% de brasileiros que não sabiam ler ou escrever (SCANDELA, 2011).

Do ponto de vista político-social, o Brasil dos anos 1950, conforme define Meucci (2020), vivia uma democracia trôpega e com ambições confusas e dispersas do ponto de vista desenvolvimentista. Era uma nação mais ou menos estável. E saltava aos olhos a quantidade de problemas desafiadores que impedia o país de atingir essas ambições.

Na mesma década de 1950, um dos maiores problemas brasileiros era evidenciado através do alto índice de analfabetismo, com taxas que atingiam quase metade da população com mais de quinze anos (SOUZA, 1999).

O autor descreve que neste período, foi retomado o projeto do grupo então conhecido como “Pioneiros da Escola Nova”, que contava com nomes como Anísio Teixeira, Jayme Abreu e Lauro de Oliveira Lima, figuras contrárias ao caráter segregador que caracterizava a educação secundária. O grupo criticava essas características do nível de ensino e tinham como proposta principal a sua democratização (AMADO, 1964).

Esses dados, conseqüentemente, revelam que o segundo grau não era realidade para parcela significativa dos estudantes, e que a maioria sequer chegava a este grau de instrução.

Vieira (2020) descreve o cenário educacional brasileiro dos anos 1950 como um espaço-tempo de florescimento no que diz respeito a posições teóricas e iniciativas de renovação do ensino secundário. Neste momento, esta etapa do ensino havia se estabelecido definitivamente enquanto pauta da vez.

É na década de 1950, portanto, que a demanda pelo sistema educacional brasileiro dispara. A exemplo do sistema primário, que sai de 4.352.000 alunos para 7.141.000, um acréscimo de mais de 70%. No nível médio, ou segundo grau, os matriculados, que no início do ano de 1950 era de 540.000 alunos, dez anos depois são de 1.177.000 (SCANDELA, 2011).

Nesse período os planos de estudos estavam focados em disciplinas tradicionais, como línguas, matemática, ciências, geografia e história. Diferentes disciplinas do ginásio, cujos programas eram extensos e sobrecarregados de conhecimentos, informações, assuntos, nomenclaturas e bibliografias (NAGLE, 2009).

Dados do Serviço de Estatística do Ministério da Educação e Cultura resgatados por Abreu (1955, p. 37) revelavam um crescimento de 490% nas matrículas do nível secundário entre 1933 e 1953, somando 1.771 estabelecimentos e 535.775 alunos no ano de 1954. Para fins de dimensionamento destes números, o autor também ressalta que no recenseamento de 1950, a população brasileira de 12 a 18 anos estimava-se em torno de 9 milhões e 100 mil habitantes.

Da mesma forma, Scandela (2011) reitera a realidade da educação no período de 1954 a 1964 como um sistema excludente e elitista, o que pode ser confirmado, segundo a autora, pelas estatísticas que refletiam a educação durante parte do período.

Analisando-se as matrículas em 1954, verificamos que ela assim se distribuem:

QUADRO 5 - Matrículas por ciclo e série em 1954 no Brasil

1º ciclo (ginásio)	1ª série	168.009	459.489
	2ª série	127.297	
	3ª série	93.980	
	4ª série	70.203	
2º ciclo (colegial)	1ª série	35.559	76.286
	2ª série	22.612	
	3ª série	18.115	
Total			535.775

FONTE: Serviço de Estatística do Ministério da Educação e Cultura

O segundo ciclo (ciclo colegial) tinha o seu total de matrícula (76.286) assim distribuído nos seus dois cursos:

QUADRO 6 - Distribuição de Matrículas no Ciclo Colegial

CICLO COLEGIAL	
Curso clássico	10.880 matrículas
Curso científico	65.406 matrículas

FONTE: Serviço de Estatística do Ministério da Educação e Cultura

Conforme relata Abreu (2005), com base nos dados do Ministério da Educação e Cultura, das 1.771 escolas secundárias existentes, todas com o curso ginásial (primeiro ciclo), apenas 714 ministravam ensino de segundo ciclo. Esses cursos eram 529 do tipo “científico” e 189 do tipo “clássico”. Além disso, 435 eram públicas, e 1336 particulares.

Considerando apenas as instituições públicas no ano de 1954, a divisão era a seguinte:

QUADRO 7 - Características do Ciclo Colegial Público

Esfera Mantenedora	Nº de Estabelecimentos	Número de alunos
Municipal	68	18.757
Estadual	348	18.208
Federal	19	6.500

FONTE: Serviço de Estatística do Ministério da Educação e Cultura

Para melhor compreender a natureza seletiva do curso secundário, é preciso se ater ao caráter estrutural do problema, uma vez que mesmo após a já citada Reforma Capanema, promovida por Francisco Campos e Gustavo Capanema, o caráter excludente permaneceu como característica do segundo grau. Eram marcas desse nível escolar o academicismo e enciclopédismo, o mantendo distante dos cursos profissionais (AMADO, 1964).

Dos estabelecimentos secundários funcionando no ano de 1953, 616 estavam nas capitais, e 1152 nas cidades do interior do Brasil. De acordo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos haviam 1253 cidades brasileiras sem nenhuma instituição a ofertar nível secundário, seja público ou privado (ABREU, 2005)

No caso das regiões mais distantes da capital ou de grandes cidades, esse desenvolvimento da procura e acesso à educação foi mais lento e demonstrava uma resistência de grupos dominantes, sobretudo das oligarquias vinculadas aos setores agropastoris. Estes não tinham interesse em mudanças que pudessem vir a comprometer o seu *status* local. Conforme detalhe Araújo (2007), para esses grupos a prioridade era garantir mão de obra não qualificada, analfabeta e/ou semianalfabeta, para que assim pudesse manter a produção em seus latifúndios.

Bica (2013) sustenta que, no ano de 1904, no município de Bagé, se instalou o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora voltado a estudantes do sexo masculino, e um ano depois, instala-se o Colégio Espírito Santo, voltado para o sexo feminino. Ambas instituições pertencentes a congregações eclesiásticas e voltadas à elite local. Na década de 1950, junto a estas, soma-se o Ginásio Perseverança, também voltado ao público feminino, totalizando três instituições ginasiais a ofertar o primeiro ciclo secundário na cidade de Bagé, todas de caráter privado (CORREIO DO SUL, 1952).

Sobre o papel da escola católica na educação, Alves (2005, p. 229) pondera da seguinte forma: “se ela colaborou com as elites na manutenção da ordem estabelecida, ela também ofereceu resistência às classes hegemônicas, educou parcela das camadas populares e contribuiu de forma decisiva para a formação da nação brasileira”. O autor ainda discorre que, para além da oferta de ensino majoritariamente elitizada, a forte participação das escolas católicas no Brasil também implicaram em discussões entre os defensores de uma educação laica.

No início da década de 1940, o panorama do ensino secundário no Rio Grande do Sul era marcado por uma oferta limitada de instituições públicas, consistindo apenas em quatro estabelecimentos mantidos pelo estado: o Instituto de Educação e o Colégio Júlio de Castilhos, localizados em Porto Alegre, além dos cursos anexos às Escolas Normais Osvaldo Aranha, em Alegrete, e Olavo Bilac, em Santa Maria. Paralelamente, o governo estadual também oferecia subvenções a quatro ginásios municipais: em Rio Grande, São Gabriel, São Borja, e Taquara. Esta configuração sugere uma certa marginalização do ensino secundário por parte das políticas públicas da época, que se refletia em uma predominância de instituições privadas no setor. De acordo com Tambara (2007), até 1947, o estado contava com 131 unidades de ensino secundário, evidenciando um contraste notável entre a

quantidade de estabelecimentos privados em comparação aos públicos, o que destaca a escassez de investimentos governamentais nesse nível educacional e uma consequente tendência à privatização do ensino secundário na região.

Mesmo com significativo avanço, quando se vê sob perspectiva das gestões administrativas situadas na década de 1954 a 1964, é possível perceber diferentes focos entre os diferentes governos, entretanto, a educação não é prioridade em nenhum deles. Os projetos públicos com amplo destaque neste período apostam no concreto e imediato, com planos audaciosos de médio e curto prazo, como por exemplo, a construção de Brasília por Juscelino Kubitschek (LINARES, 2011).

O ano de 1961, de qualquer forma, significou um marco importante no contexto educacional brasileiro, uma vez que efetivou medidas demandadas desde a Constituição Federal de 1934, nesse caso, a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB –, que veio como resposta a toda essa parcela da sociedade que pedia mais envolvimento do estado e democratização no ensino. É válido ressaltar que esta lei que visa regularizar o sistema de educação brasileiro, só foi aprovada 13 anos depois de ser encaminhada ao Legislativo, pelo Executivo, em 1948 (SCANDELAI, 2011).

Segundo o mesmo autor, as principais características estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases de 1961 foram:

(...) uma maior autonomia aos órgãos estaduais, diminuindo a centralização do poder no MEC; regulamenta a existência dos Conselhos Estaduais de Educação e do Conselho Federal de Educação; garante o empenho de 12% do orçamento da União e 20% dos municípios com a educação; dinheiro público não exclusivo às instituições de ensino públicas; obrigatoriedade de matrícula nos quatro anos do ensino primário; formação do professor para o ensino primário no ensino normal de grau ginasial ou colegial; formação do professor para o ensino médio nos cursos de nível superior; ano letivo de 180 dias; ensino religioso facultativo (SCANDELAI, 2011, p. 26).

Apesar de ser considerada um avanço, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação garante modestas reformas de organização e conteúdo à educação popular, enquanto que foca na expansão da rede privada, regulamentando a abertura de escolas e universidades (SCANDELAI, 2011).

É no ano posterior, 1962, que o Ministério da Educação dá início ao Programa Nacional de Alfabetização, inspirado no Método Paulo Freire e em campanha realizada em Cuba, uma vez que o país caribenho havia erradicado o analfabetismo em um ano. O

programa foi efetuado para combater os altos índices de analfabetismo registrados no Brasil, e para passar a mensagem de que o estado preocupava-se com a situação da educação no Brasil (SCANDELA, 2011).

Vale lembrar que o mesmo período é marcado pela expansão do modelo fordista nas indústrias, fato que demanda mão de obra qualificada em território nacional, ou ao menos de que soubesse ler instruções de maquinários. Segundo Scandela (2011), este seria o real motivo pelo qual o Estado brasileiro estaria focando na erradicação do analfabetismo: a não falência da indústria brasileira motivada pela falta de trabalhadores aptos.

Pode-se observar que logo depois, durante a ditadura militar, surgida em 1964 no Brasil, o Brasil não seria marcado por conquistas ou mesmo usufruiria daquelas conquistas na LDB de 1961. Nesse sentido relatam Ferreira e Bittar (2008):

(...) projeto “Brasil, país do futuro”, assentado no processo de modernização autoritária das relações capitalistas de produção, repercutiu, em decorrência das demandas científicas e tecnológicas que a sociedade urbano-industrial exigia, tanto no âmbito da reforma universitária de 1968 quanto na reforma da educação básica que instituiu o sistema nacional de 1º e 2º graus, em 1971. A cronologia dos acontecimentos é reveladora da lógica economicista que presidia os objetivos propugnados pelos governos dos generais presidentes: primeiramente, os planejamentos econômicos, nos quais estavam estabelecidas as diretrizes que vinculavam organicamente economia e educação, e depois a materialização dessas diretrizes no âmbito das reformas educacionais (p. 340).

A década de 70 experimentou novas mudanças, com o advento da Lei 5.692/71, que reconfiguraria o sistema de ensino brasileiro, e passaria a focar, supostamente, na democratização do ensino.

(...) a modificação se fez com a junção do curso primário e do curso ginásial num só curso fundamental de 8 anos. Com isso, eliminou-se um dos pontos de estrangulamento do nosso antigo sistema representado pela passagem do primário ao ginásial, passagem que era feita mediante os chamados exames de admissão. Com a eliminação destes, que era um dos agentes responsáveis pela seletividade, foi eliminado legalmente, em consequência, um instrumento de marginalização de boa parte da população, que concluía o curso primário (ROMANELLI, 2003, p.237).

Nagle (1977) atenta sobre uma contribuição da Lei nº 5.692/71, relacionada à organização do sistema educacional, fator que passa pela estruturação da lei em questão. Segundo ele, a lei possibilitou pensar a educação brasileira enquanto sistema escolar de fato. Isso é, anteriormente a ela, cada nível de ensino era individual e não se relacionava com os demais níveis escolares. Com a referida lei, mesmo que em um contexto autoritário, é que abrem-se possibilidades para a integração do ensino.

(...) a Lei nº 5.692/71 torna solidárias as escolas primária e média e acaba com a existência de ramos da escola média. Ao estabelecer princípios comuns às escolas de 1º e 2º graus – promove a integração do conjunto de 47 instituições escolares nessa faixa. O novo modelo de relacionamento dessas instituições eliminou a organização por compartimentos estanques, organização dualista que separava, como tem sido repetido, a escola da elite da escola do povo, a educação acadêmica da profissional (NAGLE, 1977, p.18)

Por fim, um aspecto que merece destaque no que tange a LDB de 1971, foi o surgimento de novas propostas para a formação profissional, que contemplaria no 2º grau a formação voltada a atuação de trabalho. A ideia de racionalidade técnica era um dos princípios que nortearam a Lei em questão (SWIECH, 2020). A lei⁸ trazia em seu artigo I que: “(...) por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania”.

É correto afirmar, portanto, que avanços e democratização no sistema educacional foram especialmente motivados pelo crescimento acelerado do capitalismo no Brasil, cujo plano de fundo era uma política autoritária com ausência de democracia. Com base nos autores do capítulo, a educação seguiria, por alguns anos, a lógica dos interesses econômicos, mais do que qualquer deficiência ou demanda popular.

⁸ Disponível em:
<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>

5. METODOLOGIA

5.1. Natureza da Pesquisa

Este trabalho foi realizado através de uma pesquisa documental, descritiva e de análise qualitativa. Com base nos acervos explorados e na coleta de dados aplicada, esta pesquisa se classifica como documental. Como explicam Sá-Silva; Almeida & Guindani (2009), a pesquisa documental busca criar novas formas de compreensão de fenômenos e a oportunidade de conhecer a forma com que estes foram desenvolvidos.

A pesquisa qualitativa, por sua vez, é a mais indicada para trabalhos na área das Ciências Sociais. Isso se dá porque esta área trabalha com fenômenos humanos e suas produções, e estas não podem ser satisfatoriamente traduzidas em números (MINAYO, 2009).

Além disso, enquanto método, este tipo de pesquisa é construído através de um amplo estudo de diversos materiais que não foram utilizados em nenhum outro trabalho de análise, ou que podem ser reexaminados, desde que buscando-se por outras interpretações ou informações inéditas. Estes materiais são chamados de documentos (GUBA E LINCOLN, 1981).

Explorar o que realmente é um "documento" nos leva até suas raízes etimológicas. A palavra vem de "documentum", do latim, que nos lembra que um documento vai além de simples papel. Segundo Rondinelli (2011), é algo que ensina e exemplifica. Essa ideia nos ajuda a ver documentos não só como fontes de informação, mas como ferramentas que orientam e inspiram.

Cellard (2008) nos leva a refletir sobre a complexidade em definir o que é um documento. Ele sugere que um documento, em sua essência, funciona como uma prova - um registro escrito que, legalmente, valida a veracidade do que afirma. Sua função é registrar, atestar ou comprovar fatos e acontecimentos. Para Cellard, essa definição captura a multifuncionalidade dos documentos, destacando seu papel crucial em fornecer evidências e registros fiáveis.

(...) o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito freqüente ente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD, 2008, p. 295).

Cellard (2008) expande o conceito de documento para qualquer vestígio do passado que sirva como testemunho. Esta visão abrange tanto textos escritos, bem como documentos visuais e cinematográficos, além de outros tipos de registros.

Godoy (1995) nos apresenta uma ampla gama de materiais que podem ser utilizados como documentos em pesquisas. Esses incluem não só textos escritos, como jornais, revistas, diários, e correspondências, mas estende-se aos dados estatísticos e elementos iconográficos, como imagens e filmes. A classificação desses documentos em "primários" ou "secundários" depende da proximidade do produtor do documento com o evento estudado. Documentos primários são aqueles originados de indivíduos que experienciaram diretamente o evento, enquanto documentos secundários são coletados por aqueles que não estiveram presentes. Esta distinção é crucial para entender a perspectiva e o valor dos documentos dentro de uma pesquisa.

No nosso trabalho, as fontes de dados são majoritariamente jornais impressos, mais precisamente das edições do jornal *Correio do Sul*, de Bagé/RS, analisados entre os anos de 1950 e 1955 e registradas as matérias de interesse por meio de fotografia digital. O período escolhido foi aquele condizente com o objetivo de compreender o processo de implantação da instituição em questão.

Os jornais, panfletos e revistas sempre foram ferramentas valiosas para a pesquisa histórica, oferecendo uma rica variedade de perspectivas e temas. Desde o século XIX até os dias atuais, esses materiais impressos, que abrangem desde publicações locais e nacionais até aquelas de cunho especializado, militante, alternativo ou humorístico, fornecem um vasto campo para análise. Os historiadores têm à disposição editoriais, colunas sociais, seções de economia e política, notícias, artigos, cartas dos leitores e crônicas, permitindo-lhes mergulhar em análises sociais, políticas, econômicas e culturais. Essa diversidade de conteúdos abre caminhos para interpretar a história através de viés social, político, econômico e/ou cultural (LEITE, 2015).

Além desta fonte, foi analisado o acervo próprio da instituição estudada, que apesar de contar com poucos documentos do exato período estudado, conta com um grande volume de outras documentações que foram de grande relevância para o entendimento do contexto completo, além de documentações de período ligeiramente posterior. Para Jick (1979), a triangulação em pesquisa social não é usada apenas como uma técnica para validação dos

resultados, mas como uma ferramenta poderosa para aprofundar e ampliar o entendimento. Combinando diferentes fontes de dados, métodos e perspectivas teóricas, os pesquisadores podem verificar diferentes facetas de um mesmo fenômeno, melhorando a robustez e riqueza de seus achados.

A Análise Documental, para Lüdke e André (1986, p. 38), “(...) pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja completando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”. Prior (2002) defende que pesquisadores explorem as complexidades da análise documental, incluindo autenticidade dos documentos, viés e contexto variáveis, para extrair insights significativos.

Na primeira fase da análise documental, o processo de seleção e avaliação preliminar dos documentos é essencial para a identificação dos materiais mais adequados para investigar os problemas e as hipóteses definidas inicialmente (GODOY, 1995).

5.2 Pesquisa no Acervo da Escola Carlos Kluwe

Para buscar fontes que auxiliassem a nossa pesquisa, fez-se uma busca nos acervos e arquivos da instituição. Na sala da direção fomos apresentados a alguns poucos livros, escritos e fontes que nos auxiliaram a compreender alguns dos principais marcos na trajetória da escola. Ainda que trate, neste caso, de fontes secundárias, são documentos relevantes, uma vez que contam com explicações, relatos detalhados e narrativas cronologicamente organizadas no que diz respeito à linha do tempo escolar.

Posteriormente, tivemos acesso à sala da escola onde está guardado o arquivo propriamente dito. A maioria dos documentos, principalmente aqueles mais protocolares, estão muito bem organizados por período, com exceção apenas das fotografias e outros documentos individuais e avulsos. O acesso livre e irrestrito a este espaço foi plenamente autorizado pela direção da escola para exploração das fontes e utilização em nossa pesquisa.

Encontrou-se por lá um acervo relativamente vasto, e uma boa quantidade de materiais com potencial de colaborar com a compreensão do contexto em que a nossa pesquisa está envolta. São exemplos as fotografias, fichas de alunos - desde a fundação da escola -, relatórios, demonstrativos financeiros, atas, entre outros.

Escolano (2010) nos explica que o patrimônio cultural das escolas é conservado através dos documentos produzidos pelas próprias instituições no decorrer de suas atividades, e de como regem suas normas e diretrizes dentro dos seus sistemas de ensino. O autor revela que os documentos guardados se tornaram obsoletos do ponto de vista operacional, frente às novas demandas e sistemas utilizados. Entretanto, são valiosas as informações guardadas, principalmente no contexto da história da educação, uma vez que preservam modos singulares de operacionalizar e registrar atividades escolares em seus respectivos tempos históricos.

Mogarro destaca que estes acervos fornecem contribuição principalmente no que tange recontar a trajetória escolar, uma vez que:

As escolas são estruturas complexas, universos específicos, onde se condensam muitas das características e contradições do sistema educativo. Simultaneamente, apresentam uma identidade própria, carregada de historicidade, sendo possível construir, sistematizar e reescrever o itinerário de vida de uma instituição (e das pessoas a ela ligadas), na sua multidimensionalidade, assumindo o seu arquivo um papel fundamental na construção da memória escolar e da identidade histórica de uma escola (2006, p. 73).

Sobre a classificação do que configurariam fontes nestes espaços, Medeiros (2004) descreve os arquivos escolares como sendo constituídos pelo conjunto de documentos produzidos e/ou recebidos pela instituição referente às suas atividades específicas, completando que não importa a natureza dos documentos. São exemplos de documentos que podem compor arquivos escolares: correspondências oficiais, legislação, planos de disciplina e de aula, atas, inventário escolar, provas finais, documentos de professores e de alunos, livros de frequência e matrícula, controle dos servidores, entre outros.

Outra informação relevante, segundo o mesmo autor, é de que os arquivos escolares são caracterizados como arquivos públicos, uma vez que as informações encontradas ali constituem interesse social.

Kripka, Scheller e Bonotto (2015) sobre a escolha dos documentos em uma pesquisa documental, destacam:

O documento a ser escolhido para a pesquisa dependerá do problema a que se busca uma resposta, portanto não é aleatória a escolha. Ela se dá em função dos objetivos e/ou hipóteses sobre apoio teórico. É importante lembrar que as perguntas que o pesquisador formula ao documento são tão importantes quanto o próprio documento, conferindo-lhes sentido (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015, p. 245).

Na pesquisa realizada no acervo da escola, o filtro dos materiais foi feito *in loco*, não sendo feito registro daquilo que se entendeu não contribuir para os objetivos do estudo. O

método foi adotado devido ao grande volume de atas e outros documentos ali arquivados. Sendo assim, muitos documentos foram analisados por amostra, a exemplo das fichas de alunos. Estes documentos foram explorados individualmente apenas quando o primeiro exemplar condizia com a temporalidade e abordagem buscada, se mostrando relevante aprofundar.

Com isso, foi feito o registro dos seguintes tipos de fontes:

QUADRO 8 - Fontes encontradas por categorias

FONTE	Atas	Fotografias	Relatórios	Fontes Secundárias	Fichas	Boletins
NÚMERO	1	2	3	1	1	12

FONTE: do autor

São exemplos de documentos e locais acessados:

FIGURA 4 - Diário com Informação sobre docentes e discentes



FONTE: Fichas discentes pertencente ao acervo da escola

As fichas discentes não foram analisadas individualmente, mas se mostraram relevantes para o entendimento da escola e de seu público-alvo, revelando o alto número de alunos advindos de escolas particulares, e também naturais de outros municípios da região.

FIGURA 5 - Fotografia durante obras no Ginásio da Escola



FONTE: Arquivo da Escola Carlos Kluwe

Fotografias como a foto da obra do Ginásio da escola, embora fora do nosso período de análise, datando na década de 1960, nos mostra o potencial de pesquisa futura com base em documentos encontrados em posse da instituição.

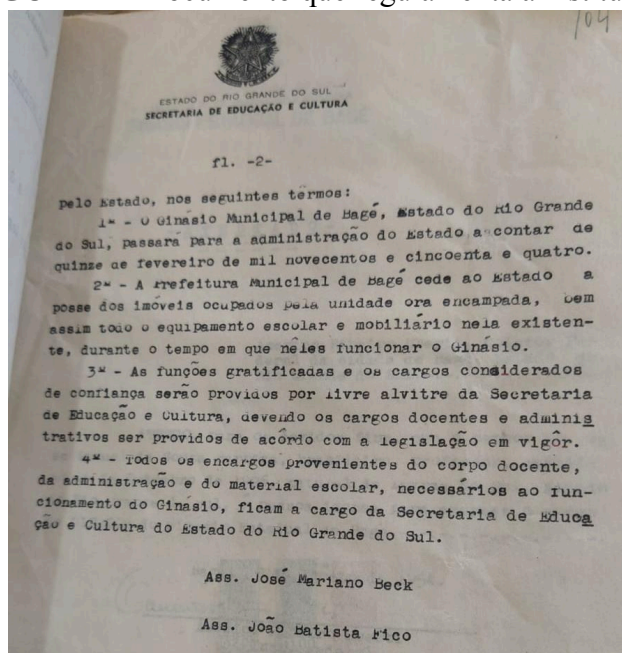
FIGURA 6 - Foto Parcial da Disposição do Acervo da Escola



FONTE: Do autor

O acervo da escola dispõe de documentos bem armazenados e catalogados. A maioria dos materiais, no entanto, especialmente as fotografias, são de décadas mais recentes, especialmente entre 1980 e 2010. Considerando o nosso período de análise da implantação, entre 1950 e 1955, e o período contextualizado no referencial teórico, entre 1948 e 1971, a maior parte dos documentos encontrados foram boletins escolares.

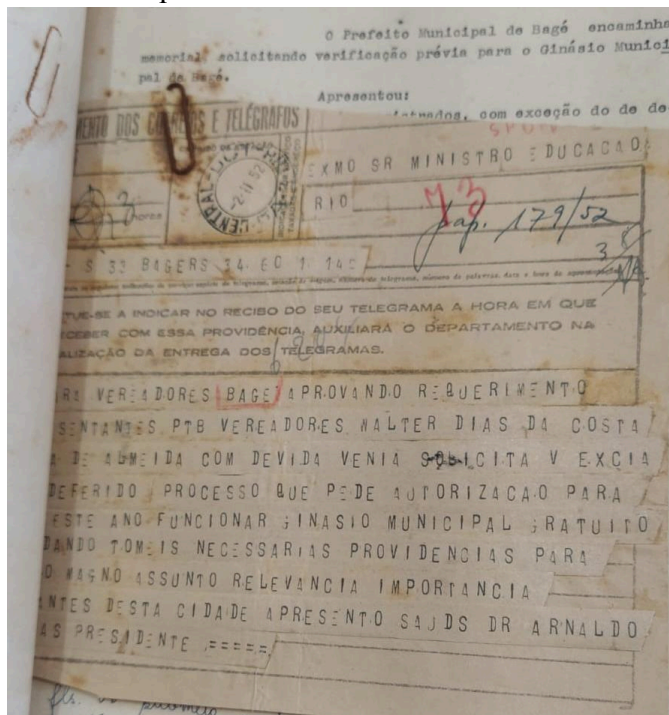
FIGURA 7 - Documento que regulamenta a instituição



FONTE: Arquivo da Escola Carlos Kluwe

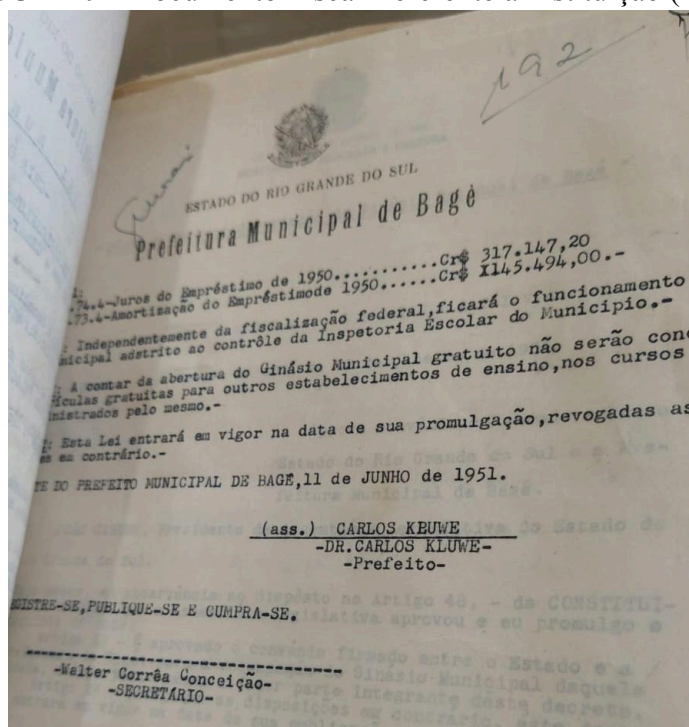
Alguns dos documentos mais úteis para a composição deste trabalho, foram os documentos onde constam leis e parâmetros que criam e regulam a escola. Alguns são documentos originais, como o requerimento da figura abaixo.

FIGURA 8- Requerimento da Câmara de Vereadores de Bagé



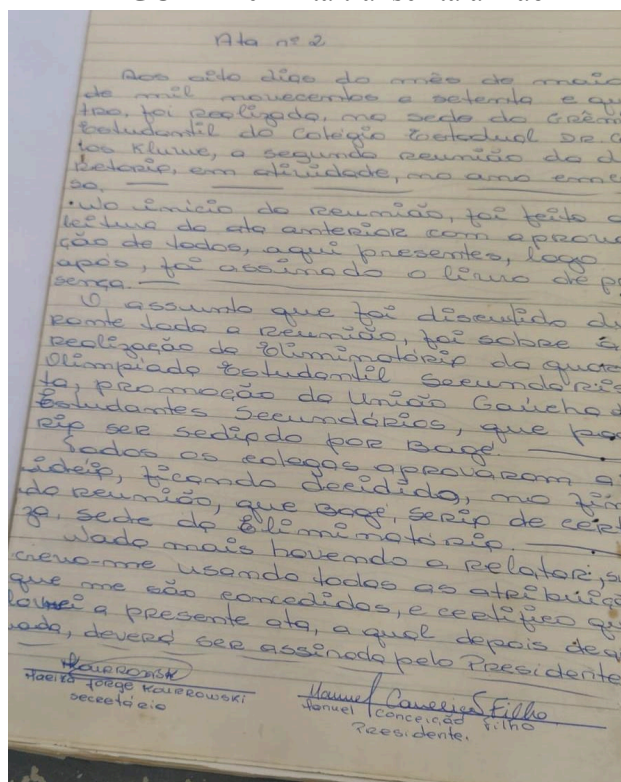
FONTE: Arquivo da Escola Carlos Kluwe

FIGURA 9 - Documento Fiscal Referente à Instituição (1951)



FONTE: Arquivo da Escola Carlos Kluwe

FIGURA 10 - Ata transcrita à mão



FONTE: Arquivo da Escola Carlos Kluwe

5.2.1 Anuário “Jubileu de Prata”

O anuário Jubileu de Prata foi escrito e organizado pelos professores Eduardo Contreiras Rodrigues e Aldini Domingos Pasinato, em homenagem aos 25 anos da instituição, e tendo sido publicado em setembro de 1979. Segundo os próprios autores, tem por objetivo homenagear e resgatar a memória do patrono da instituição, e registrar cronologicamente os principais acontecimentos relacionados à escola. Relatam, que o processo se deu após minuciosas pesquisas e entrevistas.

Apesar de esta não ser uma fonte jornal, como as demais presentes no acervo da escola, foi adotada nesta pesquisa com o mesmo objetivo dos jornais: o acesso aos fatos cronologicamente registrados, facilitando o entendimento do processo através de escritas confiáveis à época. Além disso, o cruzamento de informações entre esse documento, outras fontes primárias e secundárias, e os próprios jornais, se mostrou necessário para as conclusões deste trabalho.

Este subcapítulo traz informações resumidas e contextualizadas, presentes no referido Anuário, e que contribuem para os objetivos deste trabalho.

Sobre Kluwe enquanto entusiasta da educação, Rodrigues e Pasinato revelam uma de suas iniciativas anteriores ao Ginásio Municipal. Cartas, telegramas, álbum de doações documentam o envolvimento de administradores, políticos, cidadãos bageenses, pela sua iniciativa em instalar uma escola agrícola no município. Com êxito, conquistou-se a escritura pública em que o Ministério da Agricultura cedia três quadras de sesmaria à Sociedade Assis Brasil de Educação Rural (SABER), representada por seu fundador e presidente Carlos Kluwe.

Já enquanto prefeito, registra-se que, em janeiro de 1951, o Dr. Carlos Kluwe escrevia ao Sr. José Mógliá pedindo-lhe opinião sobre a municipalização do Colégio Perseverança e relatando ter chegado a um consenso com a emérita Professora e Diretora Mélanie Granier, para que essa iniciativa fosse tomada. Na ocasião, enumerava, no entanto, diversos inconvenientes de ordem técnica e econômica, que presume-se, devem ter sido os motivadores para que o projeto fosse abandonado.

Não desistindo da empreitada de um Ginásio público, o prefeito Kluwe apresenta o projeto em 28 de maio de 1951, posteriormente aprovado como Lei Municipal nº 153 de 11 de junho do mesmo ano, que criava o Ginásio Municipal.

Em 11 de junho de 1954, a Portaria nº 414 do Ministério da Educação e Cultura (MEC) outorgou ao Ginásio Estadual de Bagé a autorização condicional para iniciar suas atividades. Posteriormente, em 30 de agosto do mesmo ano, o diretor e o inspetor do estabelecimento formalizaram o primeiro Regimento Interno.

A solução para o local do Ginásio Estadual de Bagé emergiu de uma troca favorável: o terreno municipal, antes palco do Teatro Vinte de Setembro situado na junção da Av. Gen. Osório com a Rua Monsenhor Costábile Hipólito, foi permutado com o Banco do Brasil. O banco, visando ampliar suas instalações, ofereceu seu antigo prédio na Av. Sete de Setembro, nº 799, onde anteriormente ficava o Banco Pelotense, hoje Banco Bradesco, em troca da valiosa esquina. Efetuada a troca, o Banco do Brasil mudou-se, liberando o antigo espaço para a Prefeitura, resultando em uma nova negociação, cujo lucro permitiu comprar e adequar o prédio que abrigaria o ginásio.

O Prefeito Carlos Kluwe, não dispondo de prédio para instalar o Ginásio, vendeu à Cooperativa de Crédito Mauá aquele que houvera do Banco do Brasil (por Cr\$ 865.000,00) e adquiriu, dos herdeiros e legatários da Vva. Faustina Contreiras Osório, a residência então conhecida como Palacete Osório (por Cr\$ 700.000,00). A diferença de preço, favorável à Prefeitura de Bagé, permitia iniciar obras de adaptação da residência adquirida, para sua nova destinação. Os serviços administrativos seriam localizados no "palacete". As salas de aula e o auditório deveriam ser construídos, como de fato o foram. Quando o Dr. Kluwe deixou a Prefeitura, estavam praticamente prontas as salas de aula que se estendem pela face sul (ala esquerda) e a ala direita compreendendo quatro salas e o auditório a elas superposto. Pouco faltava pavimento, quadros murais, e tê-las em condições de utilização (RODRIGUES; PASINATO, 1975, p. 21).

No início do século, o "Palacete Osório", uma residência encomendada pelo médico Dr. Pedro Osório, também conhecido como Dr. Pedrinho, foi construído como sua moradia. Em 1951, a Prefeitura Municipal adquiriu o palacete com o objetivo de abrigar o então planejado Ginásio Municipal, que mais tarde se tornaria a Escola Estadual de 2º Grau "Dr. Carlos Antônio Kluwe".

A troca de gestão na prefeitura acabou desacelerando as obras do ginásio. Desde novembro de 1951, o Ministério da Educação já tinha em mãos um pedido da Prefeitura de Bagé para uma avaliação que era crucial para liberar a autorização de funcionamento. Um funcionário chegou a ser enviado para verificar a situação, mas encontrou a construção inconclusa, o que impediu a autorização. Esse impasse aconteceu mais de uma vez. Além disso, um problema com a documentação causava uma quebra de expectativa no ministério,

complicando ainda mais as coisas. No fundo, a grande lacuna era a falta de dinheiro. Diante desse cenário, a prefeitura buscou ajuda do governo estadual para tentar resolver a situação.

FIGURA 11 - Palacete Pedro Osório



FONTE: Anuário “Jubileu de Prata”

Enquanto isso, com a eleição do Dr. Fico para Deputado Federal, o Prof. Frederico Petrucci tomou as rédeas da prefeitura. Ele tinha uma boa relação com o Dr. Kluwe e podia contar com a energia e disposição do Prof. Boaventura Mielle da Rosa. Juntos, eles se dedicaram a finalizar as adaptações necessárias no palacete, mesmo com um orçamento apertado. O que faltava em dinheiro, sobrava em entusiasmo. Assim, o trabalho de acabamento avançou a passos lentos, mas firmes, ao longo de 1953 e 1954.

Mesmo fora da condição de prefeito, Dr. Kluwe não poupou esforços e usou seu prestígio para convencer importantes figuras do Governo Estadual a apoiar a incorporação do ginásio, como mostram os cartões de agradecimento do Governador Ernesto Dornelles e do Secretário Manuel Vargas. Em 23 de dezembro de 1952, a Lei Estadual nº 1970 finalmente deu sinal verde para a incorporação do Ginásio Municipal de Bagé. Poucos meses depois, em 23 de março de 1953, a Lei Municipal nº 473 autorizou a prefeitura a formalizar o acordo. Em 25 de março, uma portaria nomeou o representante da prefeitura para assinar o acordo, passando o prédio da Av. Tupi Silveira, nº 1436, para o Estado, que, em troca, assumiria o ginásio. Mas tudo isso levou tempo: o acordo só foi oficialmente assinado em 15 de dezembro de 1953 pelo Secretário de Educação e Cultura, Dr. José Mariano Beck, e pelo Prefeito de

Bagé, Dr. João Baptista Fico. Por fim, em 19 de janeiro de 1954, o Decreto Legislativo nº 408 ratificou o acordo.

O Ginásio começou a funcionar no terceiro andar do Grupo Escolar Silveira Martins, ocupando o turno da tarde, enquanto esperava a conclusão das obras do seu prédio durante 1954. O Estado já tinha definido a estrutura legal da escola e assumido a responsabilidade pela sua manutenção. Em fevereiro, nomeou o Prof. José Samuel de Souza Barbosa, de Lavras, como o primeiro diretor. Além disso, em 10 de março, o MEC enviou três telegramas idênticos ao Superintendente do Ensino Secundário do Rio Grande do Sul, ao Inspetor Federal Carlos Vidal de Oliveira e ao diretor do Ginásio Estadual de Bagé. Esses telegramas autorizavam a escola a aceitar matrículas condicionais para todas as séries enquanto um relatório detalhado estava sendo finalizado pelo Inspetor Vidal de Oliveira.

Inicialmente, o plano era que o Ginásio começasse funcionando apenas com a primeira série. No entanto, uma reviravolta ocorreu quando a prefeitura cortou o financiamento para vagas em escolas particulares, deixando muitos estudantes carentes em uma situação difícil. Diante da necessidade dos alunos que terminavam a quarta série em 1954 de continuar seus estudos, o Ginásio Estadual, com o aval do Superintendente do Ensino Secundário, decidiu abrir as portas para as quatro séries de uma vez, matriculando 400 alunos em dez turmas.

Ao final de 1954, as obras no prédio da Av. Tupi Silveira, nº 1436, foram concluídas, e em 10 de março de 1955, o Ginásio Estadual finalmente se mudou para sua sede definitiva. Ainda faltavam móveis para os 600 alunos matriculados no Ginásio e na primeira série do Curso Colegial, o que levou a instituição a pedir emprestado cadeiras de clubes, fábricas e entidades esportivas, até que o mobiliário adequado chegasse no final de abril.

Em 21 de janeiro de 1958, uma decisão importante veio com a Portaria 73 do MEC, que não só autorizou o funcionamento do segundo ciclo da escola, mas validou todas as ações realizadas desde 10 de março de 1955. Foi nesse momento que o nome da instituição foi oficialmente mudado para Colégio Estadual de Bagé, deixando para trás a denominação de Ginásio Estadual de Bagé.

Em dezembro de 1966, a escola recebeu uma nova homenagem, sendo renomeada como Colégio Estadual "Dr. Carlos Antônio Kluwe", em reconhecimento à imensa contribuição de seu fundador, falecido em 28 de setembro do mesmo ano.

Com a adoção de novos padrões pela Secretaria de Educação e Cultura (SEC), o Decreto nº 26810, de 22 de março de 1978, trouxe mais uma mudança de nome, passando a instituição a ser conhecida como Escola Estadual de 2º Grau "Dr. Carlos Antônio Kluwe", alinhando-se assim às novas diretrizes educacionais.

Constatava o Anuário referido neste capítulo, que a nova nomenclatura dada à escola dificilmente iria se popularizar, posto que a designação abreviada "O ESTADUAL" estaria sedimentada na mente popular.

É posto também, que o Ginásio que iniciara sua trajetória com quatrocentos alunos, em 1979, como Escola de 2º Grau, já abrigava mais de mil e setecentos.

5.3 Pesquisa no Jornal Correio do Sul

O Jornal Correio do Sul foi um impresso diário que circulou entre os anos de 1914 e 2008, na cidade de Bagé. Conforme destaca Pimenta (2021), o veículo foi criado com a finalidade de ser oposição ao jornal O Dever, surgido ao final do século XIX, e que tinha a política republicana como linha editorial.

O Correio do Sul é o único jornal a ter todas as edições disponíveis ininterruptamente na Hemeroteca do Arquivo Público Municipal de Bagé, o que possibilita uma melhor compreensão para as pesquisas que adotam o jornal como fonte.

Além disso, conforme destaca Pimenta (2021), durante o ano de 1961, a exemplo, foi o único jornal a circular na cidade de Bagé. Fator que comprova a sua relevância, dada a importância da cidade no cenário estadual, bem como a força do impresso como meio de comunicação e informação naquele período.

É por meio dos jornais que se torna possível compreender e relacionar processos ocorridos nas sociedades, e dificilmente serão detalhadas de tal forma em qualquer outro tipo de fonte. Conforme destaca Leite (2015) uma série de debates relevantes está registrado na imprensa, como e posições políticas, ideológicas, econômicas, lutas sociais, costumes, práticas e grupos sociais e eventos culturais.

É essencial lembrar que a busca pelo poder muitas vezes se expressa através da influência sobre a opinião pública. Por isso, quando usamos os jornais como material de pesquisa, é importante ter cautela por conta de algumas questões. Jornalistas enfrentam uma série de pressões: a corrida para publicar notícias atualizadas, o desafio de encaixar suas histórias no limitado espaço disponível, além das inclinações políticas dos proprietários dos jornais, que podem afetar diretamente a segurança de seus empregos. Todos esses fatores podem influenciar a forma como as informações são apresentadas ao público (CARNEIRO, 2014).

Por meio das edições do Correio do Sul, dentro do período citado, foi feita uma leitura minuciosa de todas as edições, em busca de matérias, colunas ou quaisquer citações que fizessem menção: i) ao Ginásio Municipal de Bagé; ii) à ideia de nível secundário gratuito; iii) pauta da educação direta ou indiretamente ligada ao objetivo deste trabalho.

Com isso, registrou-se 87 matérias, divididas da seguinte forma quando agrupadas por ano de publicação:

QUADRO 9 - Matérias Encontradas por Ano

ANO	1950	1951	1952	1953	1954	1955
MATÉRIAS	7	25	20	7	6	22

FONTE: Do Autor

Categorizando quanto ao conteúdo, podemos fazer o agrupamento em 12 categorias distintas entre si. Vale ressaltar que algumas matérias podem ser encaixadas em mais de uma categoria.

Foram criadas as categorias:

i) **Análises Educação Geral** - artigos e matérias do jornal, sejam análises ou demandas, sobre a situação da educação, principalmente suas lacunas;

ii) **Avisos e Convocações** - espaço do jornal que instituições de ensino utilizavam para divulgar seus processos seletivos, editais e outras informações relevantes;

iii) **Demandas Ginásio Gratuito pelo Jornal**: matérias onde a linha editorial era reivindicar a existência de um ginásio gratuito;

iv) **Demandas Ginásio Gratuito pela Sociedade** - o mesmo que a categoria anterior, mas agrupando matérias de reivindicações feitas pela sociedade civil, estudantes e políticos;

v) **Desdobramentos da Implantação** - notícias sobre o andamento das obras e dos trâmites burocráticos e legais envolvidos no processo;

vi) **Desdobramentos da Não-Implantação** - como o processo de implantação do Ginásio Municipal não foi linear e contou com percalços, esta categoria agrupou matérias referentes a estas repercussões.

vii) **Leis** - publicações de leis, na íntegra, referentes ao processo de implantação;

viii) **Movimento Estudantil** - matérias que repercutiam as ações e o cotidiano do Movimento Estudantil e entidades como a UBES;

ix) **Notícias Instituição em Funcionamento** - após o funcionamento do Ginásio Municipal, matérias que registram o seu cotidiano, como formaturas, convocações e processos seletivos;

x) **Outras Instituições de Ensino** - notícias envolvendo outras instituições de ensino, principalmente de nível secundário;

xi) **Repercussão Poder Municipal** - opiniões de vereadores, atos de prefeitos, embates e registros políticos registrados pelo jornal;

xii) **Repercussão Poder Estadual** - as repercussões da pauta da implantação do primeiro Ginásio gratuito em Bagé sendo debatida pelo Governo do Estado, normalmente na Assembleia Legislativa.

QUADRO 10 - Matérias Encontradas por Categoria

	1950	1951	1952	1953	1954	1955
Análises Educação Geral	3	2	5	-	-	5
Avisos e Convocações	-	-	-	-	5	11
Demanda Ginásio (Jornal)	1	2	-	-	-	-
Demanda Ginásio	1	3	-	-	-	-

(Sociedade)						
Desdobramento Implantação	-	2	4	2	-	-
Desdobramento Não-Implantação	-	-	1	1	-	-
Leis (íntegra)	-	1	-	-	-	-
Movimento Estudantil	-	9	-	-	-	1
Notícias em Funcionamento	-	-	-	-	1	5
Outras Instituições de Ensino	2	2	5	1	-	-
Repercussão Poder Municipal	-	1	4	2	-	-
Repercussão Poder Estadual	-	3	1	2	-	-

FONTE: Do Autor

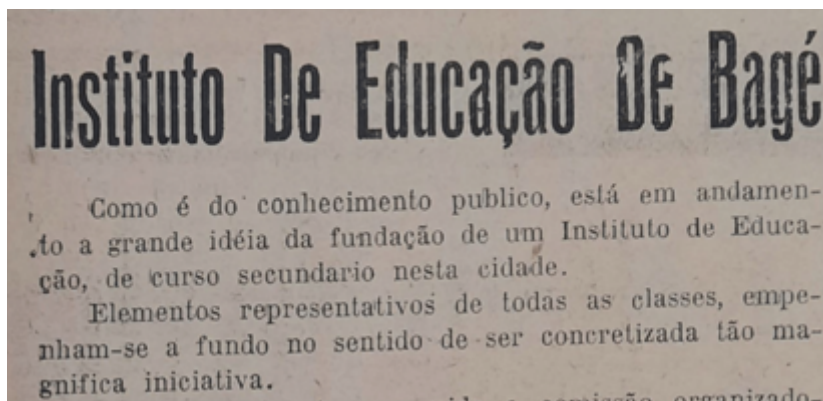
5.4 Apresentação e Discussão dos Resultados

Conforme esclarece Flick (2009), a escolha dos documentos que serão de fato analisados, não é aleatória, mas baseada nos objetivos ou hipóteses previamente determinados pelo pesquisador. Além disso, as perguntas e objetivos formulados, são tão importantes para o sentido do trabalho, quanto os próprios documentos analisados. Essa combinação de objetivos e documentos escolhidos é o que dará sentido para a pesquisa.

Neste capítulo, serão filtrados os principais materiais que contribuem com a elucidação dos objetivos e com a construção da narrativa histórica do processo de implantação do Ginásio Municipal.

Os textos do Correio do Sul citados neste trabalho, mantiveram-se fiéis ao seu formato original, sem passar por modificações para se adaptarem ao português contemporâneo, preservando assim a sua escrita conforme o período analisado.

FIGURA 12 – “Instituto de Educação de Bagé” - Correio do Sul (21/06/1952)



FONTE: Acervo Físico do Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

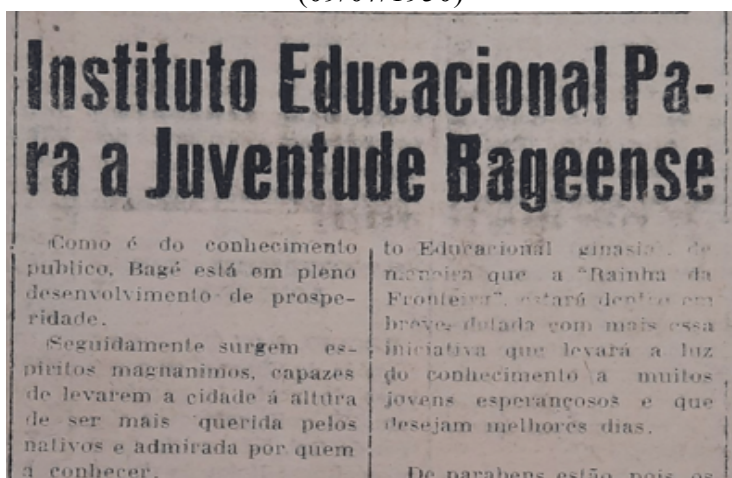
Aqui, nesta matéria já de 1952, é possível situar-se na mobilização de uma comissão, em andamento. Naquele momento, era importante observar que a movimentação se dava no sentido de pleitear o instituto ao Governo do Estado.

Como é do conhecimento público, está em andamento a grande ideia da fundação de um Instituto de Educação, de curso secundário nesta cidade. Elementos representativos de todas as classes empenham-se a fundo no sentido de ser concretizada tão magnífica iniciativa. Ainda ontem, esteve reunida a comissão organizadora, composta do Sr. José Moglia e dos Drs. Otávio Santos, Telmo Candiota da Rosa, Oscar Salis Filho e Camilo Gomes, que debateu amplamente o assunto em todos os seus aspectos. Ficou resolvido credenciar o presidente da comissão, Sr. José Moglia, para, em Porto Alegre, ter entendimentos com os altos poderes do Estado para obter o apoio a tão benemerita realização. A comissão está ultimando o projeto dos Estatutos que serão submetidos a uma próxima assembleia geral (CORREIO DO SUL, 21 de junho de 1952, p.6).

Os redatores retratam um sentimento que possivelmente pairava àquele momento: como pode outras cidades já terem atingido tal objetivo, e Bagé, dentro de sua importância, ainda não? Diz o jornal: “Bagé que contribue com parcela tão vultosa para os cofres da União e do Estado, espera que os seus altos dirigentes satisfaçam a justa aspiração de termos mais um instituto educacional, para o preparo devido da nossa mocidade” (CORREIO DO SUL, 1952, p.5).

Em ordem cronológica, a partir de agora, apresentaremos as matérias que constituem os anseios da sociedade pela referida iniciativa.

FIGURA 13 – “Instituto Educacional Para a Juventude Bageense” - Correio do Sul (09/07/1950)



FONTE: Acervo Físico do Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

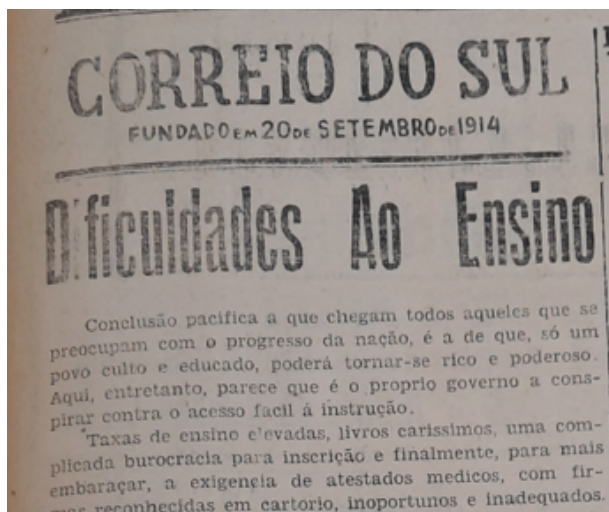
Aqui, podemos perceber outras duas questões: o otimismo de um dos principais jornais da cidade em abordar o tema do ginásio público, e a preocupação da linha editorial em abordar a questão da pobreza e a exclusão do ensino, algo que já saltava aos olhos daquela sociedade.

Como é do conhecimento público, Bagé está em pleno desenvolvimento de prosperidade. Seguidamente surgem espíritos magnânimos, capazes de levarem a cidade à altura de ser mais querida pelos nativos e admirada por quem a conhecer. De acordo com determinações governamentais e de classes representativas, temos diversas resalvas aos menos favorecidos pela sorte: asilos, albergues, abrigos, hospitais etc., e desses inúmeros acontecimentos que orgulham uma cidade e uma nação, refiro-me sobre o ideal em tão boa hora vindo na mente dos srs. José Moglia, drs. Otavio Santos, Telmo C. da Rosa, Oscar Salis Filho, Camilo Gomes e sra. Melanie Granier (professora). de criarem um Instituto Educacional ginásio de maneira que a "Rainha da Fronteira" estará dentre em breve, dotada com mais essa iniciativa que levará a luz do conhecimento a muitos jovens esperançosos e que desejam melhores dias. De parabéns estão, pois, os bageenses, a mocidade estudiosa e principalmente esses progressistas idealizadores de bons êxitos, para verem o Brasil grande e forte; de parabéns estão, os humildes, os pobrezinhos que dedicam a parte do dia em seus "ganha-pãos" e que também são filhos de Deus. Só assim marcharemos para um ótimo futuro, tirando a mocidade da miséria e obscuridade em que se encontra (CORREIO DO SUL, 09 de julho de 1950, p.8).

Além deste otimismo e da visão do ensino gratuito enquanto ferramenta de promoção da igualdade, fica claro a ideia do nível secundário elitizado. Os mobilizadores desta iniciativa, inclusive, são destacados enquanto idealizadores progressistas.

Nesta outra matéria, datada do dia 08 de dezembro de 1950, o Jornal tecer críticas a questões referentes às dificuldades implicadas ao ensino.

FIGURA 14 – “Dificuldades ao Ensino” - Correio do Sul (08/12/1950)



FONTE: Acervo Físico do Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

Paralelamente às movimentações para democratizar o ensino, com reivindicações de uma instituição ginásial gratuita, o jornal aborda fatores que dificultam o acesso.

Seriam as dificuldades relatadas: “taxas de ensino elevadas, livros caríssimos, uma complicada burocracia para inscrição e finalmente, para o embaraçar, a exigência de atestados médicos, com firmas reconhecidas em cartório, inoportunos e inadequados (CORREIO DO SUL, 8 de dezembro de 1950, p.3)”

A matéria a seguir, se mostra importante do ponto de vista da nossa análise. Assinada pelo arcebispo de Bagé⁹, Venerável Antonio Guedes, há relatos que indicam a intenção prévia do prefeito Carlos Kluwe em criar o Ginásio gratuito.

FIGURA 15 – “Ginásio Municipal Gratuito” - Correio do Sul (04/03/1951)



FONTE: Acervo Físico do Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

⁹ dignitário eclesiástico que recebe do bispo certos poderes junto dos párocos, curas, abades etc. de uma diocese.

Em sua íntegra, diz a matéria:

Corria o ano de 1942. Necessitando de falar ao Dr. Carlos Kluwe, apresentei-me a ele e começou ali uma amizade que o tempo fortaleceu e solidificou. Naquela memorável palestra, conversaram como iguais o médico humanitário, culto e experimentado e o jovem pastor de almas, recém saído dos bancos acadêmicos, cheios de entusiasmo e desejo de ser útil. E Carlos Kluwe me disse: "Moço, você tem de me ajudar a fundar um ginásio gratuito em Bagé". Comprometi-me em ajudá-lo. A ideia era sublime!

Outros homens de boa vontade como Ermani Romêro, Heraldo Duarte, dr. Naziazeno d'Almeida, etc., agitaram as águas em torno do nobre ideal. De nossa parte jamais o olvidamos.

Carlos Kluwe é levado á [ilegível] municipal. E aí redobra de esforços afim de dar a Bagé o estabelecimento de ensino que a juventude pobre e estudiosa necessita - Um Ginásio Municipal Gratuito. Longas horas de estudo e de meditação dispense o ilustre edil¹⁰.

O caminho mais lógico seria a municipalização e gratuidade de um Ginásio já existente. Lembra-se o Ginásio Perseverança, da provéta educacionista d. Melanie Granier. Kluwe e a comissão que o auxilia entram em entendimento com a professora Melanie Granier. Troca-se correspondencia. Acertam-se providencias junto ao Ministerio de Educação. Os meios populares agitam-se. Na hora, porém de assinar os termos finais de acordo, surgem algumas dificuldades que impedem o Prefeito - de realizar seu mais nobre gesto, entre os muitos que tem tido como chefe da comuna.

Carlos Kluwe, porém, não desanima. Continua, persevera, batalha, luta e vai vencer. A Municipalidade vai criar o GINASIO GRATUITO, por que é uma necessidade urgente, urgentissima.

Como se depreende de duas publicações feitas neste jornal, uma do sr. Cibico Ferreira e outra da Direção de um dos Ginasios locais, é urgente a criação de outro ginásio, mixto, onde rapazes que não podem continuar seus estudos naquele educandario, tenham oportunidade de instruir-se.

E o povo, esse povo é sempre quem mais sofre, há de ver concretizado um sonho de muitos homens de boa vontade - ensino secundario gratuito.

Aplaudimos Carlos Kluwe, como o estão fazendo dezenas de patricios nossos, especialmente a juventude pobre que vê na atitude do Prefeito a sua grande oportunidade.

O valor do ginásio não o veremos hoje, mas daqui a alguns anos, quando os seus alunos, guindados a posições elevadas, se recordarem de que foi no Ginásio Municipal que se prepararam para a luta.

E não seria demasiado cêdo que lembrassemos ao nosso povo e a juventude que o estabelecimento a ser criado tivesse o nome do seu grande idealizador.

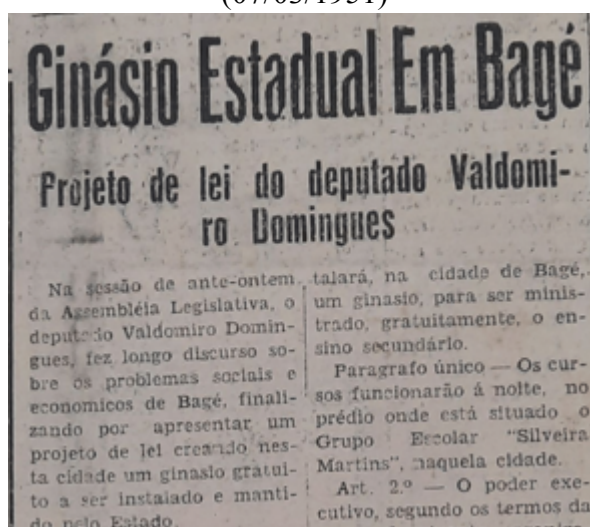
Avante, pois, cooperemos todos para a criação do Ginásio Municipal Doutor Carlos Kluwe (CORREIO DO SUL, 04 de março de 1951, p.3).

¹⁰ na antiga Roma, funcionário ou magistrado cuja função era observar e garantir o bom estado e funcionamento de edificios e outras obras e serviços públicos ou de interesse comum, como ruas e o tráfego, abastecimento de gêneros e de água, condições de culto e prática religiosa.

Apesar de muitas vezes surgir a demanda por uma instituição “leiga”, o que indica seu caráter laico, essas propostas recebiam frequentemente o apoio majoritário da sociedade. Além disso, o empenho do Venerável Antonio Guedes, líder religioso, é um pequeno exemplo do caráter universal da iniciativa, incentivada por todas as matizes que compunham a sociedade bageense.

Na seguinte matéria, relatos do jornal sobre o Projeto de Lei apresentado pelo deputado estadual Valdomiro Domingues, PTB, na Assembleia Legislativa.

FIGURA 16 – “Projeto de Lei do Deputado Valdomiro Domingues” - Correio do Sul (07/03/1951)



FONTE: Acervo Físico do Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

Na Sessão de anteontem da Assembleia Legislativa, o deputado Valdomiro Domingues fez um longo discurso sobre os problemas sociais e econômicos de Bagé, finalizando por apresentar um projeto de lei criando nesta cidade um ginásio gratuito a ser instalado e mantido pelo Estado. **A iniciativa do ilustre parlamentar corresponde a uma aspiração generalizada do nosso povo¹¹**, como testemunham movimentos de união; repetidamente processados entre nós, nos quais se têm salientado elementos dedicados e amigos da instrução pública. Ainda há poucos dias, o deputado bageense Cândido Norberto ocupou-se do assunto, com oportunas e brilhantes considerações expandidas da tribuna da Câmara Estadual.

Divulgando o projeto de lei apresentado pelo deputado Valdomiro Domingues, temos certeza de que terá ampla repercussão em nossa cidade, sendo mesmo de crer que receberá imediato apoio das nossas classes sociais.

Art. 1º — O Estado instalará, na cidade de Bagé, um ginásio, para ser ministrado gratuitamente o ensino secundário.

Parágrafo único — Os cursos funcionarão à noite, no prédio onde está situado o Grupo Escolar Silveira Martins, naquela cidade.

Art. 2º — O poder executivo, segundo os termos da legislação vigente, organizará o quadro de professores e fixará os respectivos vencimentos.

¹¹ Trecho que inspirou o título desta dissertação

Esse projeto de lei busca facilitar o acesso à educação secundária, oferecendo cursos noturnos de forma gratuita. A escolha do local de ensino demonstra a preocupação em utilizar infraestruturas já existentes, otimizando recursos (CORREIO DO SUL, 07 de março de 1951, p.6).

Muitas foram as vezes em que parlamentares defenderam a criação do Ginásio Gratuito por vias do governo estadual. Mas fato é que, poucas eram as iniciativas estaduais na ampliação do ensino público de nível secundário. Além disso, o período é marcado por uma ausência de iniciativas na democratização deste grau de ensino, com oferta modesta e dispersa em território gaúcho.

Ainda na Assembleia Legislativa, o deputado estadual Cândido Norberto, do PL, buscava enfrentar esse crônico problema. Ele que era natural de Bagé, fazia a defesa da criação de um Ginásio Gratuito para sua cidade.

FIGURA 17 – “Um Ginásio Gratuito Para Bagé” - Correio do Sul (04/05/1951)



FONTE: Acervo Físico do Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

Um Ginásio Gratuito Para Bagé, Pleiteia-o da tribuna da Assembleia dos Representantes o deputado bageense Cândido Norberto.

Na sessão de Sexta-feira última, da Assembléia dos Representantes, falou o deputado conterrâneo Cândido Norberto pleiteando dos poderes públicos do Estado a criação de um Ginásio gratuito para Bagé, à exemplo do que já existe em outras cidades riograndenses.

Durante seu discurso, o "Correio do Povo" publicou, em sua edição de ontem, o seguinte resumo:

Seguiu-se na tribuna o Sr. Cândido Norberto, que advogou para Bagé uma das mais sentidas reivindicações da mocidade daquela cidade.

"Permitam, Srs. Representantes, que eu traga para esta Casa," disse inicialmente o Sr. Cândido Norberto, "em rápidas palavras, uma das maiores, mais antigas e mais justas aspirações da população bageense. Assim procedendo, alertando sobre o problema e pedindo ao legislativo e ao executivo colaboração para essa realização."

Empresto um esforço insignificante a muitos que, há anos, têm sido despendidos para dar a Bagé, a exemplo do que já se fez com outros municípios, o que ela tanto precisa e que já não pode esperar. Refiro-me, Sr. Presidente e Srs. Deputados, ao ginásio gratuito que dará à mocidade bageense parte da tão almejada oportunidade de que tanto fala a nossa Constituição e de que tanto tratam os programas dos nossos partidos, e que, não obstante, está tão estagnada.

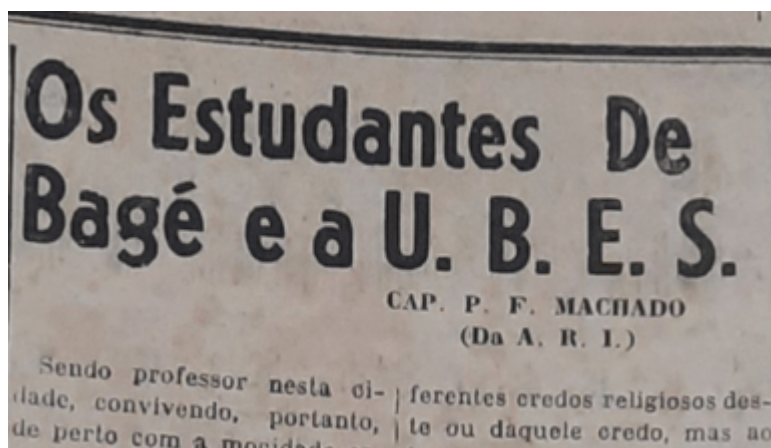
Entre outras coisas, acrescentou ainda aquele representante do povo:

"A Constituição fala na gratuidade do ensino, mas isso é letra morta." E citou o deputado Cândido Norberto que o Sr. Cristiano Machado, em campanha eleitoral, prometera a criação de um ginásio gratuito lá, se eleito. A bancada do FED disse que se considerava sucessora desse compromisso (CORREIO DO SUL, 04 de maio de 1951, p.2).

Bagé, que teve parte de seu apogeu econômico no início do século XX, havia passado por crises até a chegada do ano de 1950. Embora, mantendo-se como uma das principais cidades gaúchas. Era comum que lideranças locais utilizassem como argumento o fato de existirem ginásios gratuitos em outros locais, como cidades menores. Tais comparações poderiam ser vistas até como uma derrota, um fato desonroso para a cidade.

Cândido Norberto argumentou, em plenário da Assembleia Legislativa, onde atuava como deputado estadual, que esta iniciativa se tratava de “uma das maiores, mais antigas e mais justas aspirações da população bageense” (CORREIO DO SUL, 04 de maio de 1951, p.2). E nesse contexto, um importante movimento em prol do Ginásio Gratuito era liderado pela U.B.E.S., a União Bajeense dos Estudantes Secundaristas. A matéria abaixo destaca o seu papel em 1951, evidenciando o engajamento na luta por melhorias educacionais, como a criação de uma casa do estudante e o acesso a educação gratuita e laica.

FIGURA 18 – “Os Estudantes de Bagé e a U.B.E.S” - Correio do Sul (05/06/1951)



FONTE: Acervo Físico do Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

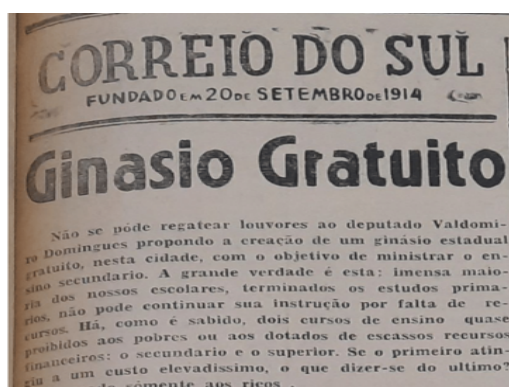
Tudo isso vem a propósito da animação existente e fomentada nos meios estudantis pela benemerita entidade de classe que é a U.B.E.S., a qual, congregando em seu seio a fina flor da mocidade estudiosa de Bagé, jovens que demonstram um amadurecimento de espírito precoce, compreendem que a união faz a força e incorporados estão gritando pela reivindicação de legítimas aspirações e direitos, tais como a criação da casa do estudante, o ginásio gratuito e leigo, barateamento dos livros didáticos, etc. (CORREIO DO SUL, 05 de junho de 1951, p.5).

O fato de o nível secundário estar restrito a uma parcela da população, e pode-se dizer, até mesmo, que a uma elite intelectual, aplicava-se credibilidade e prestígio aos estudantes de movimentos secundaristas. O movimento relatado na edição acima do Correio do Sul reflete a importância dada às demandas dos estudantes, que frequentemente ocupavam espaço nas edições deste jornais.

Com isso, podemos perceber o papel e o envolvimento destes estudantes nas demandas pelo ginásio gratuito. Vale ressaltar que a totalidade dos estudantes pertencentes a estes movimentos eram vinculados à rede privada. E a adesão pelo movimento de ensino gratuito, com o apoio das classes média e alta, revela que esta era uma demanda de todos.

A matéria a seguir, discute e elogia a iniciativa do deputado Valdomiro Domingues em promover a educação inclusiva por meio da proposta do ginásio estadual gratuito. Podemos destacar a crítica à inacessibilidade do ensino secundário e superior para a população carente, sublinhando a necessidade de democratizar a educação.

FIGURA 19 – “Ginásio Gratuito” - Correio do Sul (08/03/1951)



FONTE: Acervo Físico do Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

Não se pode regatear louvores ao deputado Valdomiro Domingues propondo a criação de um ginásio estadual gratuito nesta cidade, com o objetivo de ministrar o ensino secundário. A grande verdade é esta: imensa maioria dos nossos escolares, terminados os estudos primários, não pode continuar sua instrução por falta de recursos. Há, como é sabido, dois cursos de ensino quase proibidos aos pobres ou aos dotados de escassos recursos financeiros: o secundário e o superior. Se o primeiro atinge a um custo elevadíssimo, o que dizer-se do último? Criado somente aos ricos.

atinge um custo elevadíssimo, o que dizer do último? Este, muitas vezes, é reservado somente aos ricos.

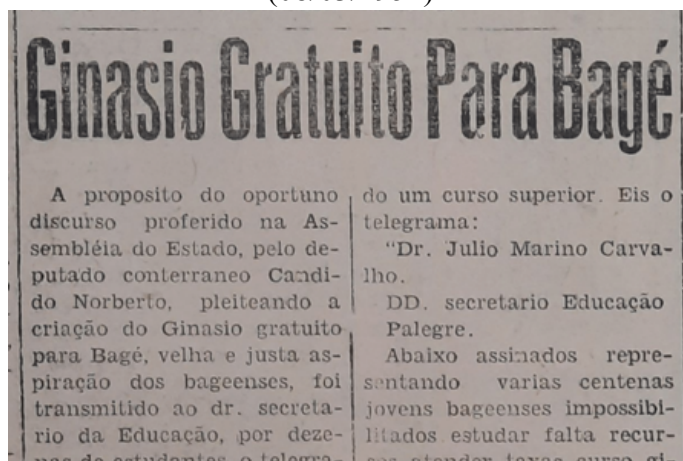
Ora, a democracia verdadeira é aquela que não admite privilégios, é aquela que, segura de seus deveres e desafios, abre igualdade de oportunidade para todos. Este é um postulado que se acha nas bases programáticas de qualquer partido político. No entanto, é ao Estado, como organização jurídica da sociedade, que compete assegurar essa igualdade, até mesmo para evitar as revoltas claras ou latentes contra as desigualdades sociais. Se o Estado não provê aos indivíduos com um sem número de garantias e facilidades, está falhando nos seus fins construtivos. Será preciso dizer que a instrução popular é um dos princípios fundamentais da justiça social?

(...) Mas já que não podemos ou os poderes públicos são incapazes de exterminar o analfabetismo, abramos caminho para os brasileiros que tiverem a felicidade de acessar as escolas primárias fazerem, pelo menos, o curso secundário gratuitamente, quando carecerem de recursos para progredirem em estabelecimentos onde os estudos são superiores. O que cumpre aos poderes públicos de Bagé, às associações de classe, aos centros culturais da nossa sociedade, e aos amigos da instrução, é amparar a iniciativa do parlamentar bageense para que o seu projeto tenha rápido andamento na Assembleia Legislativa a fim de, convertido em lei, servir às gerações de jovens da nossa terra (CORREIO DO SUL, 08 de março de 1951, p.3).

O Jornal Correio do Sul, como já destacado, o principal impresso de Bagé à época, por muitas vezes utilizou suas editorias para argumentar e repercutir positivamente as iniciativas apresentadas. Como é o caso da publicação acima, quando elogiou e amplificou a atuação do deputado Waldomiro Domingues.

Na Assembleia Legislativa, tal argumentação se deu em favor da educação gratuita como meio de combate às desigualdades sociais e um apelo à responsabilidade do Estado. Em edição seguinte, o jornal também ilustra o apelo coletivo de estudantes de Bagé, que visitaram o veículo e solicitaram que fosse enviado um telegrama ao Secretário da Educação, em apoio a referente discurso do deputado Cândido Norberto.

FIGURA 20 – Abaixo assinado - “Ginasio Gratuito Para Bagé” - Correio do Sul (08/03/1951)



FONTE: Acervo Físico do Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

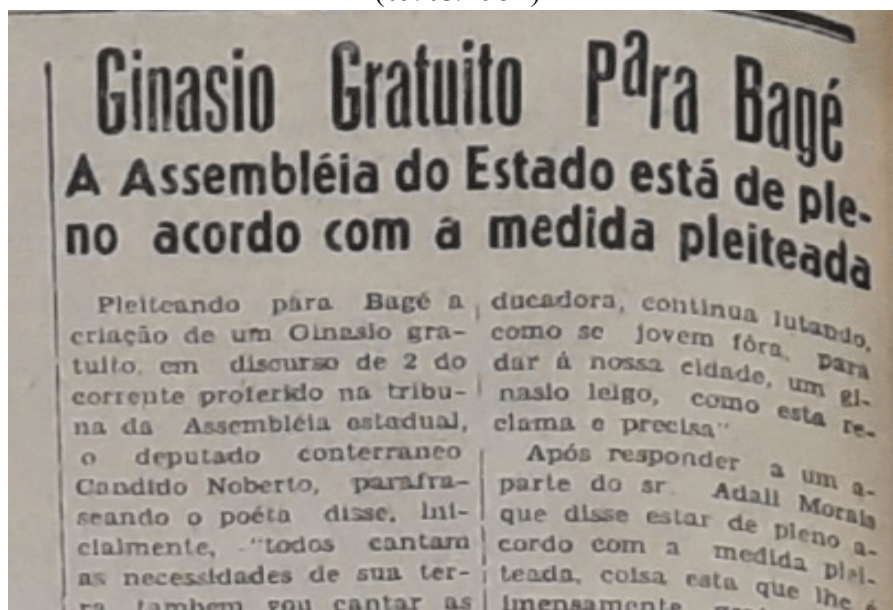
A propósito do oportuno discurso proferido na Assembleia do Estado pelo deputado conterrâneo Cândido Norberto, pleiteando a criação do Ginásio gratuito para Bagé, velha e justa aspiração dos bageenses, foi transmitido ao Dr. Secretário da Educação, por dezenas de estudantes, o seguinte telegrama que bem expressa a necessidade e os anseios da mocidade estudiosa desta cidade, que luta com insuperáveis dificuldades para poder frequentar e obter um certificado de curso secundário que lhe permita seguir uma carreira, atingindo um curso superior. Eis o telegrama:

“Dr. Júlio Marino Carvalho. DD, Secretário da Educação. Palegre. Abaixo assinados, representando várias centenas de jovens bageenses impossibilitados de estudar devido à falta de recursos para atender às taxas do curso ginásial, pedem venia vossencia para solicitar acolhida às palavras proferidas na Assembleia pelo deputado Cândido Norberto, pleiteando ginásio gratuito para Bagé, encampando, se possível, o velho educandário Perseverança, atualmente sob regime de fiscalização federal. A mocidade estudiosa antecipadamente agradece.” Seguem-se inúmeras assinaturas (CORREIO DO SUL, 08 de março de 1951, p.3).

O pedido é pela criação de um ginásio gratuito que atenderia as necessidades educacionais da juventude local, que enfrentaria barreiras financeiras para prosseguir com os estudos a nível secundário, e que viam o nível superior como algo inacessível.

Acerca da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, a matéria do dia 09 de março de 1951 destaca o esforço do deputado Cândido Norberto em promover a educação gratuita em Bagé. Através de um diálogo, o deputado e seus colegas discutem a viabilidade e a necessidade de um ginásio gratuito, evidenciando apoio suprapartidário à iniciativa.

FIGURA 21 – “A Assembleia do Estado está em pleno acordo” - Correio do Sul (09/03/1951)



FONTE: Acervo Físico do Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

Pleiteando para Bagé a criação de um Ginásio gratuito, em discurso de 2 do corrente proferido na tribuna da Assembleia Estadual, o deputado conterrâneo Cândido Norberto, parafraseando o poeta, disse inicialmente: “Todos cantam as necessidades de sua terra, também vou cantar as necessidades da minha”.

Logo após proferir essas palavras, publicadas em nossa edição de domingo, respondendo a um aparte do deputado Lima Beck, disse: “Concordo com v. excia e vou mais longe. Entendo que mais útil será, muito mais justo será ainda, dar desde o ensino primário, secundário e superior, à grandeza que o povo, em sua maioria, não pode dispensar”.

A mocidade bageense, que reclama este ginásio, sonho acalentado carinhosamente por todos quantos vivem e vibram com os melhores ideais da Rainha da Fronteira, é uma mocidade pertencente a famílias pobres, sem recursos para manter os estudos dos filhos como, de resto, a maioria da população do município, do qual a maior riqueza é a pecuária, privilégio do pouquíssimos.

Depois de responder a vários apartes, nós todos concordando com as considerações do orador, refere-se, a certo trecho, a essa figura insigne de nossa terra: Bagé, que pode ser apresentada como autêntica heroína do estado brasileiro. Doutora Melanie Granter, hoje dirigindo o Ginásio Perseverança do qual já se orgulha a Rainha da Fronteira. Classifica a distinta conterrânea de campeã do ensino, cujo nome declina com emoção e honra, veneranda figura nonagenária, que com mais de cinquenta anos de ininterrupto trabalho como educadora, continua como se jovem fosse, o que é nossa cidade, para fazê-lo assim, como uma chama que clama e presta serviço.

Após responder à parte do Sr. Adali Moraes, que disse estar de pleno acordo com as medidas pleiteadas, coisa esta lhe é imensamente grata, posto que foi aluno do curso noturno em Bagé e sabe quanto seria útil a realização pretendida nesta cidade, disse o Sr. Cândido Norberto:

"Seria interessante que as verbas destinadas — e aqui vai uma sugestão — ao auxílio dos atuais ginásios por algumas matrículas em troca, fosse destinada a um ginásio mixto, inteiramente gratuito e onde pudesse também colocar à disposição da juventude que trabalha em Bagé durante o dia, o curso regido pelo artigo 91, à noite."

O SR. ADAIL MORAIS

Quero dizer que à bancada do PSD, aqui, estará ao lado de Vossa Excelência, como acredito toda esta casa, para prestigiar este justo e tão aspirado anseio da população bageense.

SR. CANDIDO NOBERTO

Estou realmente contando com a participação da bancada PSD e, é óbvio, com todas as demais, para darmos tão pronto quanto possível o estabelecimento ginásial gratuito que a mocidade estudiosa de Bagé precisa.

SR. ADALMIRO MOURA

Apenas para colaborar com o trabalho que Vossa Excelência está desenvolvendo, lembra-lhe, Vossa Excelência, que no discurso de posse, o senhor Secretário da Educação e Cultura afirmou ter à sua disposição, se não me falha a memória, uma passagem em que afirma ter à sua disposição recursos de economia ou créditos não utilizados, uma verba de Cr\$ 40.000.000,00. Estou certo que Vossa Excelência poderá pleitear que essa verba, pelo menos parte.

SR. CANDIDO NOBERTO

É o que estou fazendo.

SR. ADALMIRO MOURA

Continuar a pleitear.

SR. CANDIDO NORBERTO

Muito obrigado a v. excia.

SR. POMPILIO GOMES

Estou de pleno acordo com a providência que v. excia. está pleiteando e estou a colaborar para que Bagé tenha um ginásio gratuito. Queria lembrar a v. excia. que o ensino secundário no Rio Grande do Sul ainda é muito falho, porque há municípios que não têm nenhum ginásio nem bem pagos.

SR. CANDIDO NORBERTO

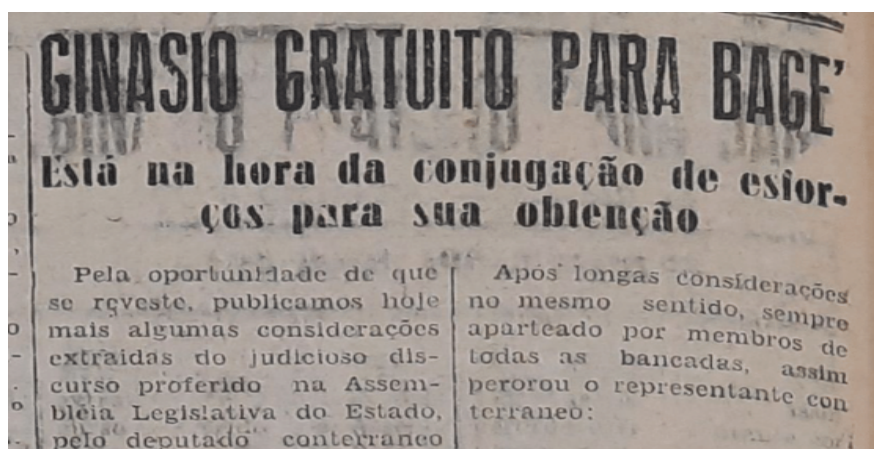
A tribuna que o povo nos concedeu nesta Casa está para que os representantes de todos os municípios reivindicuem como estou fazendo, para sua terra, aquilo que lhes faz falta. Na ocasião que v. excia. levantar a voz para pedir um ginásio para seu município, pode contar com a minha colaboração.

O trabalho foi longo e mereceu a mais franca acolhida da Assembleia. Agora falta o interesse das classes mais representativas de Bagé, no sentido de apoiar os que estão lutando sem preocupações de prioridade de iniciativa, para levar a bom termo uma obra que só a Bagé beneficiará (CORREIO DO SUL, 09 de março de 1951, p.6).

O deputado Pompilio Gomes, nesta oportunidade, lembra que muitos outros municípios sequer contavam com um ginásio, nem gratuito, em oposição à urgência da proposta pleiteada pelo deputado bajeense Cândido Norberto. Cabe lembrar que Bagé já dispunha dos colégios Nossa Sr^a Auxiliadora, Espírito Santo e Perseverança, que embora pagos, ofereciam ensino secundário para a sociedade local, inclusive com a oferta de bolsas de estudos, financiados pelo poder público ou não.

A mobilização e o debate entre diversos deputados em torno da proposta de um ginásio gratuito em Bagé é um dos primeiros sintomas do reconhecimento da educação como prioridade por parte de alguns políticos. A pressão do sociedade influenciava e ecoava nos plenários. Além disso, reforçava o tema enquanto “bola da vez” no estado, quiçá no país.

FIGURA 22 – “Está na hora da conjugação de esforços” - Correio do Sul (11/03/1951)



FONTE: Acervo Físico do Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

Após longas considerações no mesmo sentido, sempre aparteados por membros de todas as bancadas, o deputado conterrâneo abordou:

SR. CANDIDO NORBERTO — Bem, senhor Presidente e senhores deputados, dou por concluída minha fala nesta tribuna na data de hoje. É chegada a hora de lançar as últimas palavras; peço apenas ao Executivo e ao Legislativo riograndense, e aos próprios executivo e legislativo municipais, que deem atenção aos justos reclamos que vêm da terra daquele que tantas luzes transmitiu aos brasileiros, Gaspar Silveira Martins (muito bem)! É a terra do Gaspar Silveira Martins, milionário de cultura, prodigo na distribuição de luzes por toda a pátria brasileira, que vem a este plenário pedir um pouco de facilidades para que a sua gente moça e pobre encontre um ginásio seu e gratuito, leigo e amigo, pronto para proporcionar-lhe aquilo que lhe é absolutamente indispensável: o ensino (Muito bem, palmas).

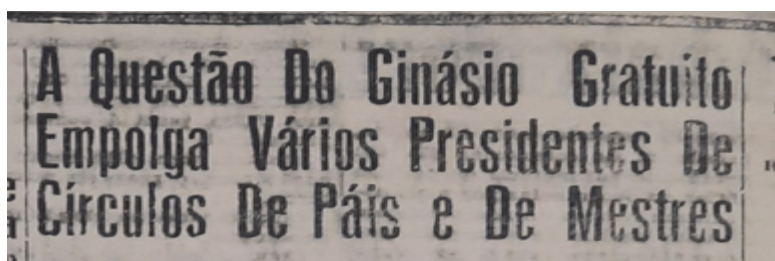
Como se vê, foi veemente o apelo do deputado conterrâneo, no sentido de auxiliar, da cadeira que ocupa por delegação do povo, na Assembleia, o velho desejo dos filhos idealistas de Bagé, que há tanto se batem pela consecução do seu ginásio gratuito.

Para obter o fim visado, entretanto, mister se faz a renovação dos esforços tantas vezes dispendidos pelos que de há muito vêm se interessando por essa obra de elevado alcance social: o ginásio gratuito para Bagé (CORREIO DO SUL, 11 de março de 1951, p.2).

Na matéria acima, o deputado Cândido Norberto encerra sua intervenção com um apelo forte e emocional aos governos estadual e municipal, invocando o legado de Gaspar Silveira Martins para reforçar a necessidade de um ginásio gratuito em Bagé, destacando a expansão da educação pública como a grande prioridade da cidade.

Conforme avança o tempo, a ideia de um ginásio gratuito em Bagé ganha impulso e adesão generalizada, gerando entusiasmo e expectativa a diversos setores da comunidade. A visita de uma comissão representativa até a redação do jornal, composta por lideranças locais, simboliza a mobilização ampla e determinada pela causa educacional, marcando um apoio significativo para o avanço e a concretização desse projeto. Assim revela o trecho da edição do dia 14 de março de 1951:

FIGURA 23 – Ginásio Gratuito Empolga Pais e Mestres - Correio do Sul (14/03/1951)



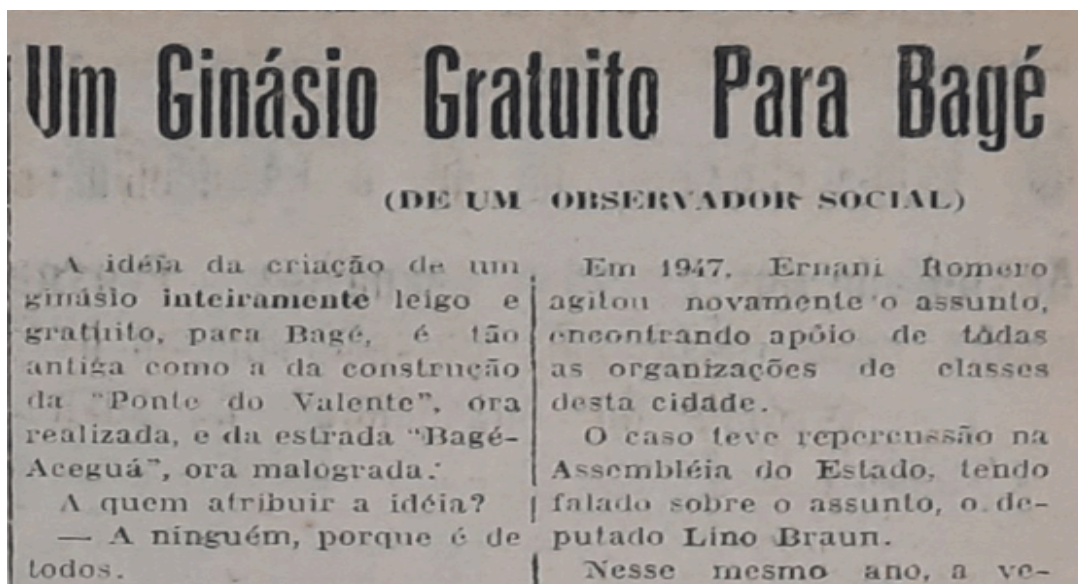
FONTE: Acervo Físico do Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

Ontem à noite recebemos, quando se achava pronto todo o noticiário que hoje, celebramos a respeito, a visita dos srs. José Torres Rodrigues, dr. Carlos Frederico

Moritz, vereador Zoroastro Lamote e major João Alves, que nos vieram solicitar apoio à campanha que ora se promove para a obtenção de um ginásio gratuito em Bagé. Essa comissão foi nomeada em reunião havida no dia 10 de agosto último no auditório do Grupo Escolar Silveira Martins, e levada a efeito com o objetivo de se estudar as medidas imprescindíveis para a consecução daquele alto benefício. Dentre as deliberações tomadas por essa comissão, no sentido de concretizar o movimento em prol do ensino secundário gratuito nesta cidade, foram passados diversos telegramas às autoridades estaduais, tais como os srs. coronel Ernesto Dorneles, governador do Estado; dr. Julio Marino de Carvalho, secretário da Educação; dr. Emilio Mabil. De Rippoll, superintendente do Ensino Secundário, e aos deputados Cândido Norberto, Lino Braun e Valdomiro Domingues, assim como visitas às autoridades, diretórios políticos locais e a todas as entidades de classe, associações e sindicatos, a fim de que todas se manifestem a respeito. Uma das primeiras visitas levadas a efeito foi ao dr. Carlos Kluwe, governador da comuna, não somente por ser a autoridade principal do município como também por ser um dos que mais têm se preocupado com o ensino primário, secundário e técnico profissional. O dr. Carlos Kluwe, ao receber a comissão, tomou conhecimento de sua atividade, tendo palavras de simpatia para com o movimento, muito principalmente porque há uma perfeita identidade de ação nesse particular, assunto que sempre foi uma das suas grandes preocupações (CORREIO DO SUL, 14 de março de 1951, p.3).

Outros movimentos anteriores já haviam pleiteado a existência do referido ginásio, como bem revela a matéria abaixo. Nenhuma, no entanto, com tamanho apoio de autoridades, entidades de classe, e envolvimento direto da população. O esforço colaborativo iniciado na década de 1950 era sem precedentes.

FIGURA 24 – “Um Ginásio Gratuito Para Bagé” (2) - Correio do Sul (14/03/1951)



FONTE: Acervo Físico do Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

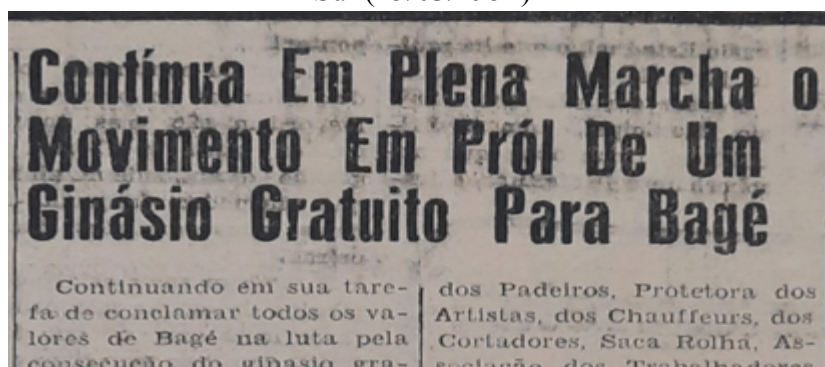
A ideia da criação de um ginásio inteiramente leigo e gratuito para Bagé é tão antiga quanto a da construção da "Ponte do Valente", já realizada, e da estrada "Bagé-Aceguá", atualmente malograda. A quem atribuir a ideia? — A ninguém, porque é de todos. Há desejos e aspirações do povo que pairam no ar! Todos sentem, todos falam, e cada um pode, inocentemente, sem maldade, se considerar autor desta aspiração coletiva! Pode cada um atribuir-se a si a prioridade do lançamento de um

desejo, já manifestado por muitos, nos ventos da difusão. Em realidade, porém, a autoria é incerta. E por ser assim, uma coisa muito antiga e desejada por todos, foi que, fazendo-se eco desses desejos da população, o dr. Luiz Mércio Teixeira, então prefeito de Bagé, no ano de 1941, depois de muita luta, conseguiu a criação de um ginásio leigo e gratuito para Bagé. Publicada na imprensa local a abertura de matrícula, diversos alunos já estavam inscritos para a primeira série ginásial quando, infelizmente, antes da abertura das aulas, aquele prefeito exonerou-se de suas funções. Seu substituto, entendendo que o município não comportaria as despesas com o ginásio, fechou-o antes que este começasse a funcionar. E foi uma pena! Em 1947, Ernani Romero agitou novamente o assunto, encontrando apoio de todas as organizações de classes desta cidade. O caso teve repercussão na Assembleia do Estado, tendo falado sobre o assunto, o deputado Lino Braun. Nesse mesmo ano, a veneranda professora Melanie Granier, após esforços incansáveis, conseguiu obter fiscalização federal prévia para o seu sonho educacional, o velho "Perseverança", hoje Ginásio, tendo já formado sua primeira turma de ginásio. Agora está ela lutando para a construção de um grande edifício para seu Ginásio. Os esforços dispendidos pelos lutadores do ginásio gratuito malograram-se, mas a semente ficou lançada. Agora, o movimento parece ter recrudescido, segundo vem a imprensa, divulgando com o apoio que nos veio da Assembleia. "Cumpra, porém, se articule um trabalho de conjunto, sem preocupações subalternas de prioridade ou iniciativa, a fim de que a ideia se possa transformar em viva realidade, em benefício apenas de Bagé. Porque realmente já há tempo suficiente para que se concretize a antiga aspiração dos bageenses, tão antiga como a construção da "Ponte do Valente" e da estrada "Bagé-Aceguá" - a criação de um ginásio gratuito, misto, inteiramente leigo, para Bagé. A ideia está lançada (CORREIO DO SUL, 14 de março de 1951, p.3).

Tamanho era o entendimento de que Bagé já deveria ter alcançado tal ambição, que o jornal Correio do Sul, por vezes, elevava o tom e tecia críticas. Sejam direcionadas ao moroso processo que seguia indefinido, seja para criticar quem, por vezes, pleiteava para si a autoria da demanda considerada coletiva.

Já no dia 15 de março de 1951, a comissão em prol do ginásio gratuito em Bagé intensifica seus esforços, estendendo suas visitas a uma ampla gama de entidades locais. Este avanço demonstra a união da comunidade em torno da iniciativa, engajando desde clubes sociais e partidos políticos até sindicatos e associações comerciais.

FIGURA 25 – Em Plena Marcha o Movimento em Prol de um Ginásio Gratuito - Correio do Sul (15/03/1951)



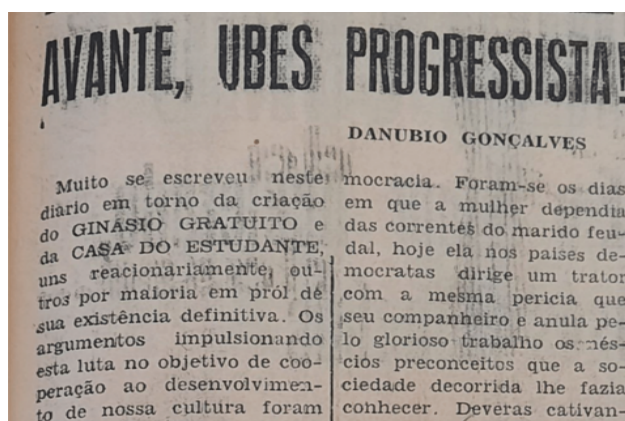
FONTE: Acervo Físico do Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

Continuando em sua tarefa de conclamar todos os valores de Bagé na luta pela consecução do ginásio gratuito, a comissão composta pelos srs. José L. Rodrigues, presidente do Círculo de Pais e Mestres do Grupo Escolar "15 de Novembro"; vereador Zoroastro Lamote, major Obino Alvares e dr. Carlos Frederico Moritz, presidente e membros, respectivamente, do Círculo de Pais e Mestres do Grupo Escolar "Silveira Martins", estiveram ontem em novas visitas às entidades locais, que se prontificaram a emprestar sua solidariedade nessa meritória campanha. (...) Com todas essas entidades, os componentes da referida comissão receberam pleno apoio à ideia. O dr. Eurico Salis, presidente da Sociedade dos Amigos de Bagé, tão logo tomou conhecimento do fato, dirigiu um telegrama ao governador do Estado, conforme publicamos, tendo recebido, em resposta, o seguinte despacho telegráfico: "Dr. Eurico Salis — Bagé. Em resposta ao seu telegrama de 12 do corrente mês, tenho a honra de comunicar, por incumbência do sr. governador do Estado, que foi encaminhado à Secretaria da Educação o apelo da sociedade dos Amigos de Bagé, no sentido de ser criado o ginásio gratuito nessa cidade. Cordiais saudações. Nei Brito, Secretário do governo (CORREIO DO SUL, 15 de março de 1951, p. 4).

São associações e entidades em que a comissão visita para conclamar apoio (CORREIO DO SUL, 15 de março de 1951, p. 4): Caixeiral, Recreativo Brasileiro, Sociedade dos Amigos de Bagé, Rotary Club; diretórios municipais dos Partidos Libertador, União Democrática Nacional, Social Democrático, Trabalhista Brasileiro, Social Progressista e outras associações comerciais, rurais e dos varejistas, sociedades recreativas Maio e Palmeira; Sociedade Esportiva e de Socorros Mútuos Lira Bageense, União Operária, Sociedade dos Amigos dos Padeiros, Protetora dos Artistas, dos Chauffeurs, dos Cortadores, Saca Rolha, Associação dos Trabalhadores em Geral de Bagé; Sindicatos dos Lojistas, da Construção Civil de Grandes Estruturas, dos Trabalhadores da Construção Civil e do Mobiliário, dos Comerciantes e dos Contabilistas.

Já na matéria do dia 10 de junho de 1951, contida abaixo, é possível reforçar as constantes menções à U.B.E.S. nas páginas do Correio do Sul, bem como a continuidade do seu papel no processo de luta pelo ginásio.

FIGURA 26 – “Avante, Ubes Progressista!” - Correio do Sul (10/06/1951)



FONTE: Acervo Físico do Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

Muito se escreveu neste diário em torno da criação do GINÁSIO GRATUITO e da CASA DO ESTUDANTE, uns reacionariamente, outros por maioria em prol de sua existência definitiva. Os argumentos impulsionando esta luta no objetivo de cooperação ao desenvolvimento de nossa cultura foram demasiado positivos e já bem conhecidos para que venha repeti-los. Devemos pois, com todo otimismo progressista, apoiar a juventude impulsiva que não se melindra contra ameaças dos interesses em boicotar o movimento para uma passeata que apelará aos cidadãos progressistas, a fim de contribuírem moral e economicamente em favor da nobre campanha dos estudantes bageenses. Milton Teixeira em seu idealismo, digno de influência, não se acovardou ante as pedradas da reação e como vanguardista da U.B.E.S. se viu ladeado pela comunidade de moças e rapazes que pela sua segurança ativa nos certificaram da importância do estudante no progresso dos países até à decadência. A Democracia. Foram-se os dias em que a mulher dependia das correntes do marido feudal, hoje ela nos países democratas dirige um trator com a mesma perícia que seu companheiro e anula pelo glorioso trabalho os mais sórdidos preconceitos que a sociedade decorrida lhe fazia conhecer. Deveras cativante é saber da existência desta unida classe da juventude estudantil a lutar contra as desastrosas consequências do analfabetismo nacional. Até Cristo apreciaria a cruz (nem se lembrando do sectarismo religioso) e certamente daria apoio a tão edificante fim mesmo que os senhores dos trustes o ameaçassem com a cadeira elétrica. Aqui está meu apelo a todo estudante, seja qual for seu desenvolvimento econômico ou mental, para que contribua com seu apoio, à vela cansada que a U.B.E.S. soube impor apesar das pedradas movidas sem dúvida alguma por concorrência monstruária. A gratuidade, me parece, é o pão leigo dos pobres (CORREIO DO SUL, 10 de junho de 1951, p.3).

No que se refere ao primeiro registro de ação concreta, podemos destacar esta que é destaque na matéria abaixo. A Lei Municipal nº 153 cria o então chamado Ginásio Municipal de Bagé, agregando materialidade à ideia de instituição secundária gratuita, uma vez que adquiria o prédio que, embora não viria a funcionar por administração da municipalidade, posteriormente seria encampado pelo governo do estado em ato derradeiro.

FIGURA 27 – Lei que institui o Ginásio Municipal é Sancionada - Correio do Sul (14/06/1951)



FONTE: Acervo Físico do Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

O Dr. Carlos Kluwe, que ingressa ao cargo de prefeito tendo a educação como prioridade e expandido o número de bolsas de estudo para a juventude carente ingressar na rede privada, tem importante iniciativa frente às incessantes demandas da sociedade civil, que também fora sua idealização própria. A promulgação da Lei Municipal N° 153, portanto, marca um momento histórico. Segue na íntegra:

Lei Municipal n° 153
Cria o GINÁSIO MUNICIPAL e dá outras providências

Dr. Carlos Kluwe, Prefeito Municipal de Bagé. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

ARTIGO 1° — Eis do que é criado, sob a denominação de GINÁSIO MUNICIPAL, um ginásio gratuito, com as características seguintes: regime de externato, ensino e frequência mista.

ARTIGO 2° — Para sede do mesmo será providenciado o edifício pertencente ao patrimônio municipal, denominado PALACETE PEDRO OSORIO, situado à avenida Silveira Martins n.° 1436.

ARTIGO 3° — A concessão de matrículas será cedida na conformidade da Lei Municipal n° 9.

ARTIGO 4° — O funcionamento da entidade será subordinado a um Regimento Interno, atendidas as exigências de legislação federal que regulam a matéria.

ARTIGO 5° — As verbas necessárias ao funcionamento do ginásio após sua abertura, constarão da programação para 1952, a ser apresentada, em tempo oportuno, ao Poder Legislativo.

ARTIGO 6° — Para organização do corpo docente e pessoal interno serão atendidas as determinações constantes da Portaria n. 375, de 16 de agosto de 1949, do Ministério da Educação e Saúde, que alterou as Instruções para execução do artigo 72 do Decreto-Lei no 4124, de 9 de abril de 1942.

ARTIGO 7° — Ficam criados os seguintes cargos de provimento efetivo, e que serão providos em tempo oportuno:

8.33.0 — Pessoal Fixo:

- Um Diretor, Padrão 33.. Cr\$ 61.200,00
- Um Secretário, Padrão 25.. 42.000,00
- Um médico especializado em Educação Física, Padrão 18... 26.400,00
- Um porteiro, Padrão 6.. 7.200,00
- Três Zeladores, Padrão 4.. 18.000,00

8.331 — Pessoal Variável:

- Professores de disciplinas constantes do currículo das séries a serem mantidas... Cr\$ 365.200,00

ARTIGO 8° — O funcionamento do ginásio começará a 1° de março de 1952, obtida previamente a verificação das condições do mesmo para o funcionamento condicional por dois anos, findos os quais será pedido o definitivo reconhecimento ou prorrogação da permissão condicional, si for o caso.

ARTIGO 9º — Para reformas e adaptação do prédio onde será sediado o ginásio, fica aberto o crédito especial de Cr\$ 627.641,20, sob a codificação 8.33.2, que será coberto pela diferença verificada sobre a venda do edifício situado à Avenida 7 de Setembro n.º 799 (Cr\$ 865.000,00) e subsequente aquisição do prédio denominado "Palacete Pedro Osório" (Cr\$ 700.000,00), diferença no valor de Cr\$ 165.000,00, mais as quantias correspondentes às seguintes rubricas, constantes da Lei Orçamentária de 1950:

- 8.74.4 — Juros do empréstimo de 1950: Cr\$ 317.147

- 8.73.4 — Amortização do empréstimo: Cr\$ 145.494

Totalizando Cr\$ 462.641,20, com soma geral de Cr\$ 627.641,20.

ARTIGO 10º — Ficam canceladas rubricas constantes na Lei do Orçamento para 1951.

ARTIGO 11º — Independentemente da fiscalização federal, ficará o funcionamento do Ginásio Municipal adstrito ao controle da Inspeção Escolar do município.

ARTIGO 12º — A contar da abertura do Ginásio Municipal gratuito, não serão concedidas matrículas gratuitas para outros estabelecimentos de ensino, nos cursos mantidos e ministrados pelo mesmo.

ARTIGO 13º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua promulgação, revogadas as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito Municipal de Bagé, 11 de julho de 1951. Dr. Carlos Kluwe, Prefeito.

Registe-se, Publique-se e cumpra-se (CORREIO DO SUL, 14 de junho de 1951, p.2).

Com a criação do Ginásio Municipal, a cidade dá um passo importante na garantia de que a educação secundária seja ofertada gratuitamente. No entanto, alguns entraves ocorrem com essa primeira tentativa. Não apenas dificuldades burocráticas, como financeiras. Como fica evidente em diversas matérias, que o Governo Municipal passava por escassez de recursos para novos investimentos, e além disso, o ensino secundário se trataria de uma iniciativa ainda cara aos cofres públicos.

FIGURA 28 – Auxílio do Governo do Estado Ao Ginásio Municipal - Correio do Sul (06/12/1951)



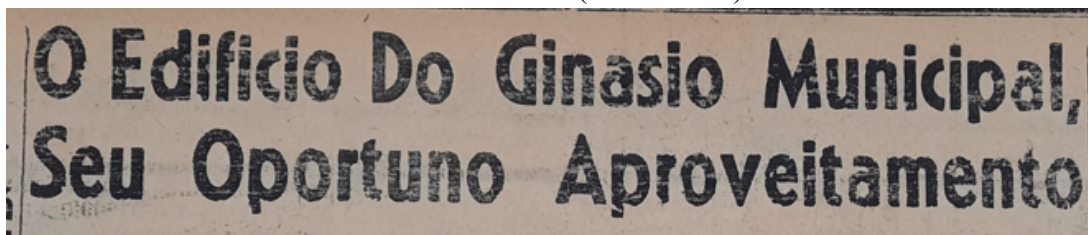
FONTE: Acervo Físico do Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

Mais uma sessão extraordinária realizou-se ontem na Câmara de Vereadores. Além do pedido de 120 mil Cruzeiros ao governo do Estado, como auxílio ao Ginásio Municipal, proposto pelo vereador Iolando Machado, nada de importância foi registrado no decorrer da reunião de ontem. Nova sessão foi convocada para hoje (CORREIO DO SUL, 06 de dezembro de 1951, p.8).

A realização de uma sessão extraordinária na Câmara de Vereadores de Bagé evidencia os esforços para assegurar recursos adicionais para o Ginásio Municipal, fato que era crucial para seu devido funcionamento, que mais tarde viria a falhar.

O artigo do Dr. Eurico Salis publicado na edição de 05 de janeiro do jornal Correio do Sul, traz à tona graves preocupações com os problemas financeiros enfrentados pelo município. Ao passo que propõe solução pragmática: a entrega do prédio para uso do Ginásio Perseverança, instituição privada gerida pela professora. Melanie Granier.

FIGURA 29 – “O Edifício do Ginásio Municipal, Seu Oportuno Aproveitamento”
- Correio do Sul (05/01/1952)



FONTE: Acervo Físico do Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

No "Correio do Sul", edição de 1º de janeiro, lemos um artigo do ilustrado escritor dr. Eurico Salis, no qual mais uma vez revela o seu amor por Bagé, sua terra, à qual já prestou assinalados serviços, demonstrando, como ninguém até aqui, tudo quanto caracteriza a grandeza moral e material da Rainha da Fronteira. E o dr. Eurico Salis, no artigo a que aludimos, mostra-se como estudioso das coisas de sua comunidade. O preocupante estado das finanças de Bagé, com uma dívida consolidada e flutuante de vinte milhões de cruzeiros, já comprometendo a não pagar pontualmente os próprios serventuários da Prefeitura, o que vem demonstrar não estar esta, de forma alguma, apta a assumir ainda a responsabilidade de uma sangria em seus cofres de mais um milhão e quinhentos mil cruzeiros, pelo Ginásio Municipal.

Enquanto isso, tal como preconiza o dr. Eurico Salis, o Edifício do Ginásio Municipal deve ser entregue à dra. Melanie Granier, uma das maiores educadoras do Brasil, para que, entrando em entendimento com o município de Bagé, nele instale seu Ginásio Mixto Perseverança, que não tem sede apropriada, mas já é possuidor de um corpo docente e de um corpo discente devidamente assistidos por um fiscal federal (CORREIO DO SUL, 05 de janeiro de 1952, p.5).

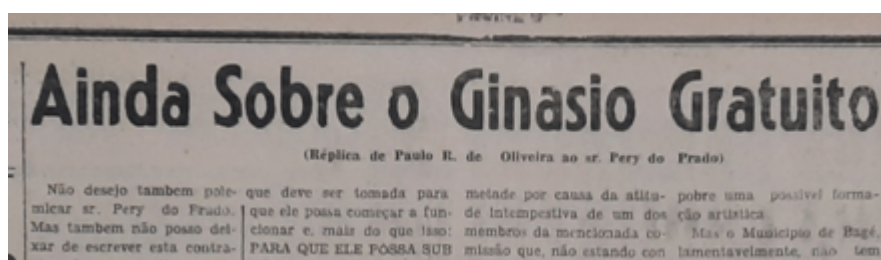
A solução publicada pelo jornal, frente à falta de recursos e o revés na tentativa de funcionar o ginásio municipal, era que o papel da municipalidade continuasse restrito à distribuição de bolsas de estudos. Além do mais, fica evidente que o entrave burocrático para o funcionamento da instituição municipal não era tratado como algo de fácil solução, sendo

apontado como alternativa, inclusive, a entrega do prédio a uma instituição privada do município que estava “devidamente assistida por um fiscal federal”.

É nesse momento, que pressupõe-se uma nova falta de entendimento da sociedade ante a solução para o tão aguardado Ginásio Gratuito. As colunas dos jornais e os textos enviados por leitores reforçam esse novo momento de falta de perspectiva.

Em coluna publicada em nova edição, dessa vez em resposta a um dos leitores que reagiu crítico ao pessimismo do jornal, é reafirmada a opinião de que a alternativa mais curta para a existência de um ginásio gratuito, seria a municipalização do Ginásio Perseverança. Opinião esta que perdura por diversas vezes, podendo aparecer, também, com a sugestão de que apenas o prédio fosse cedido ao Perseverança, para que este tivesse ao menos alguma utilidade.

FIGURA 30 – “Ainda Sobre o Ginasio Gratuito” - Correio do Sul (02/02/1952)



FONTE: Acervo Físico do Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

Uma resposta da editoria ao leitor Pery do Prado, publicada no Correio do Sul, busca esclarecer supostos mal-entendidos em relação às sugestões para a questão do Ginásio Municipal que eram publicadas frequentemente pelo jornal. Na ocasião, o veículo reafirma apoio à iniciativa de educação gratuita e laica. Mas a carta também ilustra novamente a complexidade que envolvia a situação, sejam elas de ordem financeira, seja quanto à ausência do governo estadual na viabilização do processo.

Resposta da editoria ao leitor Pery do Prado:

Há uma visível má interpretação de sua parte quando, em seu artigo, dá a entender que minha citação anterior sobre o malogrado Ginásio Municipal, fundado quando o Dr. Lili era prefeito, é uma invitation ao apatismo ante uma nova tentativa. De modo algum. Com aquela menção ao frustrado estabelecimento, quis apenas exemplificar que não há proprietário da ideia em cogitação novamente. Está claramente escrito ali: "Isto prova não existir primazia na ideia, até porque antes de o Dr. Luiz M. Teixeira ter organizado o mencionado ginásio, a ideia já vagueava."

Embora seja supérfluo afirmar que sou a favor do Ginásio Leigo e Gratuito, eu o faço para evitar um possível equívoco. Digo a afirmação supérflua porque acredito

que, da mesma forma que eu, não pode haver quem esteja contra o Ginásio Gratuito, como não pode existir quem seja contra a paz.

(...)

Não compreendo por que motivo nosso município possa ser negligenciado pelos sucessivos governos estaduais. Creio não existir nada que justifique sermos colocados em segundo plano pelo Estado quando se trata dos interesses de Bagé. Esse suposto descaso é oriundo certamente da imaginação do meritório colonista. Mas isso já é história para ser discutida em outra ocasião, uma vez que não há espaço nem tempo para divagações que não vêm ao caso.

Posso afirmar, por informações seguras, que a veneranda diretora do Ginásio Perseverança não recusou absolutamente a proposta que lhe fizeram algumas pessoas desta cidade, conforme mencionado pelo sr. Pery. Certa vez, procuraram a preclara professora Melanie Granier fazendo-lhe diversas propostas para encampação de seu ginásio. O que aconteceu é que essa proposta relâmpago, que nem chegou a ser devidamente discutida, ficou pela metade por causa da atitude intempestiva de um dos membros da mencionada comissão que, não estando conforme com uma ponderável observação da professora Melanie, tomou a resolução não menos intempestiva de encaminhar o ginásio sem entrar mais em entendimentos com a ilustre educadora contemporânea. D. Melanie, repito, não recusou a proposta, como diz o sr. Pery do Prado.

Uma outra verdade também é que o município, segundo disse em recente palestra radical e tem reafirmado através da imprensa o novo edil dr. João B. Fico, não tem verba nem para subvenções. Não acontece, ao que se sabe, a mesma coisa com o Estado, que vem encampando e criando ginásios em diversas outras cidades do interior. Até mesmo que o município tivesse verba, tanto melhor seria para ele que o Estado encampasse o ginásio. Deste modo, a verba que a municipalidade dispensaria para com ginásio gratuito, sem prejuízo desse, poderia ser empregada para transformar em gratuito outro estabelecimento de ensino, como por exemplo, o nosso Conservatório Municipal, dando à nossa juventude pobre uma possível Educação artística.

Mas o Município de Bagé, lamentavelmente, não tem verba nem para isto nem para aquilo. E a única saída mais aconselhável é esta, já ventilada na Assembleia Legislativa do Estado, por nosso deputado conterrâneo e por alguns articulistas deste jornal: a encampação do Ginásio Perseverança.

(...)

E se existe divergência em torno do ginásio, é apenas no que se refere à diretriz. Ora, se o Estado não fará aqui um ginásio gratuito, porque, no ponto de vista do sr. Pery do Prado, persegue o Município de Bagé, e, como o município de Bagé está sem numerário para este fim, segundo diz seu prefeito, tem que se concluir logicamente que: BAGÉ NÃO TERÁ GINÁSIO LEIGO E GRATUITO. A primeira destas duas versões é uma hipótese pessoal, a segunda é uma realidade que todos sabem.

MAS TODOS NÓS QUEREMOS UM GINÁSIO LEIGO E GRATUITO EM BAGÉ.

Insisto, para que fique bem claro: o Município fará entendimento com o Estado; entretanto, este último com a verba para manter o estabelecimento, e o primeiro entrará com o prédio já existente; e encamparão o já oficializado Ginásio Perseverança, organizando-lhe uma diretoria de equipe, e tornando-o então: LEIGO E GRATUITO.

Esta é, sem dúvida, a melhor estrada para chegar à solução do caso. E o resto é barulho e confusão, como diz a respeito uma pessoa que conhece muito bem este assunto (CORREIO DO SUL, 02 de fevereiro de 1952, p.6).

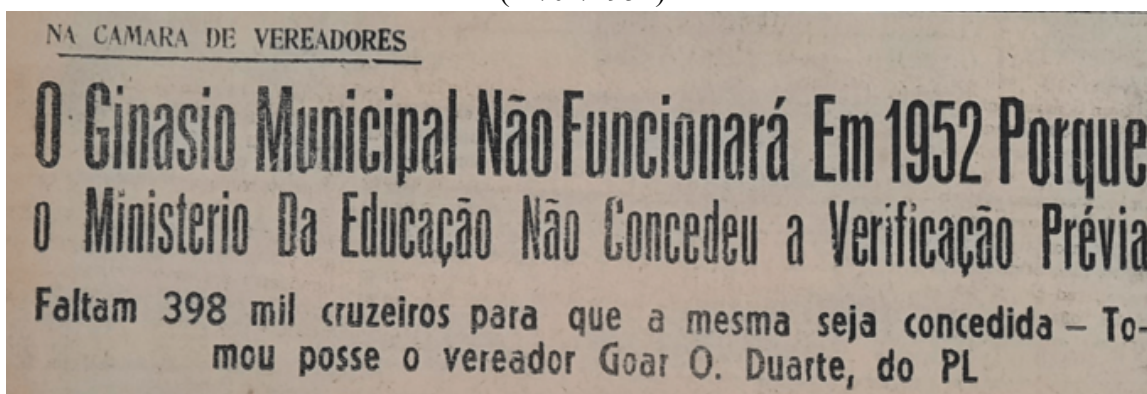
A discussão em torno do Ginásio Municipal gratuito e laico em Bagé destaca uma nova necessidade de cooperação entre diferentes níveis de governo e a comunidade educacional para superar obstáculos financeiros e burocráticos. Acontece que, percebe-se uma desmobilização na sociedade civil após a lei que cria o Ginásio Municipal, provavelmente pela expectativa de que essa seria a ação derradeira.

Além disso, conforme apontado anteriormente, o excesso de críticas presentes nas páginas do jornal criara um entendimento que motivou o esclarecimento acima, rejeitando qualquer forma de apatia ou resignação em razão dos muitos desafios enfrentados no processo de viabilização do ginásio público.

A sugestão de encampar o Ginásio Perseverança, apesar de ganhar força na sociedade, tem evidenciada em diversos momentos a dificuldade de consenso entre Poder Público e a administração da instituição, sobretudo no que envolveria questões legais e burocráticas.

Na matéria abaixo, um incômodo veredito pelo poder público: o ginásio criado em 1951 por lei municipal, não funcionaria também em 1952. O motivo era novamente a escassez financeira.

FIGURA 31 – “O Ginásio Municipal Não Funcionará em 1952” - Correio do Sul (14/02/1952)

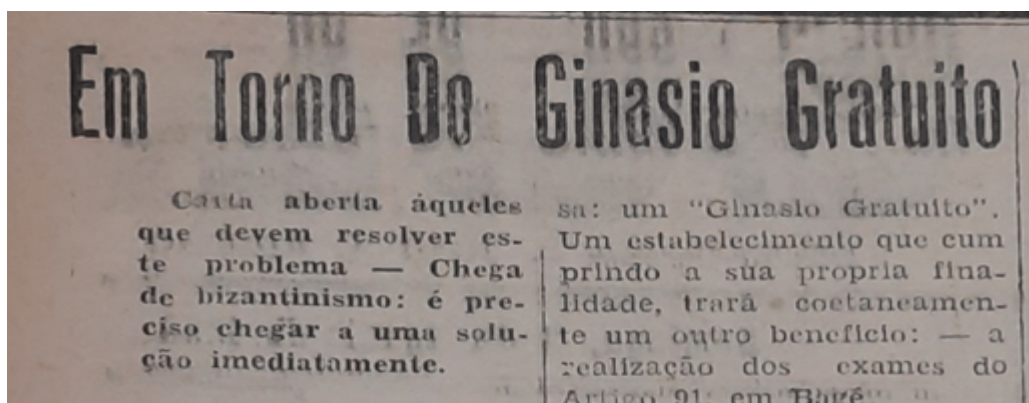


FONTE: Acervo Físico do Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

“Para a concessão da verificação com apreço, são necessárias a construção e conclusão de várias obras do Ginásio Municipal, orçadas em Cr\$ 398.000,00, solicitados no atual pedido de crédito extraordinário, obstáculos esses impossíveis de serem vencidos ainda em 1952” (CORREIO DO SUL, 14 de fevereiro de 1952, p.6).

Meses depois, e os insistentes problemas sem solução, o Jornal Correio do Sul expõe a frustração com a inércia política e a tendência a complicar decisões que deveriam ser simples, particularmente em relação a um tema crucial como a educação. O veículo apela aos responsáveis pela resolução da pendência em torno da criação do ginásio gratuito.

FIGURA 32 – “Em Torno do Ginásio Gratuito” - Correio do Sul (03/08/1952)



FONTE: Acervo Físico do Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

Carta aberta àqueles que devem resolver este problema: Chega de bizantinismo, é preciso chegar a uma solução imediatamente.

Aos olhos dos jovens que enxergam diretamente, esses senhores respeitáveis e decididos, que dizem muito e nada fazem quando se trata de resolver um problema de grande importância, como é o ensino gratuito, ora em cogitação pela "milésima" vez, eles perdem toda essa pose e passam para a posteridade como uns pobres Pinochios sem consciência... E não se dão conta disso. Quando discutem sobre um assunto de interesse coletivo, eles não estão pensando nos benefícios que trará para a comunidade a sua solução, mas no efeito "cartazífero" que poderá advir daí.

Cada qual quer ser o pioneiro. Se alguém apresenta pela primeira vez uma determinada proposta, o outro pergunta subjetivamente: "É boa ou má?" Se é boa, decidem mandar contra para não dar cartaz ao proponente. Se é má, votam a favor, ou para favorecer os interessezinhos da claqué que então para o proponente "tomar pela cabeça". Eu me canso de dizer que estes conceitos são emitidos a respeito dos políticos locais devidamente eleitos.

Estou falando sobre esses que deram um sentido especial para os adjetivos bom e mau. BOM não é o que trará um resultado satisfatório ao interesse público, mas aquilo que dará para "ele" a sensação de ser mais esperto do que o "outro". MAU não é aquilo que trará um prejuízo para a comunidade, mas o que não — não recomenda a "sua esperteza". Infelizmente, vemos que são poucos os cidadãos a quem se delegou a função de gerir com os interesses públicos, que não estejam agindo por esta forma perfeitamente repulsiva.

E isto chega ao cúmulo... Um simples nome serve de pretexto para não permitir que a população possua uma das coisas que mais precisa: um "Ginásio Gratuito", um estabelecimento que, cumprindo a sua própria finalidade, trará conseqüentemente outro benefício: a realização dos exames do Artigo 91 em Bagé!

Alguns disseram que poderiam resolver o problema pela encampação municipal do Ginásio Perseverança. Mas bastou pensarem nisso para surgirem lá os "profissionais

em amolar a paciência do próximo" para tentar estragar tudo com os argumentos mais sem fundamento que podem surgir da cabeça de um homem. O nome... O nome que deve ter o "Ginásio" encampado...

Todo grande problema. Parece mentira, mas não é.

— Patrícia! Oh, Patrícia de Queiroz, leva isso com urgência para "O Impossível Acontece".

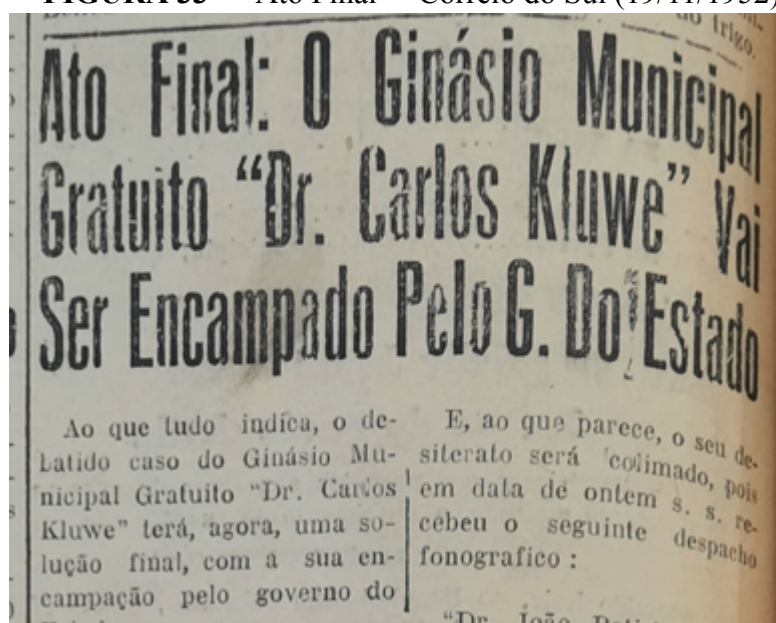
Senhores: Se o município vai ENCAMPAR o "Ginásio Perseverança", por que mudar seu nome para "Ginásio Margens Plácidas" ou "Zé Bedeu"? Vamos deixar de discussões fúteis, porque enquanto isso o tempo passa e a ignorância se prolonga.

Se é questão de nome, o edifício municipal destinado à instalação do ginásio ainda não foi oficialmente balisado: coloquem lá uma placa de bronze, dando à construção o nome daquele a quem acharem que faz jus por estes ou aqueles motivos. O estabelecimento de ensino que se pretende encampar já tem um nome há mais de meio século, cuja mudança, além de ser uma desconsideração para com sua fundadora, importaria em outra complicada história lá pelo Ministério da Educação, que só serviria para "eternizar" a desinteligência dos que sugeriram isso.

Se depende de nome a solução do problema, vamos conciliar tudo sem revolução: Deixem o Ginásio com o nome que tem: "Perseverança", e ponham no edifício, onde ele deverá ser instalado, o nome de quem promoveu a sua reforma ou construção. E chega de bizantinismo. (CORREIO DO SUL, 03 de agosto de 1952, p.2)

Em 19 de novembro de 1952, é noticiado o suporte do governo estadual que promete finalizar um longo período de debates e incertezas em torno do projeto do ginásio. O anúncio não apenas soluciona um impasse histórico, como também chama atenção do jornal o fato de que, com essa definição, a prefeitura não mais teria que arcar com os altos custos de operação.

FIGURA 33 – “Ato Final” - Correio do Sul (19/11/1952)



FONTE: Acervo Físico do Arquivo Público Municipal Tarcísio Tabora

Parece que o debatido caso do Ginásio Municipal Gratuito "Dr. Carlos Kluwe" terá agora uma solução final, com a sua encampação pelo governo do Estado. Desde que

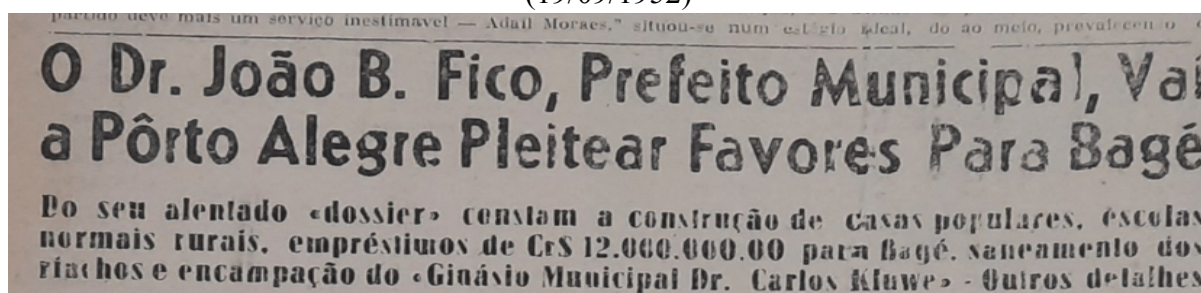
assumiu as rédeas do governo de Bagé, o Dr. João Batista Fico vem cuidando meticulosamente do assunto, procurando resolvê-lo objetivamente, sem desdouro para ninguém e com vantagens para o município e, conseqüentemente, para a juventude escolar de nossa terra. Diante do ônus que acarretaria ao erário municipal, o edil bageense entendeu-se com as altas autoridades do ensino do Rio Grande, buscando a encampação daquele educandário. E ao que parece, o sinal verde foi dado. Hoje, pela manhã, o prefeito recebeu o seguinte telegrama fonográfico: "Dr. João Batista Fico, Prefeito Municipal de Bagé. Comunico-lhe que, nesta data, encaminhei ao senhor governador o expediente sobre a encampação do Ginásio Municipal dessa cidade, havendo o general Ernesto Dornelles já o remetido, em mensagem, à Assembleia Legislativa do Estado. Congratulando-me com Vossa Senhoria pela magna realização no setor educacional, nesse florescente município, expresso-lhe meus protestos de apreço e cordial abraço. Atenciosamente, Julio Marino de Carvalho, Secretário da Educação (CORREIO DO SUL, 19 de novembro de 1952, p.6)

Dada a definição da encampação do Ginásio Municipal pelo Governo do Estado, o prefeito João B. Fico, sucessor de Carlos Kluwe, realiza os trâmites necessários, como relata o jornal nesta ida a Porto Alegre.

Nota-se que a cobertura sobre a pauta do ginásio continua a ser feita constantemente nas páginas do Correio do Sul. Ao priorizar jornalisticamente os fatos na produção e seleção das notícias, há uma hierarquização dos valores-notícias. Segundo Wolf (2003), quando falamos sobre critérios de noticiabilidade no jornalismo, o interesse público representado pelo potencial de pessoas que determinada notícia pode atingir, é um dos principais critérios considerados pelos veículos. O que nos leva a entender que a sociedade continuaria encarando os trâmites envolvendo o Ginásio Municipal como uma prioridade a esta altura.

Simultaneamente, é possível notar o envolvimento do Dr. João B. Fico, que sucedeu o Dr. Carlos Kluwe a partir de 1952, com o funcionamento do Ginásio. Neste momento, era preciso destravar o processo de encampação do Ginásio Municipal pelo governo do estado, para tê-lo em funcionamento da melhor forma possível: sem custos para a municipalidade.

FIGURA 34 – Prefeito vai a Porto Alegre Pleitear Favores para Bagé - Correio do Sul (19/09/1952)



FONTE: Acervo Físico do Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

A viagem do ilustre edil bageense não se prende, porém, a uma simples visita de cortesia ao Chefe da Nação e nem ao magnífico certame ruralista nacional, mas obedece a mais altos desígnios de finalidade administrativa. Assim, é que, em sua estada na capital do Estado, o Governador de Bagé tratará ali de transcendentais assuntos de interesse local, estando na agenda do seu "dossier" os seguintes problemas: (...) 9.º) - Encampação do Ginásio Municipal "Dr. Carlos Kluwe" pelo Estado (CORREIO DO SUL, 19 de setembro de 1952, p.4)

O avanço do tema na Assembleia Legislativa, em 1952, reflete a colaboração e o entendimento entre os legisladores e o executivo, visando o fortalecimento e a expansão da infraestrutura educacional no interior do estado.

FIGURA 35 – “O Estado Encampará Os Ginasios Municipais” - Correio do Sul (21/11/1952)



FONTE: Acervo Físico do Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

Para, Candido Norberto, João Caruso e outros. O primeiro orador que falou para encaminhamento de votação das emendas foi o deputado Adail Moraes, que declarou que ia retirar os seus requerimentos de destaque, em face do compromisso do governo de apresentar prontamente os projetos, criando os ginásios estaduais de Bagé, Caçapava (...) (CORREIO DO SUL, 21 de novembro de 1952, p.1)

Dados os desdobramentos, o aval do governo do Estado para a medida, e parecendo sanada a demanda pelo ginásio público, a comunidade de Bagé se lança em uma nova empreitada: estabelecer uma Faculdade de Ciências Econômicas no município. Tal campanha reflete o desejo da comunidade em continuar a trajetória de crescimento educacional. Além disso, sugere uma acomodação quanto a ideia do ginásio, que persistia em não ser concretizada.

FIGURA 36 – “Por Uma Faculdade Em Bagé” - Correio do Sul (04/01/1953)

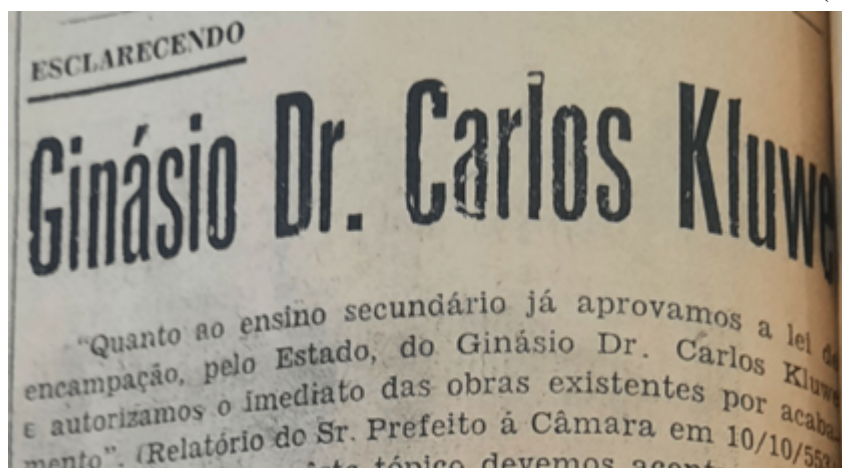


FONTE: Acervo Físico do Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

Não se intimidam seus filhos na luta em que se empenham para obter esse alcandorado sonho; não esmorecem na faina, nem fraquejam na porfia. Ontem, após duros percalços e multiplicadas dificuldades, depois de uma árdua e produtiva luta, conseguiram que o Ginásio Carlos Kluwe se tornasse uma realidade, com sua encampação pelo Estado; hoje ingressam em uma nova frente de combate, dessa vez em prol de uma Faculdade de Ciências Econômicas. (...) Que a população de Bagé, que sempre primou pelo discernimento das justas e das más causas, saiba cerrar fileiras em torno daqueles que, com tão destemido espírito, se esforçam por mais esse empreendimento, que só trará vantagens e benefícios para a cidade, mostrando quão elevado é o nível cultural de sua gente (CORREIO DO SUL, 04 de janeiro de 1953, p.3).

Ocorre que, os problemas envolvendo o funcionamento do ginásio perdurariam por mais tempo. A seguinte matéria destaca a confusão em torno da Lei Municipal de criação e operação do ginásio, e faz um apelo para que estudantes que dependeriam das instalações educacionais não ficassem desamparados.

FIGURA 37 – Esclarecendo: Ginásio Dr. Carlos Kluwe - Correio do Sul (10/11/1953)



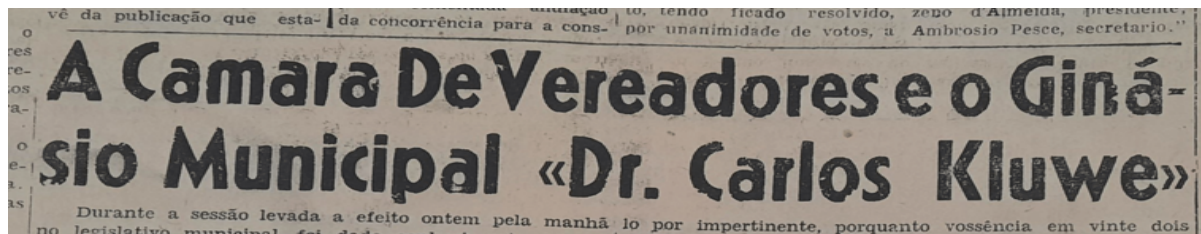
FONTE: Acervo Físico do Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

Parece haver uma confusão na interpretação da Lei Municipal e nas ações subsequentes do Prefeito e da Câmara de Vereadores. Pelo que foi citado, parece que a Lei foi aprovada pela Câmara de Vereadores, mas não foi sancionada pelo Prefeito. Além disso, há menção à autorização para o término das obras, mas não parece que essa autorização tenha sido efetivamente cumprida, pois não houve modificações no prédio nos últimos tempos. Considerando que há uma promessa formal por parte do governo do Estado em relação ao funcionamento do ginásio no próximo ano letivo, é preocupante que as obras não tenham sido concluídas até o momento. É importante tomar providências energéticas para garantir que os estudantes, especialmente os mais pobres, não sejam frustrados em seus objetivos educacionais. Ações concretas são necessárias em vez de apenas promessas (CORREIO DO SUL, 10 de novembro de 1953, p.3).

A seguir, o jornal relata um impasse entre o Prefeito de Bagé, Dr. João Batista Fico, e a Câmara de Vereadores, envolvendo a documentação necessária para o funcionamento do Ginásio Municipal. A troca de telegramas entre o prefeito, em viagem pela capital, e a

Câmara evidencia um desencontro de informações e responsabilidades sobre a habilitação dos professores e o extravio de um documento crucial.

FIGURA 38 – “A Câmara de Vereadores e o Ginásio Municipal Dr. Carlos Kluwe”
(11/03/1953)



FONTE: Acervo Físico do Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

Durante a sessão realizada ontem pela manhã no legislativo municipal, foi dado conhecimento à Casa do seguinte telegrama expedido de Porto Alegre pelo Dr. João Batista Fico, Prefeito Municipal, que está em viagem pela capital do Estado:

"Dr. Arnaldo Faria — Presidente da Câmara de Vereadores — Bagé. Solicito que seja imediatamente devolvido o dossier do Poder Executivo Municipal entregue à Câmara e que desapareceu nela, necessário para o funcionamento do Ginásio, a fim de verificar se os professores têm curso de filosofia. Falta documentação para os professores anteriormente indicados pelo governo passado, o que criou embaraço no funcionamento. Saudações, João Fico".

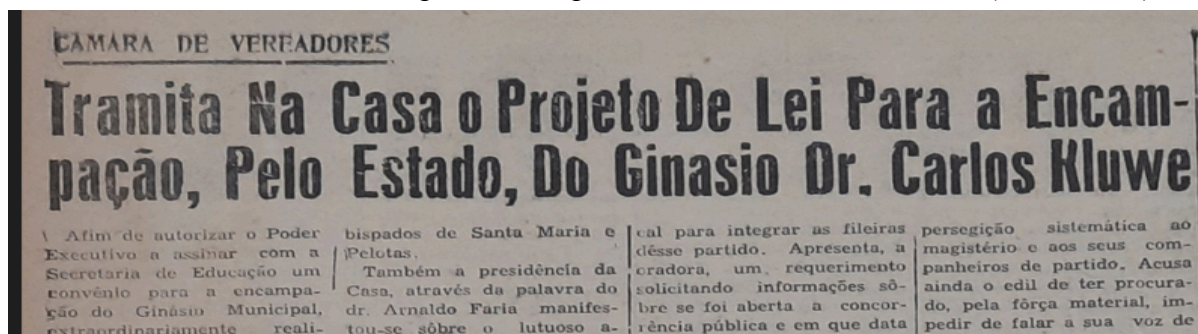
Conforme nosso noticiário, imediatamente após a leitura desse expediente, diversos oradores se manifestaram estranhando os termos do referido telegrama e solicitando sua devolução ao remetente. Assim, ontem à tarde, foi transmitido para a capital do Estado o seguinte despacho:

"Dr. João Fico — Hotel Porto — Porto Alegre. Seu telegrama n. 371 foi lido e discutido na sessão de hoje da Câmara. Por unanimidade, foi resolvido devolvê-lo por impertinente, porquanto Vossa Excelência, em vinte dois de agosto do ano findo, recebeu ofício desta Mesa comunicando que o dossier referente ao Ginásio havia sido extraviado e que, no inquérito procedido, não foi possível apurar a quem cabia a responsabilidade pelo fato. Causou também estranheza afirmar Vossa Excelência de que, sem o dossier, não será possível comprovar a habilitação dos professores com curso de filosofia, pois essa documentação será facilmente obtida junto à Delegacia Regional de Ensino desta cidade. Quanto à falta de documentação a que se refere seu despacho, saiba Vossa Excelência que ela apenas pode se referir ao professor Frederico Petrucci, pois os demais professores indicados pela administração passada estão devidamente habilitados para o exercício do cargo. Causou espanto nesta Casa não haver a Secretaria do Poder Executivo ficado com cópia da documentação enviada à Câmara, na qual constava das reproduções dos documentos originais enviados ao Ministério da Educação, havendo sobrado tempo para ser solicitada a essa repartição uma cópia integral do dossier ali existente. Caso o Ginásio Municipal não venha a funcionar no ano em curso, ante o exposto, fica desde já ressalvada qualquer responsabilidade que queira ser jogada sobre o Poder Legislativo, vivamente interessado em seu pronto funcionamento. Cordiais saudações — Arnaldo Faria, Presidente" (CORREIO DO SUL, 11 de março de 1953, p.2)

Na seguinte matéria, detalha-se a sessão extraordinária da Câmara de Vereadores de Bagé, focada na autorização para o convênio entre o Poder Executivo e a Secretaria de

Educação do estado, visando a encampação do Ginásio Municipal. O objetivo da sessão foi a entrega de plantas do edifício e as discussões sobre a manutenção do nome e do corpo docente, além de facilitar a transição do ginásio para o controle estadual.

FIGURA 39 – Tramita Lei para Encampar o Ginásio Dr. Carlos Kluwe (18/03/1953)



FONTE: Acervo Físico do Arquivo Público Municipal Tarcísio Tabora

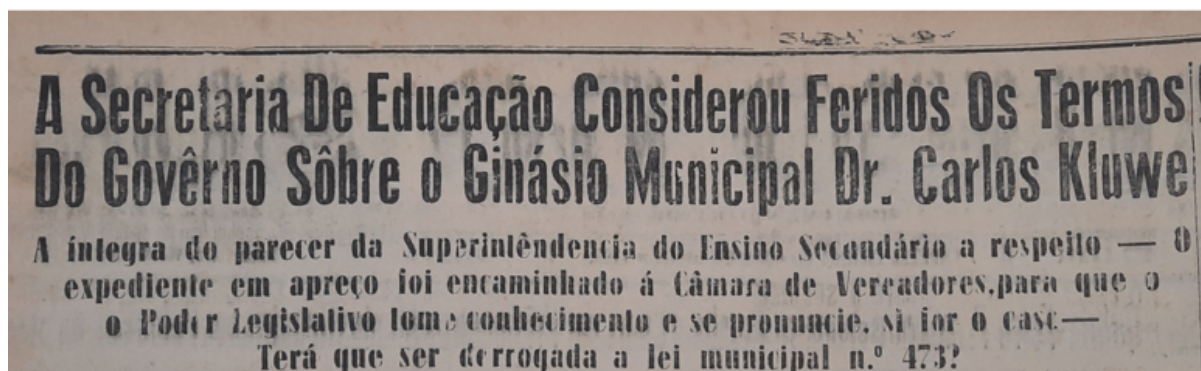
A fim de autorizar o Poder Executivo a assinar com a Secretaria de Educação um convênio para a encampação do Ginásio Municipal, extraordinariamente realizou ontem pela manhã a Câmara de Vereadores, mais uma sessão, sob a presidência do Dr. Arnaldo Faria.

(...) Na sessão noturna a Casa recebeu, oriundos do Poder Executivo, vinte plantas do edifício onde funcionará o Ginásio Carlos Kluwe. Foi requerido pelo vereador Dr. Antenor Gonçalves Pereira um pedido de licença por quinze dias, tendo tomado posse, em seu lugar, o Dr. Nei Azambuja.

(...) As Comissões de Constituição e Justiça e Finanças e Orçamento apresentaram o seu parecer sobre a encampação pelo Estado do Ginásio Municipal Dr. Carlos Kluwe, autorizando a aludida encampação desde que fosse mantido o professorado indicado na gestão do Dr. Carlos Kluwe, conservando o nome de seu fundador. Com pequenas modificações no texto apresentado pelo Poder Executivo, as Comissões apresentaram um projeto de lei sobre a encampação do Ginásio Dr. Carlos Kluwe. Ao que estamos informados, oficiosamente, o Ginásio Dr. Carlos Kluwe só funcionará em junho do corrente ano (CORREIO DO SUL, 18 de março de 1953, p.6).

O documento seguinte revela as complicações surgidas entre as expectativas municipais e as condições estabelecidas pelo Estado, e vice-versa, particularmente em relação à proposta de nomeação do corpo docente do município sem que estes professores hajam feito o processo de ingresso no serviço público estadual. Fica evidente o desejo do prefeito municipal de que o corpo de docentes do município fosse assumido pelo governo estadual. Problema que o estado apontou como um dos entraves para a assinatura do termo. Além disso, a prefeitura pretendia dar continuidade em atividades de outras entidades educacionais que utilizavam parcialmente o local onde seria instalado o Ginásio. Fator que também foi refutado pelo governo estadual, conforme relata a matéria na íntegra:

FIGURA 40 – Impasse entre Secretaria de Estado e o Governo Municipal (14/04/1953)



FONTE: Acervo Físico do Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

Como é do conhecimento público, o Ginásio Municipal "Dr. Carlos Kluwe" está para ser encampado pelo governo do Estado. As demarches nesse sentido estavam sendo coordenadas pelo Poder Executivo de Bagé, pois quando da estada do Dr. João Batista Fico em Porto Alegre, o mesmo entrou em entendimentos diretos com a Secretaria de Educação e Cultura, que lhe forneceu a minuta do contrato a ser celebrado. Todavia, a Câmara de Vereadores, ao elaborar a lei respectiva que autorizava o governador da comuna a firmar o convênio, instituiu dispositivos que os órgãos técnicos daquela Pasta viram considerar como contrários ao espírito da letra do ajuste a ser assinado. Nesse particular, o Dr. João Batista Fico recebeu uma cópia do expediente, tendo-o remetido, a 6 do corrente, para o Poder Legislativo, a fim de que este tome conhecimento do assunto e se pronuncie, se for o caso. Publico, a seguir, a íntegra do mencionado expediente:

"Secretaria de Educação e Cultura, Porto Alegre, 5 de março de 1953.

Ilmo. Sr.

Dr. João Batista Fico

DD. Prefeito Municipal, Bagé.

Por determinação do Sr. secretário de Educação e Cultura, remeto-vos o parecer anexo, relativo ao convênio de encampação do Ginásio Municipal de Bagé.

Sem outro motivo, sirvo-me do ensejo para reiterar protestos de alto apreço e consideração, subscrevendo-me (CORREIO DO SUL, 1953, p.?)

(...) Salvo, a nosso ver, entendimento prévio entre esta Pasta do Estado e a Prefeitura de Bagé, poder-se-á decidir sobre o que se contém no Artigo 4.º:

"O Ginásio Municipal Dr. Carlos Kluwe, sem prejuízo do funcionamento de suas aulas, permitirá que ali continuem funcionando os cursos do SENAC e os do Grêmio Educacional - CASTELO BRANCO."

Mais lê-se na cláusula IV do convênio:

"As funções gratificadas e os cargos considerados de confiança, serão providos por livre arbítrio da Secretaria de Educação e Cultura, ficando assegurada a nomeação dos professores indicados pelo Prefeito Municipal, Dr. Carlos Kluwe, e constantes da documentação enviada ao Ministério da Educação e Saúde, para linde registro prévio desse estabelecimento."

Neste particular, Senhor secretário, cumpre-nos dizer a VOSSA excelência o seguinte:

Apresentou-nos o Sr. Prefeito de Bagé a relação dos professores que deveriam integrar o quadro docente do Ginásio. Trata-se, é inegável, de nomes ilustres no magistério particular e, mesmo, público do Estado. Uns, com a situação regularizada frente ao Ministério de Educação e DAE; outros, com os respectivos papéis em via de processamento.

Tem sido norma desta secretaria, quando da encampação de unidades escolares, conservar os Professores que ali já têm exercício, uma vez que estejam registrados no M. E. S., ou venham a sê-lo.

Este, porém, não é o caso do Ginásio a encampar-se; trata-se da primeira nomeação de elementos, para o educandário, da constituição de um corpo docente, e, portanto, não pode fugir à Secretaria nos princípios fixados em a Lei n. 1991, de 29 de dezembro de 1952, no que tange aos requisitos para provimento de cargos dessa natureza (CORREIO DO SUL, 14 de abril de 1953, p.2).

Aqui, mais uma vez, o jornal usa sua editoria para tecer críticas a prolongada e infrutífera discussão em torno da implementação do ginásio gratuito. Neste caso, com ironia, relata que o almejo da sociedade local há muito tempo parece girar em círculos, sem qualquer definição.

O autor critica a municipalidade, apontando especialmente a tentativa de incluir o seu corpo docente na encampação do ginásio pelo Estado, fato que contribuiu para mais um entrave.

A frustração com a falta de avanço resulta, mais uma vez, na sugestão de uma solução alternativa: a ideia de encampar o Ginásio Perseverança, uma proposta vista como mais viável e menos controversa, haja visto que, segundo o jornal, o município sequer teria um ginásio para ser encampado, se não um prédio que fora comprado em ocasião de uma instalação que não aconteceu.

FIGURA 41 – “Ginásio Gratuito... Patatí... Patatá...” (16/04/1953)



FONTE: Acervo Físico do Arquivo Público Municipal Tarcísio Tabora

Confesso que, quando me propus a escrever novamente sobre este motivo de sempre, não pude deixar de dar um profundo bocejo, daqueles que nos provocam as coisas monótonas. Realmente, não há quem possa negar que esta história de Ginásio Gratuito está além de massante. No ano ante-passado se discutiu... No ano passado, se discutiu... Neste ano, se discutirá ainda. E sempre, as mesmas coisas. As mesmas

decisões. E o mesmo ponto de chegada: O Caos. É porque aqueles que dizem qual é o caminho curto e certo para se chegar a um fim concreto são imediatamente acusados de querer impor suas ideias, quando na verdade, não querem impor nem são somente suas as ideias, porque afinal são de todos que se preocupam em achar uma solução razoável para o que se pretende resolver. O que vamos dizer aqui, já o dissemos no ano passado, verbal e graficamente, ocasião em que merecemos o título — às vezes tão honroso — de indesejável. É o que dizíamos em 1952, é o que aconteceu de fato em 1953. O tempo se encarregou de provar o que era de se esperar. No parecer da Secretaria da Educação, publicado neste jornal dia 14 do corrente, fizemos a última palavra do que poderia deixar de acontecer. O Município, na sua proposta de encampação do Ginásio, impõe ao Estado certas medidas que ele não aceita por serem, por demais, infantis. A municipalidade, na verdade, não tem um Ginásio para encampar. Tem, isso sim, um edifício destinado à instalação de um Ginásio — que nem sequer está reconhecido pelo Ministério da Educação, o que equivale a dizer que não existe. Quer, por exemplo, que o Estado — encampador somente do prédio, para ainda fazer um ginásio estadual — juntamente com o edifício, aceite também o corpo docente do suposto ginásio municipal. Aqui está uma das razões pelas quais o Estado não leva a sério a proposta municipal. Na verdade, professores não são móveis e utensílios para serem encampados com um prédio. Se o ginásio estivesse funcionando — se ele existisse — sob a tutela do município, era natural que o Estado aceitasse, neste ponto, a proposta Municipal, como em casos semelhantes, tradicionalmente aceita. É o que se deduz do parecer da Secretaria da Educação. Não foi aceita a proposta. Não se pense nunca que nos rejubilamos com isso. Desejaríamos que há muitos anos, de qualquer forma, houvesse funcionando aqui em Bagé, um Ginásio Gratuito. Queremos sugerir novamente a solução que nos parece tão razoável e tão simples. Para chegarmos a uma pronta solução, basta que os vereadores e o prefeito levem a sério e façam ao Estado a seguinte proposição, que certamente ele não recusaria: Nos referimos à encampação estadual do Ginásio Perseverança, que tem um corpo docente e uma diretoria organizada. Temos absoluta certeza que sua diretora, a professora Melanie Granier, de modo algum faria oposição ao bom andamento desta proposta. O Ginásio Estadual Perseverança passaria a ocupar o Edifício mandado construir para o funcionamento do estabelecimento gratuito, que então ficará sendo o mencionado Ginásio. O edifício seria batizado com o nome de quem interessar possa, não alterando isto absolutamente em nada a boa existência do que se quer: o ginásio gratuito, que funcionará dentro do prédio em apreço. Creio que não será por causa do nome do ginásio, nem por outra qualquer espécie de capricho, que deixaremos de ter o que Bagé tanto precisa para seus moços. É sabido que um homem vale pelo que é ou foi, e não pelas estátuas ou placas de bronze que andam pregadas pelas paredes com sua imagem e seu nome. Estas não lhe tiram como tampouco lhe dão mais mérito do que o que é. E achamos que já anda bem longe o dia que se devia ter marcado o fim deste longo patati-patatá, para termos concreta esta aspiração da nossa juventude. Sugerimos através destas colunas que se reúna ainda outra vez a Frente Bageense Pró-Ginásio Gratuito para, num último debate, levar a termo esta velha história. Que se movimentem todos: moços, pais, professores, estudantes do artigo 91 que estes últimos também serão beneficiados, de vez que um Ginásio Estadual lhes possibilitará a prestarem seus exames aqui em Bagé mesmo. E aos que chegaram até o fim desta conversa, resta pedir desculpa pelo descuido da forma neste artigo feito às pressas e com aquele certo apatismo que nos traz a saturação de uma coisa por demais repetida. Que não seja necessário voltarmos! (CORREIO DO SUL, 16 de abril de 1953, p.5)

Ao final do ano de 1953, o Correio do Sul repercute a votação da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul que aprovaria o convênio do estado com ginásios municipais de outras cidades. Bagé, ainda aguardava decisão. Este nível de ensino entraria em

expansão por todo o Brasil, e faria com que outras iniciativas semelhantes ocorressem paralelamente em outras localidades.

FIGURA 42 – “O Caso Dos Ginásios Municipais” - Correio do Sul (02/12/1953)



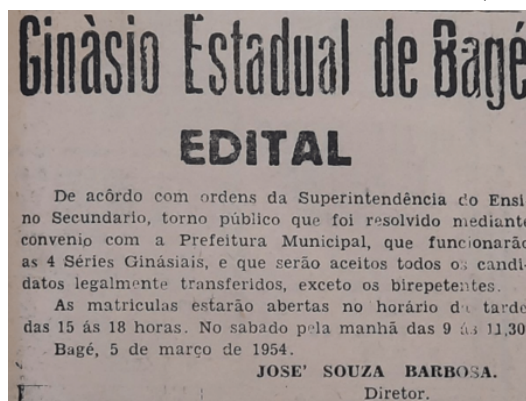
FONTE: Acervo Físico do Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

A Assembleia deverá votar, amanhã, um projeto de decreto legislativo que aprova os convênios firmados entre o Estado e a direção dos ginásios de Caçapava do Sul e Rosário do Sul, para emancipação daqueles estabelecimentos. Até agora, porém, não foi trazido à Assembléia os casos dos ginásios de Bagé, Encruzilhada do Sul e Itaquí, devendo a matéria ser tratada na Assembleia brevemente, por ocasião de ser votado o projeto que abre créditos para os ginásios de Caçapava do Sul e Rosário do Sul (CORREIO DO SUL, 02 de dezembro de 1953, p.6).

Após as muitas matérias sobre os problemas que impediram, por meses, o Ginásio Gratuito de funcionar, o Correio do Sul deixa de noticiar algumas decisões derradeiras, como por exemplo, o momento em que o Ginásio fora efetivamente encampado pelo estado, se tornando “Ginásio Estadual”.

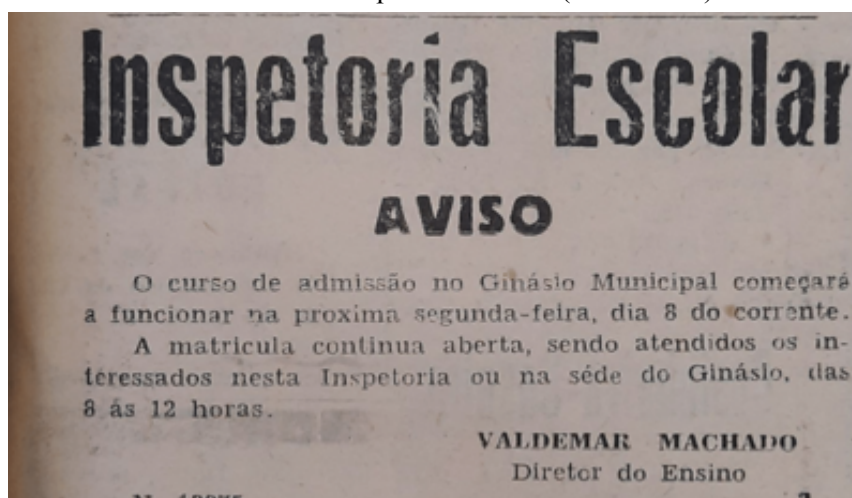
Apenas em março voltaria a citar a referida instituição, dessa vez, com a divulgação de edital e aviso, que demonstra o pleno funcionamento da instituição para o ano de 1954.

FIGURA 43 – Edital de Matrículas Abertas (05/03/1954)



FONTE: Acervo Físico do Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

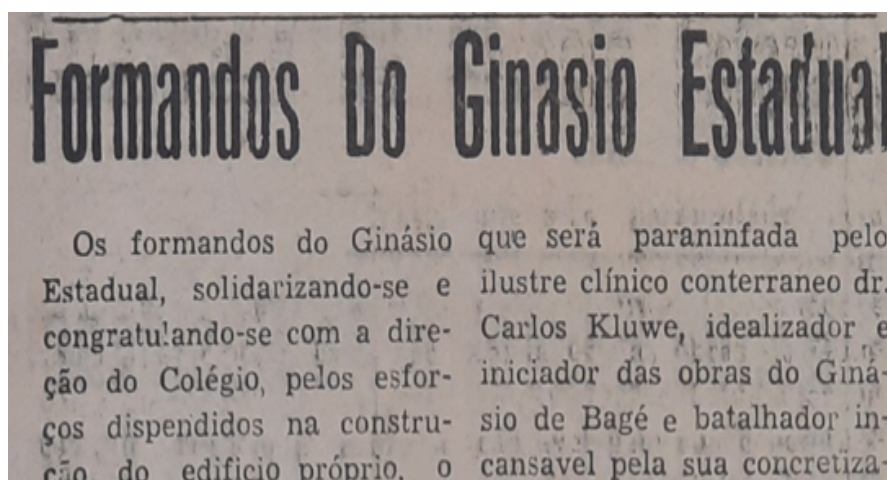
FIGURA 44 – Inspetoria Escolar (06/03/1954)



FONTE: Acervo Físico do Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

Este trecho celebra um momento marcante para a comunidade de Bagé, com a inauguração do edifício remodelado do Ginásio Estadual. Na ocasião, os formandos decidem transferir a cerimônia de colação de grau para coincidir com este evento. O gesto, e a participação de altas autoridades na inauguração, criavam o clima de uma cerimônia cheia de significados, que demonstraria a importância do ginásio como um marco na história da cidade.

FIGURA 45 – Primeiros Formandos - Festa Adiada (08/12/1954)



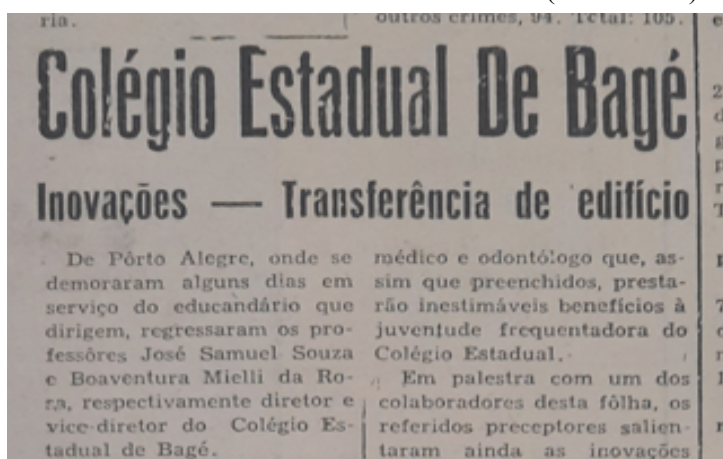
FONTE: Acervo Físico do Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

Os formandos do Ginásio Estadual, solidarizando-se e congratulando-se com a direção do Colégio, pelos esforços dispendidos na construção do edifício próprio, o qual será inaugurado festivamente em março do ano vindouro, resolveram transferir a festa de colação de grau para essa ocasião, pois, com este gesto, esperam os licenciados do modelar educandário do Estado elevar o brilho das solenidades, e inauguração do magnífico e tradicional prédio da Avenida Tupy Silveira, hoje remodelado para o Ginásio Estadual. As solenidades de inauguração do edifício do

Colégio estarão presentes nesta cidade altas autoridades civis, destacando-se particularmente o Sr. Secretário da Educação e Saúde, motivo pelo qual as cerimônias de inauguração das instalações do prédio do Ginásio revestir-se-ão de raro brilhantismo. A primeira turma de formandos do Ginásio Estadual, que será paraninfada pelo ilustre clínico conterrâneo Dr. Carlos Kluwe, idealizador e iniciador das obras do Ginásio de Bagé e batalhador incansável pela sua concretização. É a seguinte: Catalino Brasil Machado, Delcy Ferreira Alvares, Edison Lopes, Emy Ferreira, Fernando Lamote, Guaraciaba Sanches, Hedy Pereira, João de Deus Gonzales, João de Deus Lima Galvão, José Carlos Gomes Azambuja, Jussara Fernandes, Leopoldo Carvalho Nunes, Lilá Pinto Lima, Mary Paiva, Marília Ustarroz, Ramão Almeida Costa, Rubens Lima, Ruth Wolff, Ruth Lucas e Valter Fontes. Os licenciados do Ginásio Estadual agradecem de modo especial, por nosso intermédio, ao Vereador Herculano Vaz Lopes, presidente do Clube Caixeiral, e à sua diretoria pela gentileza e solicitude com que haviam cedido os magníficos salões de festa do suntuoso Clube para a sua colação de grau (CORREIO DO SUL, 8 de dezembro de 1954, p.6).

Abaixo, o texto do Correio do Sul relata o retorno dos professores José Samuel Souza e Boaventura Mielli da Rosa, diretor e vice-diretor do Colégio Estadual de Bagé, de uma viagem de trabalho a Porto Alegre, onde se encontraram com o novo secretário da Educação, Dr. Liberato Salzano Vieira da Cunha. Durante a visita, discutiram o futuro do educandário, incluindo a transformação do Ginásio Estadual em Colégio Estadual com a introdução de um Curso Científico e a mudança para o Palacete Pedro Osório. A matéria destaca as promessas de apoio do secretário e os planos ambiciosos para o colégio, que visam melhorar a oferta educacional para a juventude de Bagé.

FIGURA 46 – Transferência de Edifício (17/02/1955)



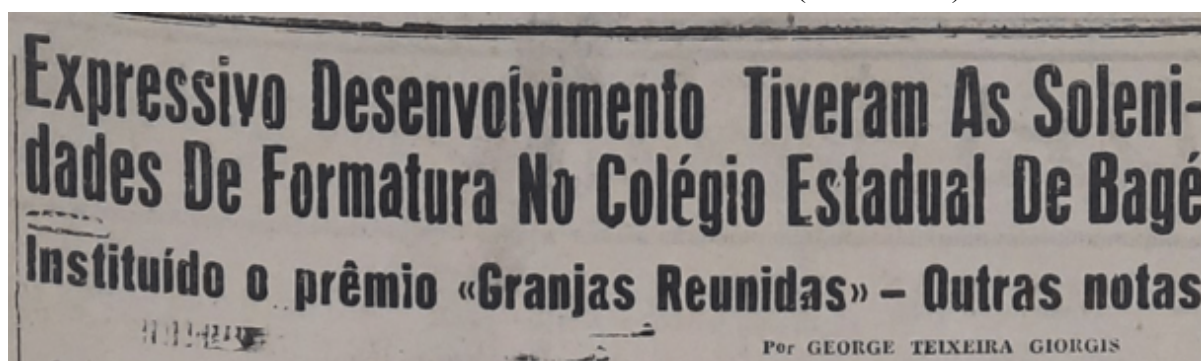
FONTE: Acervo Físico do Arquivo Público Municipal Tarcísio Tabora

De Porto Alegre, onde se demoraram alguns dias em serviço do educandário que dirigem, regressaram os professores José Samuel Souza e Boaventura Mielli da Rosa, respectivamente diretor e vice-diretor do Colégio Estadual de Bagé. Lá, naquela capital, entraram em imediato contato e em profícua vinculação com o Dr. Liberato Salzano Vieira da Cunha, secretário da Educação recém-empossado, que prometeu não desatender o Colégio Estadual de Bagé nas suas justas pretensões e nos pedidos que merecerem consideração (...) Em palestra com um dos

colaboradores desta folha, os referidos preceptores galantearam ainda as inovações por que passará o estabelecimento que orientam, neste 1955, com a transformação do Ginásio Estadual em Colégio Estadual, devido à criação do Curso Científico, que funcionará de momento com a primeira série e a transferência do educandário para prédio adequado e amplo, como é o Palacete Pedro Osório, cabendo reportar que a inauguração solene das atividades do Colégio na nova propriedade dar-se-á em breve, com um programa festivo, embora os exames de segunda época e as próximas aulas, em março, já venham a ser efetuadas naquele local. Sem dúvida alguma, são de real e proveitoso interesse para a nossa mocidade estudiosa os relatos aqui transcritos, devendo-se ademais ressaltar, como honra ao mérito, os inestimáveis trabalhos que vem rendendo ao novo estabelecimento o Dr. Carlos Kluwe, em cuja gestão à frente dos destinos do município se deu a fundação do que hoje está transfigurado em Colégio Estadual de Bagé (CORREIO DO SUL, 17 de fevereiro de 1955, p.6).

No seguinte relato do "Correio do Sul" de 1955, a comunidade de Bagé celebra a já citada e programada formatura dos alunos do curso ginásial do Colégio Estadual. A solenidade foi marcada por homenagens ao Dr. Carlos Kluwe, reconhecido por seu papel fundamental no desenvolvimento do colégio.

FIGURA 47 – Solenidades de Formatura (22/12/1955)



FONTE: Acervo Físico do Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

O auditório do Colégio Estadual recebeu, anteontem à noite, uma compacta multidão que foi até lá para prestigiar a solenidade de entrega dos certificados aos concluintes do curso ginástico (...) neste 1955, foi instituído o galardão "Granjas Reunidas", ofertado por esta conceituada firma de nosso comércio, no valor de mil cruzeiros, que serão acrescidos de outros mil anualmente, destinados ao aluno mais completo de cada turma de formandos. O jovem Leonardo Dias Barcelos foi o ganhador de tão reluzente laurel em sua primeira conquista. O orador da turma foi o jovem gabrielense Jefferson Costa (...) e teceu considerações apoloéticas ao Dr. Carlos Kluwe, grande baluarte das obras do Colégio Estadual. Passada a vez no Dr. Fernando Silveira Abbott, Paraninfo civil da turma de licenciados de 1955 do Colégio Estadual de Bagé, teve ensejo de gerar bonita peça oratória (...) Homenageou, com termos laudatórios, o propulsor do Colégio Estadual, Dr. Carlos Kluwe, a quem qualificou como um apaixonado pelos problemas do ensino, varão que soube cristalizar os anseios da juventude pobre de Bagé (...) Asseverou que o Colégio Estadual de Bagé é um educandário de conceito imposto perante a opinião pública da "Rainha da Fronteira" pelo alto padrão moral e cultural que retrata o seu corpo docente (CORREIO DO SUL, 22 de dezembro de 1955, p.5).

O evento final deste período de análises não apenas celebrou os sucessos dos alunos, mas reafirmou o status do colégio como pilar de excelência na região, notoriedade que é lembrada e reconhecida até os dias atuais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou compreender a trajetória do Colégio Estadual de Bagé, enfatizando o seu processo de implantação. Através da análise documental e historiográfica, foi possível confirmar não apenas a importância da instituição no panorama educacional local, como verificar as dinâmicas sociais, políticas e culturais que influenciaram e resultaram de sua criação.

O primeiro objetivo traçado foi compreender as motivações e demandas que fomentaram a instalação da instituição escolar no município. É preciso compreender, no entanto, que a idealização de um ginásio gratuito emergiu inicialmente como resposta às demandas de uma sociedade em transformação, marcada pelos baixos índices educacionais, pela ascensão do capitalismo e pela tentativa de incluir mais jovens de baixa renda neste nível de ensino. Todas essas justificativas encontram defesa nas fontes pesquisadas. A tentativa arriscada de um ginásio mantido pelo poder municipal encontrou eco nos anseios da sociedade bageense e no visionário prefeito Kluwe. A iniciativa foi um marco na democratização do acesso à educação pública na cidade, uma vez que foi o embrião da instituição que futuramente viria a oferecer gratuitamente o 1º ciclo secundário, e posteriormente, o 2º ciclo secundário completo. Ambos feitos inéditos na cidade.

A concretização da instituição não apenas atendeu uma das "maiores, mais antigas e mais justas aspirações da população bageense", como classificou o Jornal Correio do Sul, mas estabeleceu um modelo de engajamento comunitário e mobilização social que perpassa por uma série de desafios, desde questões legais e burocráticas, até obstáculos financeiros e políticos. Deste ponto de vista, podemos destacar que o primeiro objetivo foi plenamente sanado, uma vez que muitas foram as demandas sociais identificadas durante o processo de implantação.

Outro objetivo traçado dá conta de identificar os principais atores políticos - objetivo que uma vez respondido, confunde-se com o primeiro. Isso porque, no entendimento de diversos autores, como é o caso de Hannah Arendt (1958), a noção de política estende-se para além das instituições governamentais formais, enfatizando-a como uma prática cotidiana inerente à condição humana. Nesta visão, todos os indivíduos atuam como ser político, e exercem a política. No contexto das demandas e das ações pelo ginásio gratuito em Bagé, lideranças comunitárias e outras lideranças, constituídas por cargos eletivos ou não, atuam em

conjunto. Portanto, ao identificar representantes da sociedade civil presentes no processo, foi possível perceber também aquelas ligadas ao poder público. Cabe salientar que, referindo-se ao objetivo de identificar os atores políticos, o destaque foi dado àqueles detentores de cargos eletivos. Este objetivo também considera-se plenamente contemplado.

É possível destacar diversos movimentos e iniciativas, de menor ou maior impacto, que fomentaram a demanda pela criação de um Ginásio Municipal, e posteriormente, sua encampação pelo governo do estado. Há registrado ocasião em que Luiz Mércio Teixeira, então prefeito de Bagé, chegou a instituir um ginásio leigo e gratuito no ano de 1941 - iniciativa que teve fim antes mesmo de ser concretizada, tendo o sucessor alegado que a municipalidade seria incapaz de bancar os custos de funcionamento. Em 1947, Ernani Romero encontrou apoio de todas as organizações de classes da cidade, levando a demanda até a Assembleia Legislativa, encontrando apoio do deputado Lino Braun, do PTB.

Em 1951, uma comissão organizadora foi formada e os créditos são direcionados às seguintes lideranças: José Moglia, Otávio Santos, Telmo Candiota da Rosa, Oscar Salis Filho, Camilo Gomes e prof^a Melanie Granier. Esta última, responsável pelo ginásio privado “Perseverança”, onde por muitas vezes demonstra voluntariedade para que este fosse adquirido pelo poder público e oferecesse gratuidade. O excesso de burocracias para este tipo de transferência e as iniciativas que se organizavam em paralelo fizeram com que esta alternativa nunca fosse adiante.

Na Assembleia Legislativa, os deputados bajeenses Valdomiro Domingues, do PTB, e Candido Norberto, do PL, defendem por diversas vezes a iniciativa, seja em plenário, seja em articulações com o governo do estado e demais parlamentares. Em 1951, o parlamentar do PTB chegou a apresentar Projeto de Lei Estadual para criar o ginásio gratuito em Bagé. Também registram-se apelos e campanhas locais advindas de outros movimentos, como em um dos casos, do Grupo de Pais e Mestres formado por José Torres Rodrigues, Dr. Carlos Frederico Moritz, vereador Zoroastro Lamote e major João Alves. Outra comissão que articulou a ideia era formada por José L. Rodrigues, presidente do Círculo de Pais e Mestres do Grupo Escolar 15 de Novembro, e pelo major Obino Alvares e dr. Carlos Frederico Moritz, presidente e membros do Círculo de Pais e Mestres do Grupo Escolar Silveira Martins.

Registra-se, também, a participação de Eurico Salis, presidente da Sociedade dos Amigos de Bagé, em episódio em que direciona apelo às autoridades estaduais, em prol do

Ginásio gratuito. O vereador Iolanda Machado, por mais de uma vez, encaminha pedidos ao governo do estado desde a Câmara Municipal. E posteriormente, mesmo que registre-se a perda de fôlego da iniciativa na transição para o governo do Prefeito João B. Fico, cabe ressaltar que, a iniciativa é de fato concretizada durante o seu mandato, e há registro de suas articulações em prol da concretização deste objetivo.

Por fim, é imprescindível destacar que duas iniciativas derradeiras tenham sido firmadas pelo então prefeito Dr. Carlos Kluwe, sendo elas a aquisição do Palacete Pedro Osório, e a lei que cria o Ginásio Municipal de Bagé. Embora inicialmente o prédio não tenha cumprido seu propósito devido aos tantos desafios, sobretudo de ordem econômica, torna-se por anos a única representação concreta de um Ginásio Municipal, cujo anseio maior era cedê-lo ao governo do estado. Ao deixar o cargo de prefeito, Kluwe permaneceu acompanhando o andamento do processo até a sua efetivação. Com conhecimento dos desdobramentos seguintes, é possível afirmar que, sem a aquisição do Palacete e a vinculação do Ginásio Municipal a ele, a chegada do ensino secundário gratuito em Bagé seguramente teria sido retardada em algum grau.

A conclusão acima esclarece que, apesar de diversos indivíduos terem sido essenciais para a existência de uma instituição secundária pública naquele momento, o prefeito Carlos Kluwe destaca-se como principal protagonista. Posteriormente, tendo sido, inclusive, proclamado patrono da instituição.

O terceiro objetivo se propôs a identificar o perfil dos estudantes a qual esta instituição se endereçou. Preliminarmente, através de autores e dados estatísticos, foi possível perceber o alto grau de exclusão deste nível de ensino durante o período abordado. Fator que foi determinante para a inclusão desse objetivo no trabalho. Alguns indícios apontam para a persistência da elitização e seletividade da instituição em seus primeiros anos, acompanhando a tendência observada no nível secundário em todo o Brasil.

Durante os primeiros anos, a instituição conquistaria amplo prestígio na sociedade local, pela qualidade e rigor do ensino. Um fato que se observa é o da existência de disputados processos de seleção para ingresso. Durante os anos que englobam a luta pelo ginásio gratuito, registros do Correio do Sul nos mostram que o poder público municipal praticava o financiamento de bolsas a estudantes de baixa renda na rede privada local. Não foi

possível, no entanto, identificar se esta prática teve continuidade com o advento do novo ginásio estadual, ou se este concentrou todas as vagas gratuitas na cidade naquele momento.

Podemos pontuar que, embora a democratização do ensino tenha sido uma das bandeiras, os rígidos exames de admissão relatados, representavam um potencial entrave para o ingresso de estudantes menos favorecidos. Nos primeiros anos, este permaneceria como um espaço ocupado por um grande número de alunos advindos da rede privada, fenômeno conformado pelo fato de que, mesmo não existindo anteriormente outras instituições ginasiais públicas na cidade, esta já realiza formaturas em seus primeiros anos de funcionamento.

A primeira dificuldade encontrada ao decorrer da pesquisa, relacionou-se com a solução do terceiro objetivo, relativo ao público alvo dos primeiros estudantes. Embora essa questão tenha sido considerada parcialmente resolvida, percebe-se que a análise poderia ter sido enriquecida com dados adicionais, como as informações acerca da renda familiar de cada estudante, contidas nas fichas de matrículas encontradas no acervo da escola. Tal abordagem não foi viável, devido à exigência de um tempo de pesquisa consideravelmente maior do que o disponível para a conclusão do mestrado.

Outra dificuldade encontrada foi a falta de registros acerca das práticas escolares, pois se tratando do período englobado por este trabalho, o acervo da instituição se mostrou limitado a documentos oficiais. Libaneo (1983, p.1) define as práticas escolares como: “a concretização das condições que asseguram a realização do trabalho docente”, e complementa explicando que estas condições não se limitam ao “pedagógico”, já que a escola cumpre diversas outras funções designadas pela sociedade e esta apresenta interesses antagônicos. No entanto, a abordagem destas práticas não foi possível, já que além da ausência de fontes na escola, os jornais também não davam conta de contemplar o cotidiano das escolas, e conseqüentemente, as práticas escolares.

Também observou-se a lacuna da falta de obras e narrativas lineares e detalhadas sobre o processo de implantação, sendo uma exceção o Anuário em homenagem aos 25 anos da instituição, que aborda de forma limitada esse recorte específico. Para as alternativas que contornariam estas dificuldades, pontua-se o fato de serem quase remotas as chances de entrevistas com professores e estudantes da época, dado que já somam 70 anos desde o início oficial das atividades escolares. Esta conjuntura evidencia nossa decisão em buscar

alternativas metodológicas, como a contextualização com base em produções bibliográficas sobre o contexto educacional deste período, e o cruzamento de fontes documentais.

Ao finalizar este estudo, fica evidente que o Colégio Estadual de Bagé, em suas diversas denominações, transcendeu sua função original de fornecer educação secundária gratuita. Foi um símbolo de transformação social, refletindo as mudanças e continuidades na história educacional de Bagé. As lições presentes na sua história são valiosas não apenas para a comunidade, mas para o entendimento dos desafios e potencialidades da educação pública no país, destacando a importância de movimentos e demandas locais para a história educacional brasileira. É preciso ressaltar - embora com cautela - que a demanda pela existência deste colégio foi favorecida pelo contexto de expansão do ensino no Brasil. O contexto foi ainda mais determinante - agora seguramente - para a encampação do Ginásio pelo governo estadual. É válido destacar que o fenômeno de expansão do nível secundário viria a se intensificar amplamente na década seguinte.

Situando a instituição na atualidade, é pertinente informar que a Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Carlos Antônio Kluwe está em pleno funcionamento, abrangida pela 13ª Coordenadoria Regional de Educação. Dentre as dez escolas estaduais de Bagé, se mantém como a única a ministrar nos três turnos exclusivamente o ensino médio. A estrutura da escola expandiu-se em direção aos fundos do seu primeiro prédio, o Palacete Pedro Osório, com a entrada atual situada pela Av. General Osório. O Palacete Pedro Osório, por sua vez, foi tombado pelo Iphan¹² em 2006, e desde 1999 abriga a Secretaria de Cultura de Bagé. Atualmente, a Escola Carlos Kluwe praticamente independe de sua estrutura original. Em 2024, a escola está promovendo diversas atividades em comemoração aos seus 70 anos de fundação.

Ao concluir este trabalho, pontua-se que foi possível elaborar a síntese de um segmento crucial na história da Escola Carlos Kluwe: o seu processo de fundação. Consolidamos o entendimento do papel pioneiro exercido por esta instituição, condição que, através das experiências empíricas, notava-se certo desconhecimento por parte comunidade em geral, e mesmo pela comunidade escolar. Além disso, indiretamente, esses desdobramentos podem auxiliar a sanar uma outra observação empírica, a do prestígio que esta escola pública historicamente encontrou na comunidade bajeense ao longo dos anos.

¹² Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul.

Verificamos as dinâmicas sociais, políticas e histórico-pedagógicas para situar a instituição no panorama local e da História da Educação. Finalmente, demos conta de confirmar o papel essencial do prefeito Carlos Kluwe neste processo, e citar, ainda que superficialmente, diversos outros indivíduos engajados na luta pela existência da instituição, mas que se tornaram esquecidos ao longo dos anos.

Com a narrativa deste marco para a educação no contexto de Bagé, podemos considerar que este trabalho contribuiu com êxito para a área da História da Educação, seja em contexto local ou mais amplo. Além disso, não apenas cumpriu os objetivos propostos inicialmente, como abriu caminhos para investigações futuras. Algumas das potencialidades identificadas são estudos que avançam sobre os demais atores envolvidos no processo; a amplificação do estudo sobre esse mesmo período com a inclusão de novas fontes, o que traria novos detalhes e perspectivas; o avanço subsequente da expansão do ensino público com iniciativas análogas em outras cidades; o aprofundamento na trajetória do Dr. Carlos Kluwe, patrono da instituição, e as práticas escolares e pedagógicas verificadas com o avanço do funcionamento do Ginásio/Colégio/Escola.

Ao final, considera-se a possibilidade de transformar esta dissertação em um livro alusivo aos 70 anos da instituição, a ser celebrado em 7 de outubro de 2024. A prioridade é lançar uma versão física do livro. Caso isso não seja viabilizado, a alternativa será uma versão digital, em formato de *ebook*. Posteriormente, planeja-se promover o livro especialmente para a comunidade escolar, incluindo ex-professores e ex-alunos. Essas iniciativas têm como objetivo principal compartilhar e ampliar o conhecimento sobre a história e o processo de fundação da escola, contribuindo para a sua valorização e reconhecimento.

REFERÊNCIAS

ABREU, Jayme. A educação secundária no Brasil (Ensaio de identificação de suas características principais). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 86, n. 212, 2005.

ALVES, Manoel. Sistema católico de educação e ensino no Brasil: uma nova perspectiva organizacional e de gestão educacional. **Revista Diálogo Educacional**, v. 5, n. 16, p. 209-228, 2005.

AMADO, Gildásio. Ginásio Moderno. **Rev. Bras. de Est. Pedagogia**, n. 93. v. XLI, jan./mar. 1964.

ARAÚJO, José Carlos Souza. As instituições escolares na primeira república: ou os projetos educativos em busca de hegemonia. **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**, p. 95-122, 2007.

ARENDT, Hannah. **The human condition**. University of Chicago press, 2013.

BARRETO, Eric Silveira Batista. **Por dez vacas com cria eu não troco meu cachorro: as relações entre humanos e cães nas atividades pastoris do pampa brasileiro**. 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas.

BENCOSTTA, Marcus Levy; VIDA, Diana Gonçalves. A historiografia da educação paraense no cenário da história da educação brasileira: 10 anos de pesquisa na Universidade Federal do Paraná (1999-2008). **Educar em Revista**, n. 38, p. 295-315, 2010.

BERTONHA, Vitorina Cândida Corrêa; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A Instituição escolar como fonte da história da educação: um estudo preliminar. **Seminário de pesquisa do Programa de Pós-graduação em Educação da UEM**, v. 24, 2008.

BICA, Alessandro C. Os primeiros olhares sobre as instituições escolares de Bagé. **Cadernos de Historia da Educacao**, v. 8, n. 2, 2009.

_____. A pesquisa em História da educação: caminhos, etapas e escolhas no trabalho do historiador. **IX ANPED-SUL SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL**, 2012.

_____. A organização da educação pública municipal no governo de Carlos Cavalcanti Mangabeira (1925-1929) no município de Bagé/RS. 2013.

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Acta Scientiarum. Education**, v. 34, n. 02, p. 157-168, 2012.

BOTO, Carlota. A civilização escolar como projeto político e pedagógico da modernidade: cultura em classes, por escrito. **Cadernos Cedes**, v. 23, p. 378-397, 2003.

BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. Educação e cidadania: quem educa o cidadão?. In: **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?**. 2007. p. 94-94.

CÂNDIDO, Antônio. A estrutura da escola. **Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação**, v. 10, p. 107-128, 1964.

CARNEIRO, José Reinaldo Antunes; CHAVES, Niltonci Batista. O USO DO JORNAL COMO FONTE DE PESQUISA HISTÓRICA: Um estudo do jornal “O Tibagi” In. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**, v. 1, p. 1-16, 2014.

CELLARD, André. A análise documental. In.: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa. 2008.

CHARTIER, Roger; RODRIGUES, José Damião; MAGALHÃES, Justino. **Escritas e cultura na Europa e no Atlântico Modernos**. Centro de História da Universidade de Lisboa/Instituto de Educação da Universidade Lisboa, 2020.

CHERVEL, André. L'histoire des disciplines scolaires: Réflexions sur un domaine de recherche. **Histoire de l'éducation**, p. 59-119, 1988.

_____. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & educação**, v. 2, n. 2, p. 177-229, 1990.

COIMBRA, David et al. **A história dos Grenais**. L&PM Editores, 2009.

COITINHO, Éderson Perera. Os movimentos literário-teatrais em Bagé/RS na década de 1970: a luta contra a censura e a repressão. 2016.

CORREIO DO SUL. **Instituto Educacional Para a Juventude Bageense**. Bagé, 09 jul. 1950. p.8

_____. **Dificuldades ao Ensino**. Bagé, 08 dez. 1950. p.3

_____. **Ginásio Municipal Gratuito**. Bagé, 04 mar. 1951. p.3

_____. **Ginásio Municipal em Bagé: Projeto de Lei do Deputado Valdomiro Domingues**. Bagé, 07 mar. 1951. p.6

_____. **Um Ginásio Gratuito Para Bagé**. Bagé, 04 mai. 1951. p.2

_____. **Os Estudantes de Bagé e a U.B.E.S**. Bagé, 05 jun. 1951. p.5

_____. **Ginásio Gratuito**. Bagé, 08 mar. 1951. p.3

_____. **Ginásio Gratuito Para Bagé**. Bagé, 08 mar. 1951. p.3

_____. **Ginásio Gratuito para Bagé: A Assembleia do Estado está em pleno acordo com a medida pleiteada**. Bagé, 09 mar. 1951. p.6

_____. **Ginásio Gratuito para Bagé: Está na hora da conjugação de esforços para sua obtenção**. Bagé, 11 mar. 1951. p.2

_____. **A Questão do Ginásio Gratuito Empolga Vários Presidentes de Círculos de Pais e de Mestres.** Bagé, 14 mar. 1951. p.3

_____. **Um Ginásio Gratuito Para Bagé.** Bagé, 14 mar. 1951. p.3

_____. **Continua em Plena Marcha o Movimento em Prol de um Ginásio Gratuito Para Bagé.** Bagé, 15 mar. 1951. p.4

_____. **Avante, Ubes Progressista!** Bagé, 10 jun. 1951. p.3

_____. **Lei Municipal n. 153.** Bagé, 14 jun. 1951. p.2

_____. **Auxílio do Governo do Estado Ao Ginásio Municipal.** Bagé, 06 dez. 1951. p.8

_____. **O Edifício do Ginásio Municipal, Seu Oportuno Aproveitamento.** Bagé, 05 jan. 1952. p.5

_____. **Ainda Sobre o Ginasio Gratuito.** Bagé, 02 fev. 1952. p.6

_____. **O Ginásio Municipal Não Funcionará em 1952 Porque o Ministerio Da Educação Não Concedeu a Verificação Prévia.** Bagé, 14 fev. 1952. p.6

_____. **Instituto de Educação de Bagé.** Bagé, 21 jun. 1952. p.6

_____. **Em Torno do Ginásio Gratuito.** Bagé, 03 ago. 1952. p.2

_____. **Ato Final: O Ginásio Municipal Gratuito "Dr. Carlos Kluwe" Vai Ser Encampado Pelo G. Do Estado.** Bagé, 19 nov. 1952. p.6

_____. **O Dr. João B. Fico, Prefeito Municipal, vai a Porto Alegre Pleitear Favores para Bagé.** Bagé, 19 set. 1952. p.4

_____. **O Estado Encampará Os Ginásios Municipais.** Bagé, 21 nov. 1952. p.1

_____. **Por Uma Faculdade Em Bagé.** Bagé, 04 jan. 1953. p.3

_____. **Ginásio Dr. Carlos Kluwe.** Bagé, 10 nov. 1953. p.3

_____. **A Câmara de Vereadores e o Ginásio Municipal "Dr. Carlos Kluwe".** Bagé, 11 mar. 1953. p.2

_____. **Tramita Na Casa o Projeto De Lei Para a Encampação, Pelo Estado, Do Ginásio Dr Carlos Kluwe.** Bagé, 18 mar. 1953. p.6

_____. **A Secretaria De Educação Considerou Feridos Os Termos Do Governo Sobre o Ginásio Municipal Dr. Carlos Kluwe.** Bagé, 14 abr. 1953. p.2

_____. **Ginásio Gratuito... Patatí... Patatá...** Bagé, 16 abr. 1953. p.5

_____. **O Caso Dos Ginásios Municipais.** Bagé, 02 dez. 1953. p.6

_____. **Formandos Do Ginásio Estadual.** Bagé, 08 dez. 1954. p.6

_____. **Colégio Estadual De Bagé: Inovações - Transferência de edifício.** Bagé, 17 fev. 1955. p.6

_____. **Expressivo Desenvolvimento Tiveram As Solenidades de Formatura No Colégio Estadual de Bagé.** Bagé, 22 dez. 1955. p.5

COSTA, Alfredo R. da. **O Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Livraria do Globo, v. 2, 1922.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O ensino médio no Brasil: histórico e perspectivas. **Educ. Rev**, p. 73-84, 1998.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, v. 32, n. 02, p. 185-191, 2009.

DA COSTA, Osnar; SALVIANO, Leonardo. A pesquisa em história da educação: uma revisão de literatura. **Cadernos do Tempo Presente**, v. 9, n. 1, p. 92-106.

DA SILVA, João Carlos. História da Educação: instituições escolares como objeto de pesquisa. **Educere et Educare**, v. 4, n. 8, p. 213-231, 2009.

DEWES, Helyna; BICA, Alessandro Carvalho; FERREIRA, Diogo. O desafio da preservação do patrimônio histórico e cultural de Bagé: uma experiência de extensão. **Experiência. Revista Científica de Extensão**, v. 3, n. 1, 2017.

ESCOLANO, B. A. **Patrimonio material de la escuela e historia cultural.** Revista Linhas, v. 11, n. 02, p. 13-28, 2010.

FAGUNDES, Elizabeth Macedo de. Inventário Cultural de Bagé: um passeio pela história. **Porto Alegre: Evangraf**, 2005.

FALSARELLA, Ana Maria. Os estudos sobre a cultura da escola: forma, tradições, comunidade, clima, participação, poder. **Educação & Sociedade**, v. 39, p. 618-633, 2018.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Conhecimento e cultura na escola: uma abordagem histórica. **Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG**, p. 127-193, 1996.

_____. Estado, cultura e escolarização em Minas Gerais no século XIX. **VIDAL, DG e SOUZA, MCC A memória e a sombra. Belo Horizonte: Autêntica**, p. 117-136, 1999.

FLICK, Uwe. 2009. **Introdução à pesquisa qualitativa.** Trad. Joice Elias Costa. 3. ed., Porto Alegre: Artmed.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar.** Artes Médicas, 1993.

FONTES, Virgínia Maria Gomes de Mattos et al. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história.** EPSJV/UFRJ, 2010.

FURTADO, Alessandra Cristina. Os arquivos escolares e sua documentação: possibilidades e limites para a pesquisa em História da Educação. **InCID: revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 2, n. 2, p. 145-159, 2011.

GATTI JÚNIOR, Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados**, p. 3-24, 2002.

GERTZ, R. E. História Geral do Rio Grande do Sul, volume 4—República: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985). **Passo Fundo: Méritos Editora**, 2007.

GIL, Natália de Lacerda. A escolarização na cidade de Porto Alegre nas primeiras décadas do século XX. **Souza, org. José Edimar de (Org.). Escola no Rio Grande do Sul (1889-1950): ensino, cultura e práticas escolares. Caxias do Sul, RS: Educs, 2020. P. 130-152, 2020.**

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, p. 20-29, 1995.

GONÇALVES, Magali Nocchi Collares. Arquitetura bajeense: o delinear da modernidade: 1930-1970. 2006.

GOMES, Rodrigo Lima Ribeiro. EDUCAÇÃO POPULAR E ESTADO AMPLIADO NO BRASIL (1945-1964). **Revista Novos Rumos**, v. 58, n. 2, p. 97-108, 2021.

GUBA, Egon G.; LINCOLN, Yvonna S. **Effective evaluation: Improving the usefulness of evaluation results through responsive and naturalistic approaches**. Jossey-Bass, 1981.

IPHAN – DOSSIÊ DE TOMBAMENTO – REGIÃO PLATINA DO RIO GRANDE DO SUL – O Avanço da Fronteira Meridional (Conjunto Histórico e Paisagístico de Bagé) DEZ/2009

JICK, Todd D. Mixing qualitative and quantitative methods: Triangulation in action. **Administrative science quarterly**, v. 24, n. 4, p. 602-611, 1979.

JOSGRILBERT, Alessandra Viegas. **Escolarização na fronteira Brasil Paraguai: 1901-1927**. 2015.129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2015.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista brasileira de história da educação**, v. 1, n. 1, p. 9-43, 2001.

KRIPKA, Rosana; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa Lara. Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. **CIAIQ2015**, v. 2, 2015.

LIBANEO, José Carlos. Tendências pedagógicas na prática escolar. **Revista da Associação Nacional de Educação—ANDE**, v. 3, p. 11-19, 1983.

LINARES DE OLIVEIRA SCANDELAI, Aline. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO PERÍODO POPULISTA–DESENVOLVIMENTISTA (1945–1964). In: **Colloquium Humanarum**. 2011.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. Teoria, metodologia e possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. **Revista Escritas**, v. 7, n. 1, p. 03-17, 2015.

LEMIESZEK, Cláudio de Leão. Bagé: relatos de sua história. **Porto Alegre: Martins Livreiro**, 1997.

_____. **Bagé Novos Relatos de Sua História**. Porto Alegre/RS, 2000.

_____; GARCIA, Elida Hernandes. Primazias de Bagé: Um guia incompleto. **Bagé: Urcamp**, p. 158, 2013.

LOMBARDI, José Claudinei. Educação e ensino em Marx e Engels. **Germinal: Marxismo e Educação em debate**, v. 2, n. 2, p. 20-42, 2010.

_____. *História e historiografia da educação no Brasil*. III Colóquio do Museu Pedagógico, 17 nov. 2003, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, BA.

_____; SAVIANI, Dermeval. Marxismo e educação: debates contemporâneos. **Campinas: Autores Associados**, v. 1362, 2005.

_____; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. Fontes, história e historiografia da educação. **Quaestio-Revista de Estudos em Educação**, v. 7, n. 1, 2005.

LOPES, Aristeu Elisandro Machado. Bagé sitiada: fotografia e memória da Revolução Federalista de 1893 no sul do Rio Grande do Sul. 2013.

LOPES, Eliane Marta Teixeira, GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. **Em Aberto**, v. 5, n. 31, 1986.

MAGALHÃES, Justino. A Instituição Escolar como Objecto Historiográfico. Considerações a propósito do Colégio Campos Monteiro, em Moncorvo. **Revista Campos Monteiro**, p. 9-12, 2007.

MAGALHÃES, Justino. A instituição educativa na modernização do local. Perspectiva histórico-pedagógica. **Rivista di Storia dell'Educazione**, v. 5, n. 1, p. 41-55, 2018.

MEDEIROS, R. H. A. **Arquivos escolares**: breve introdução a seu conhecimento. Revista HistedBR, Campinas n.14, jun.2004.

MENDES FILHO, Luciano; RESENDE, Fernanda. História da educação e estatística escolar: o processo de escolarização em Minas Gerais no século 19. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 80, n. 195, 1999.

MERCADO, Ruth. Una reflexión crítica sobre la noción “escuela-comunidad”. **ROCKWELL, E.; MERCADO, R. La escuela, lugar del trabajo docente: descripciones y debates**. México: Centro de Investigación y de Estudios Avanzados del IPN, p. 47-53, 1986.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. Do levantamento de fontes à construção da historiografia: uma tentativa de sistematização. **NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei**, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Construção de indicadores qualitativos para avaliação de mudanças. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 33, p. 83-91, 2009.

MOGARRO, Maria João. Arquivo e educação: a construção da memória educativa. **Sísifo: Revista de Ciências da Educação**, n.1, p. 71-84, 2006

MORAES, Raquel Zorzolli Nebel. Análise da política de assistência social nos Centros de Referência de Assistência Social de Bagé/RS. 2015.

NAGLE, Jorge. Educação e sociedade na Primeira República. **São Paulo**, v. 4, 1974.

_____. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. 2011.

NÓVOA, Antonio (org.). **As organizações escolares em análise**. Lisboa: Nova Enciclopédia, 1998.

PEREZ GOMEZ, Angel I. **La cultura escolar en la sociedad neoliberal**. Madri: Morata, 2001

PESSANHA, Eurize Caldas; DANIEL, Maria Emília Borges; MENEGAZZO, Maria Adélia. Da história das disciplinas escolares à história da cultura escolar: uma trajetória de pesquisa. **Revista Brasileira de Educação**, p. 57-69, 2004.

PESSANHA, Eurize Caldas; SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. Tempos, espaços e organização do trabalho escolar em três expressões de governos autoritários brasileiros: 1931, 1961 e 1971-estudo histórico-jurídico comparado do ensino secundário. **Educar em Revista**, p. 67-83, 2014.

PETITAT, André. **Produção da scola, Produção da sociedade**. Ed. Artes Medicas, Porto Alegre, 1994.

PIMENTA, Marcelo et al. 60 anos de legalidade: como o jornal Correio do Sul defendeu seu posicionamento com a produção de discursos simbólicos de patriotismo. **Humanidades em Perspectivas**, v. 3, n. 7, p. 119-141, 2021.

PRIOR, Lindsay. Using documents in social research. **Using Documents in Social Research**, p. 1-196, 2002.

RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz. Cidades e sociabilidades (1822-1889). **História geral do Rio Grande do Sul**, v. 2, 2006.

RODRIGUES, Eduardo Contreiras; PASINATO, Aldini Domingos. **Anuário Jubileu de Prata**. Bagé, 1979.

ROMANELLI, O.O. História da Educação no Brasil. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

RONDINELLI, Rosely Curi. O conceito de documento arquivístico frente à realidade digital: uma revisitação necessária. 2011.

SALIS, Eurico Jacinto. **História de Bagé: ama sua terra quem bem a conhece**. Livraria do Globo, 1955.

SANTOS, Carlos Lopes. Na Sombra dos Eucaliptos. **Porto Alegre: Livraria do Globo**, 1975.

SAVIANI, Dermeval. Instituições escolares: conceito, história, historiografia e práticas. **Cadernos de História da Educação**, v. 4, 2005.

_____. **Educação: Do Senso Comum a Consciência Filosófica**. 17. ed. revista. Campinas: Autores Associados, 2007.

_____. **Aberturas para a história da educação: do debate teórico-metodológico no campo da história ao debate sobre a construção do sistema nacional de educação no Brasil**. Autores Associados, 2013.

_____; LOMBARDI, José Claudinei. **História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual**. Autores Associados, 2018.

_____. **Escola e democracia**. Autores associados, 2018.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SCANDELAI, Aline Linares de Oliveira. A Política de Educação no Período Populista-Desenvolvimentista In: **Colloquium Humanarum**. ISSN: 1809-8207. p. 22-33. 2011.

SEVERO, Ivete Beatriz Guimarães. **Cadeira vazia? Migração partidária na Câmara de Vereadores de Bagé (1983-2004)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas. 2008.

SOARES, Fernanda Codevilla. **Santa Thereza: Um Estudo sobre as Charqueadas da Fronteira Brasil-Uruguaí**. Dissertação de Mestrado em Integração Latino Americana, UFSM, 2006.

SOUZA, Celia Ferraz de. **A dicotomia regional e as formações urbanas no Rio Grande do Sul**. PROPUR/UFRGS: Porto Alegre, 1991.

SOUZA, Rosa Fátima de et al. Um itinerário de pesquisa sobre a cultura escolar. **Ideário e imagens da educação escolar**. Campinas: Autores Associados, p. 3-27, 2000.

SWIECH, Nayane Sikoski Denck et al. Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos: um estudo sobre a cultura escolar na ditadura militar (1964-1985). 2020.

TABORDA, Tarcisio Antonio da Costa. **Govêrnos e governantes de Bajé: esbôço de história política municipal, informações documentos, legislação**. Museu Dom Diogo de Souza, 1966.

_____. **Bagé de sempre: resumo histórico**. Centro de Comunicações, 1981.

TAMBARA, Elomar Calegaro et al. A educação (1930-80). In GERTZ, René. **República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)** (História Geral do Rio Grande do Sul – volume 4). Passo Fundo: Editora Méritos, 2007.

VEIGA, Cynthia Greive. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, p. 502-516, 2008.

VIDAL, Diana Gonçalves. No interior da sala de aula: ensaio sobre cultura e prática escolares. **Currículo sem fronteiras**, v. 9, n. 1, p. 25-41, 2009.

VIEIRA, Letícia. **Classes experimentais secundárias de instituições públicas de ensino do estado de São Paulo: um estudo sobre formas de circulação e apropriação de práticas pedagógicas (1951-1962)**. 2020. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Historia de la educación e historia cultural. **Revista Brasileira de Educação**, v. 1, n. 0, p. 63-82, 1995.

_____. **Sistemas educativos, culturas escolares y reformas: continuidades y cambios**. Ediciones Morata, 2002.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. História das instituições escolares: de que se fala. **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas: Autores Associados, p. 13-35, 2004.

WOLF, Mauro. Teorias da comunicação de massa. Trad. Karina Jannini. 2003.